

Universidade Federal do Piauí
Centro de Educação Aberta e a Distância

ÉTICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Maria das Graças R. de Moura e Sousa
Vera Lúcia Costa Oliveira





Ministério da Educação - MEC
Universidade Aberta do Brasil - UAB
Universidade Federal do Piauí - UFPI
Universidade Aberta do Piauí - UAPI
Centro de Educação Aberta e a Distância - CEAD

Ética no Contexto Educativo

Maria das Graças R. de Moura e Sousa
Vera Lúcia Costa Oliveira



2011

PRESIDENTE DA REPÚBLICA *Dilma Vana Rousseff Linhares*
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO *Fernando Haddad*
GOVERNADOR DO ESTADO *Wilson Nunes Martins*
REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ *Luiz de Sousa Santos Júnior*
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO MEC *Carlos Eduardo Bielshowsky*
PRESIDENTE DA CAPES *Jorge Almeida Guimarães*
COORDENADOR GERAL DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL *Celso Costa*
DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA DA UFPI *Gildásio Guedes Fernandes*

COORDENADORES DE CURSOS

ADMINISTRAÇÃO *Antonella Maria das Chagas Sousa*
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS *Maria da Conceição Prado de Oliveira*
FILOSOFIA *Zoraida Maria Lopes Feitosa*
FÍSICA *Miguel Arcanjo Costa*
MATEMÁTICA *João Benício de Melo Neto*
PEDAGOGIA *Vera Lúcia Costa Oliveira*
QUÍMICA *Rosa Lima Gomes do Nascimento Pereira da Silva*
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO *Luiz Cláudio Demes da Mata Sousa*

EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO

COORDENAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO *Cleidinalva Maria Barbosa Oliveira*
TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS *Ubirajara Santana Assunção*
Zilda Vieira Chaves
Elis Rejane Silva Oliveira
EDIÇÃO *Roberto Denes Quaresma Rêgo*
PROJETO GRÁFICO *Samuel Falcão Silva*
DIAGRAMAÇÃO *Jhayson Phillipe Santos Soares de Lima*
REVISÃO *Genuvina de Lima Melo Neta*
REVISÃO GRÁFICA

CONSELHO EDITORIAL DA EDUFPI

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro (Presidente)
Des. Tomaz Gomes Campelo
Prof. Dr. José Renato de Araújo Sousa
Profª. Drª. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz
Profª. Francisca Maria Soares Mendes
Profª. Iracildes Maria de Moura Fé Lima
Prof. Dr. João Renór Ferreira de Carvalho

© 2011. Universidade Federal do Piauí - UFPI. Todos os direitos reservados.

A responsabilidade pelo conteúdo e imagens desta obra é da autora. O conteúdo desta obra foi licenciado temporária e gratuitamente para utilização no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil, através da UFPI. O leitor se compromete a utilizar o conteúdo desta obra para aprendizado pessoal, sendo que a reprodução e distribuição ficarão limitadas ao âmbito interno dos cursos. A citação desta obra em trabalhos acadêmicos e/ou profissionais poderá ser feita com indicação da fonte.

A cópia deste obra sem autorização expressa ou com intuito de lucro constitui crime contra a propriedade intelectual, com sanções previstas no Código Penal.

É proibida a venda ou distribuição deste material.

A apresentação

A presente discussão enfoca uma ética de um mundo modificado em busca de maior amplitude, e ela tem sido entendida como a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes. Envolve, pois, os estudos de aprovação ou desaprovação da ação dos homens e a consideração de valor como equivalente de uma medição do que é real e voluntarioso no campo das ações virtuosas. Isto é, olha a virtude como prática do bem estar como a promotora da felicidade dos seres, quer individualmente, quer coletivamente, o que por sua vez avalia os desempenhos humanos em relação às normas comportamentais pertinentes.

Analisa a vontade e o desempenho virtuoso do ser em face de suas intenções e atuações, quer relativos à própria pessoa, quer em face da comunidade em que se insere.

Como afirma Berson (1990, p. 12), “a vida consiste precisamente na liberdade inserindo-se na necessidade e utilizando-a em seu benefício”.

Neste conjunto de pensamentos mora toda a complexidade comportamental do homem, ao defrontar-se com a condição de liberdade, em contrapartida com as limitações das necessidades para a vida, buscando sempre a eficácia e a eficiência do Ser.

Todavia, porém, nunca foi tão urgente, como hoje se evidencia, reabilitar a Ética. A crise da humanidade é uma crise de ordem moral. Os descaminhos do Ser humano, refletidos na violência, na exclusão, no egoísmo e na indiferença pela sorte do outro, assentam-se na perda de valores morais. A insensibilidade no trato com a natureza denota a contaminação da consciência humana pelo vírus da mais cruel insensatez, vivido pelo homem ao longo de sua trajetória.

Viver normalmente não é tão simples nem tão fácil. Não depende da integração das normas herdadas. Nem de arbitrárias decisões herdadas, mas

se radica no processo de aprendizagem da solidariedade, do reconhecimento da dignidade de si mesmo e dos outros. Então, como podemos participar da construção de um mundo moral?

Os problemas decorrentes de decadência ética que presenciamos não podem ser resolvidos apenas a partir de tentativas isoladas de educação moral do indivíduo. É preciso também vontade política de alterar as condições patogênicas, geradoras da doença social, para tornar possível a superação da pobreza moral.

E partindo dessa premissa é que se pode falar de Ética no contexto educacional, isto é, uma ética que promova o bem estar social da humanidade, envolvendo a ação educativa, uma ética da pergunta; das concepções éticas, da ética profissional, da ética ambiental como ciência da educação, da formação do pedagogo, da diversidade, das relações éticas, da conduta humana, da classificação ética e da solidariedade, que nos convida, tanto pedagogo/a como educador/a a garantir os conceitos éticos de cada um de nossos atos, como seres humanos que compartilham com outros seres a conviver neste planeta.

A disciplina que dá início a este curso aborda uma das questões de grande importância no mundo contemporâneo: os problemas éticos relacionados com os problemas ambientais, globais no contexto educacional, por sua vez questionados por todos em todo o mundo.

Por estas razões significativas, convidamos você, estudante, a participar deste debate/estudo, que já se encontra no exercício da função docente ou que almeja exercer essa atividade, compreenda alguns conceitos básicos e informações éticas educativas que possibilitarão não só acompanhar e participar, mas, sobretudo, desempenhar suas funções com mais segurança e maior conhecimento na sua caminhada.

Com esse objetivo e dedicação, organizamos os temas a serem discutidos neste percurso que ora se inicia em quatro unidades distintas, a saber: na unidade 1, vamos tratar de concepções éticas; na unidade 2, enfatizaremos a questão da ética profissional; na unidade 3, abordaremos a Ética Ambiental como ciência da educação; e na unidade 4, estudaremos a formação do pedagogo e as relações entre ética e diversidade.

O(a) educador/a professor/a precisa estar bem informado sobre o processo ético educacional e, ainda, sobre a difícil tarefa de construção do conhecimento batizado por teorias e metas de diferentes concepções e origens, sem perder o sentido de que esses constituem um instrumento para

entender a ética no contexto educacional e na realidade brasileira.

Esperamos que os temas discutidos nesta disciplina lhe proporcionem suportes para melhor conhecer o espaço em que atua e identificar os seus interlocutores, as demandas que lhe são feitas, os desafios que lhe são propostos para –enfim– poder de forma consciente e livremente, tomar as suas decisões em um campo que se encontra como sujeito de sua própria ética educativa.

Começemos, então, nossa trajetória!

MARIA DAS GRAÇAS R. DE MOURA E SOUSA
VERA LÚCIA COSTA OLIVEIRA



S umário

11

UNIDADE 1

CONCEPÇÕES ÉTICAS

Conceitos Básicos	13
Ética como Ciência.....	16
A Relação da Ética entre o Senso Moral e a Consciência Moral.....	20
Ética e suas Concepções	25
Ética e/ou Filosofia Moral.....	29
Aspectos Históricos da Ética	31
Classificação da Ética	33
Ética e a Conduta Humana	35
A Relação da Ética com outras Ciências.....	37

45

UNIDADE 2

ÉTICA PROFISSIONAL

Conceitos Básicos	47
Responsabilidade Profissional	48
Ética Profissional	49
Deveres Profissionais Éticos	51
Área de Atuação do Profissional Pedagogo	59

69

UNIDADE 3

ÉTICA AMBIENTAL COMO CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO

Ética Ambiental como Ciência da Educação	71
Ética e Ecologia	71
Ética e o Desenvolvimento Sustentável	75
Cidadania e Ecologia.....	76
A Ética na Educação Ambiental	77
A Ética e os PCN's	79

91

UNIDADE 4

FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E A RELAÇÃO ENTRE ÉTICA E DIVERSIDADE

Histórico da Formação do Pedagogo e Aspectos Legais.....	93
Formação de Professores e a Valorização Social	98
A Construção de uma Cultura Ética na Formação do Pedagogo.....	101
Ética e Diversidade na Escola	101

117

REFERÊNCIAS

UNIDADE 01

Concepções Éticas

Resumindo

A unidade que estudaremos apresentará um foco muito importante sobre as concepções de ética, os seus componentes: Ética como ciência, refletindo sobre os conceitos básicos, concepções, senso moral, consciência moral, filosofia moral e os aspectos históricos, bem como sobre a sua classificação destacando, por sua vez, a conduta humana e a relação desta com outras ciências, que podem ser trabalhadas numa perspectiva cuidadosamente articulada em que ética e moral se harmonizam para que professor e alunos compartilhem cada vez mais no processo de ensino-aprendizagem dentro de uma convivência mútua que diz respeito a uma realidade humana que é constituída histórica e socialmente a partir das relações éticas dos seres humanos nas sociedades onde nascem e vivem.

1

CONCEPÇÕES ÉTICAS

CONCEITOS BÁSICOS



Fonte: <http://sobreeticaemais.blogspot.com/>

Segundo o dicionário Melhoramentos, um dicionário da Língua Portuguesa (1997, p. 214),

ÉTICA:

- Parte da filosofia que estuda os valores da conduta humana.
- Conjunto de princípios morais que se devem observar no exercício de uma profissão.

A origem da palavra ética vem do grego “ethos”, que quer dizer o modo de ser, o caráter. Os romanos traduziram o “ethos” grego, para o latim “mos” (ou no plural “mores”), que quer dizer costume, de onde vem a palavra moral. Tanto “ethos” (caráter) como “mos” (costume) indicam um tipo de

[Saiba mais](#)

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada oficialmente a 24 de outubro de 1945 em São Francisco, Califórnia, por 51 países, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. A primeira Assembleia Geral celebrou-se a 10 de janeiro de 1946 (em Westminster Central Hall, localizada em Londres). A sua sede atual é na cidade de Nova Iorque.

comportamento propriamente humano que não é natural, o homem não nasce com ele como se fosse um instinto, mas que é “adquirido ou conquistado por hábito” (SÁNCHEZ VASQUEZ, 1980, p. 23). Portanto, ética e moral, pela própria etimologia, diz respeito a uma realidade humana que é construída histórica e socialmente a partir das relações coletivas dos seres humanos nas sociedades onde nascem e vivem.

No nosso dia-a-dia não fazemos distinção entre ética e moral, usamos as duas palavras como sinônimas. Mas, os estudiosos da questão fazem uma distinção entre as duas palavras. Assim, a moral é definida como o conjunto de normas, princípios, preceitos, costumes, valores que norteiam o comportamento do indivíduo no seu grupo social. A moral é normativa. Enquanto a ética é definida como a teoria, o conhecimento ou a ciência do comportamento moral, que busca explicar, compreender, justificar e criticar a moral ou as morais de uma sociedade. A ética é filosófica e científica.

Ética é a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. É uma ciência, pois tem objeto próprio, leis próprias e método próprio, na singela identificação do caráter científico de um determinado ramo do conhecimento. O objeto da Ética é a moral. A moral é um dos aspectos do comportamento humano. A expressão moral deriva da palavra romana mores, com o sentido de costumes, conjunto de normas adquiridas pelo hábito reiterado de sua prática.

Com exatidão maior, o objeto da ética é a moralidade positiva, ou seja, “o conjunto de regras de comportamento e formas de vida através das quais tende o homem a realizar o valor do bem”. A distinção conceitual não elimina o uso corrente das duas expressões como intercambiáveis. A origem etimológica de Ética é o vocábulo grego “ethos”, a significar “morada”, “lugar onde se habita”. Mas também quer dizer “modo de ser” ou “caráter”. Esse “modo de ser” é a aquisição de características resultantes da nossa forma de vida. A reiteração de certos hábitos nos faz virtuosos ou viciados. Dessa forma, “o ethos é o caráter impresso na alma por hábito”. Como os hábitos se sucedem, tornam-se por sua vez fonte de novos hábitos. O caráter seria essa segunda natureza que os homens adquirem mediante a reiteração de conduta.

Sob essa vertente, “moral” e “ética” significam algo muito semelhante. Por isso a aparente sinonímia das expressões “valor moral” e “valor ético”, “normas morais” e “normas éticas”. Todavia, a conceituação de ética ora adotada autoriza distingui-la da moral, pese embora aparente identidade

Você sabia

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um dos documentos básicos das Nações Unidas e foi assinada em 1948. Nela, são enumerados os direitos que todos os seres humanos possuem.

etimológica de significado. Ethos, em grego, e mos, em latim, querem dizer costume. Nesse sentido, a ética seria uma teoria dos costumes. Ou melhor, a ética é a ciência dos costumes. Já a moral não é ciência, senão objeto da ciência. Como ciência, a ética procura extrair dos fatos morais os princípios gerais a eles aplicáveis.

Enquanto conhecimento científico, a ética deve aspirar à racionalidade e objetividade mais completas e, ao mesmo tempo, deve proporcionar conhecimentos sistemáticos, metódicos e, no limite do possível, comprováveis. (VASQUEZ, 1997, p. 13.)

A ética é uma disciplina normativa, não por criar normas, mas por descobri-las e elucidá-las. Seu conteúdo mostra às pessoas os valores e princípios que devem nortear sua existência. A Ética aprimora e desenvolve o sentido moral do comportamento e influencia a conduta humana. Aliás, identificar as tarefas da Ética pode clarificar o seu conceito. Para Cortina (2005, p. 32):

Entre as tarefas da ética como filosofia moral são essenciais as que seguem: 1) elucidar em que consiste o moral, que não se identifica com os restantes saberes práticos (com o jurídico, o político ou o religioso), ainda esteja estreitamente conectado com eles; 2) tentar fundamentar o moral; ou seja, inquirir as razões para que haja moral ou denunciar que não as há. Distintos modelos filosóficos, valendo-se de métodos específicos, oferecem respostas diversas, que vão desde afirmar a impossibilidade ou inclusive a indesejabilidade de fundamentar racionalmente o moral, até oferecer um fundamento; 3) tentar uma aplicação dos princípios éticos descobertos aos distintos âmbitos da vida cotidiana.

Se a ética é a doutrina do valor do bem e da conduta humana que tem por objetivo realizar esse valor, a nossa ciência “não é senão uma das formas de atualização ou da experiência de valores ou, por outras palavras, um dos aspectos da Axiologia ou Teoria dos Valores” (REALE, 2003, p. 3). Assim, o complexo de normas éticas se alicerça em valores, normalmente designados valores do bom. Há conexão indissolúvel entre o dever e o valioso. Pois à pergunta o que devemos fazer? Só se poderá responder depois de saber a resposta à indagação o que é valioso na vida?

Saiba mais

“A ética é a base da Responsabilidade Social, expressa nos princípios e valores adotados pela organização. Não há responsabilidade social sem ética nos negócios. Não adianta uma empresa pagar mal seus funcionários, corromper a área de compras de seus clientes, pagar propinas e fiscais do governo e, ao mesmo tempo, desenvolver programas voltados a entidades sociais da comunidade. Essa postura não condiz com uma empresa que quer trilhar um caminho de responsabilidade social. É importante haver coerência entre ação e discurso” (Instituto Ethos; www.ethos.org.br).

Toda norma pressupõe uma valoração e, ao apreciá-la, surge o conceito do bom – correspondente ao valioso – e do mau – no sentido de desvalioso. E norma é regra de conduta que postula dever. Todo juízo normativo é regra de conduta, mas nem toda regra de conduta é uma norma, pois algumas das regras de conduta têm caráter obrigatório, enquanto outras são facultativas. As regras a serem observadas para acessar a Internet ou para viabilizar um programa de software, por exemplo, são de ordem prática e exprimem uma necessidade condicionada. Elas se incluem no conceito de regras técnicas, ou seja, preceitos que assinalam meios para a obtenção de finalidades. As regras técnicas contrapõem-se as normas, preceitos cuja observância implica um dever para o destinatário.

ÉTICA COMO CIÊNCIA



ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Temas de Filosofia. 2. ed. rev. São Paulo: Moderna, 1998. p. 15.

O fenômeno das relações humanas é estudado não apenas na Ética, como também em todos os demais ramos das ciências compreendidas como humanidades. Afinal, os nossos conhecimentos decorrem, essencial e

fundamentalmente, de nossas relações com o que existe no contexto em que estamos situados.

Hoje em dia, na ciência e a tecnologia contemporâneas vimos que deixou de ser evidente a ideia de que a natureza é uma força que, obedecendo às suas próprias leis necessárias, resiste ao nosso poder. Pelo contrário, o saber científico-tecnológico parece dominar as forças naturais de modo cada vez mais amplo e crescente, seja pela capacidade de prever os acontecimentos naturais, seja por meio de intervenções que mudam o próprio curso da natureza. Em outras palavras, o campo do necessário parece cada vez menor e o campo do possível, cada vez maior.

A ciência obtém conhecimentos crescentes e desvenda segredos naturais porque divide sistematicamente a natureza em campos de objetos (físicos, químicos, biológicos, astronômicos etc.) que, por sua vez, são novamente divididos em objetos cada vez mais parciais, estudados em condições cuidadosamente controladas. A esse respeito, os cientistas David Suzuki (2007, p. 11) e Peter Knudston (2001 p. 17), numa obra intitulada Genética – Conflitos entre a engenharia genética e os valores humanos, escrevem:

(...) as explicações científicas do mundo natural são necessariamente fragmentárias, pois a ciência está condenada a ver a natureza como um mosaico de partes componentes, arbitrariamente definidas. Os métodos da ciência são incapazes de abarcar a deslumbrante complexidade da totalidade dos sistemas – quer se trate de células vivas, de cérebros pensantes, quer de ecossistemas autossustentados da floresta tropical.

Trabalhando com e sobre as partes, os cientistas podem compreender fragmentos dos sistemas naturais, mas não a totalidade da natureza. Como consequência, podem desenvolver técnicas que controlam algumas das partes, mas que podem afetar o todo de maneira imprevisível. Ou seja, as ações técnicas podem conseguir efeitos vantajosos sobre certos setores da natureza no curto prazo, mas, no longo prazo e para outros setores da natureza ou para a natureza como um todo. Tais ações podem revelar-se prejudiciais, uma vez que os cientistas não podem prever os efeitos futuros das aplicações científicas sobre as sociedades e sobre os ecossistemas. Dizem os dois autores:

Em muitas coisas, o ritmo acelerado de avanços científicos e tecnológicos rompeu nosso equilíbrio com o mundo natural. A tecnologia dotou a espécie humana de um equivalente mecânico da potência muscular que excede em muito a de qualquer outra espécie que tenha habitado a Terra. Deu-nos os recursos para nos multiplicarmos e nos convertemos nas populações mais numerosas de mamíferos da Terra. E uma grande quantidade de atividades humanas (desde a agricultura comercial até a combustão do petróleo e do carvão) alterou a face de nosso planeta de maneira visível do espaço exterior (SUZUKI, 2007, p. 13; KNUDSTON, 2001, p. 20).

O caso da genética e da engenharia genética, a partir dos estudos dos genes e do surgimento das tecnologias gênicas, é duplamente importante para nós porque, como explicam Suzuki (2007) e Knudston (2001), a genética moderna conferiu aos seres humanos um grande poder sobre a hereditariedade, trazendo técnicas para conhecer os genes das espécies vegetais e animais, para decifrar as mensagens químicas cifradas das moléculas gênicas e até para modificar genótipos individuais. Têm sido enormes os benefícios desses conhecimentos na medicina, na indústria, na agricultura, modificando a visão que o homem possuía de seu lugar na natureza – ele não é o “rei da Criação”, mas um elo na milenar e longuíssima cadeia da vida – e na própria definição do que é um ser humano.

A biologia molecular, descobrindo a origem da vida, abalou os alicerces dos mitos, das religiões, da sabedoria tradicional e dos valores humanos. Por isso mesmo, sugere questões sem precedentes para a ética, a começar pelo fato de que, na sociedade contemporânea, a pesquisa científico-tecnológica e suas aplicações não dependem da vontade e da decisão de indivíduos e sim das grandes corporações empresariais e das instituições militares (o complexo militar industrial de que falamos ao estudar a ciência e a técnica), que possuem os recursos e a perícia técnica necessários para se aproveitar das novas pesquisas e das novas tecnologias. Em vista do aumento do lucro e do poderio militar, apropriam-se privadamente dos resultados científico-tecnológicos, mantidos como segredos, e, sem prestar contas a ninguém, tomam decisões que afetam todas as formas de vida do planeta.

Essas decisões envolvem inúmeros problemas, dos quais vamos aqui destacar dois:

1. a responsabilidade moral e os limites do conhecimento genético

contemporâneo

Os conhecimentos desenvolvidos nessa área do saber, ainda que imensos e cientificamente revolucionários, são incertos. No entanto, precipitadamente, já têm propiciado ações sobre espécies vegetais e animais e sobre o homem, sem que se possa prever os efeitos futuros dessas intervenções.

2. algumas questões éticas sobre o controle da hereditariedade

As aplicações das tecnologias gênicas ou a engenharia genética colocam problemas éticos de grande envergadura que não podem ser ignorados, sobretudo a partir do momento em que se passou a sequenciar o genoma humano (o genoma é o conjunto de cromossomos que contêm os genes que os ascendentes transmitem aos seus descendentes ao longo da história de uma espécie). De fato, os cientistas que pretendem sequenciar o genoma humano acreditam chegar a um conhecimento que nos livre de dores e sofrimentos, cure doenças, prolongue a juventude e adie a morte, graças ao aperfeiçoamento da própria espécie humana com o controle sobre a hereditariedade (o famoso ADN, que costuma ser mencionado e popularizado na sua forma em inglês, isto é, DNA).

Um dos problemas éticos mais graves trazidos pela genética encontra-se na chamada “sondagem gênica”, por meio da qual se pretende detectar, por exemplo, pessoas que teriam genes que as predisporiam para a criminalidade ou as que teriam genes que as predisporiam para certas doenças ligadas a certos tipos de trabalho. Por isso, tais pessoas não deveriam ser empregadas. Essas pessoas não só teriam recebido por hereditariedade a “tendência ao crime” ou a “incapacidade para um trabalho”, como ainda as transmitiriam aos seus descendentes.

Os problemas assinalados significariam que devemos, supersticiosa e fanaticamente, nos opor à investigação genética? De modo algum. Os conhecimentos novos sobre os genes nos auxiliarão a combater doenças, sofrimentos e dores e a melhorar a prevenção e o tratamento de muitas desordens genéticas.

Ao mesmo tempo, porém, o que devemos e podemos exigir responsabilmente é, de um lado, o direito à informação pública correta sobre as pesquisas, suas finalidades e formas de aplicação (ou o combate ao segredo) e, de outro, a clareza quanto às consequências de curto prazo e os riscos de longo prazo. Como escrevem Suzuki (2007) e Knudston (2001):

A ciência e a tecnologia são o produto da curiosidade humana, o irrefreável impulso da mente para conhecer, explorar, mudar. E devemos alimentar essa qualidade a todo instante. Porém, também precisamos reconhecer que há a necessidade de um padrão moral em que a curiosidade científica possa exprimir-se sem expor as populações humanas e seus ambientes a riscos inaceitáveis e danos irreparáveis (SUZUKI, 2007, p. 21; KNUDSTON, 2001, p. 27).

A RELAÇÃO ENTRE SENSO MORAL E A CONSCIÊNCIA MORAL

Em muitas ocasiões, ficamos contentes e emocionados diante de uma pessoa cujas palavras e ações manifestam honestidade, honradez, espírito de justiça, altruísmo mesmo quando tudo isso lhe custa sacrifícios. Sentimos que há grandeza e dignidade nessa pessoa. Sentimos admiração por ela e desejamos imitá-la. Tais emoções e sentimentos também exprimem nosso senso moral, isto é, a maneira como avaliamos a conduta e a ação de outras pessoas segundo ideias como as de mérito e grandeza de alma.

Não raras vezes somos tomados pelo horror diante da violência: chacina de seres humanos e animais, linchamentos, assassinatos brutais, estupros, genocídio, torturas e suplícios. Com frequência, ficamos indignados ao saber que um inocente foi injustamente acusado e condenado, enquanto o verdadeiro culpado permanece impune. Sentimos cólera diante do cinismo dos mentirosos, dos que usam outras pessoas como instrumento para seus interesses e para conseguir vantagens à custa da boa-fé de outros. Todos esses sentimentos também manifestam nosso senso moral ou a maneira como avaliamos as condutas alheias segundo ideias como as de justo e injusto, certo e errado.

Vivemos certas situações, ou sabemos que foram vividas por outros, como situações de extrema aflição e angústia. Assim, por exemplo, uma pessoa querida, com uma doença terminal, está viva apenas porque seu corpo está ligado a máquinas. Suas dores são intoleráveis. Inconsciente, geme no sofrimento. Não seria melhor que descansasse em paz? Não seria preferível deixá-la morrer? Podemos desligar os aparelhos? Ou não temos o direito de fazê-la? Que fazer? Qual a ação correta?

Uma jovem descobre que está grávida. Sente que seu corpo e seu espírito ainda não estão preparados para a gravidez. Sabe que seu parceiro, mesmo que deseje apoiá-la, é tão jovem e despreparado quanto ela e que

ambos não terão como responsabilizar-se plenamente pela gestação, pelo parto e pela criação de um filho. Ambos estão desorientados. Não sabem se poderão contar com o auxílio de suas famílias (se as tiverem).

Se ela for apenas estudante, terá de deixar a escola para trabalhar, a fim de pagar o parto e arcar com as despesas da criança. Sua vida e seu futuro mudarão para sempre. Se trabalha, sabe que perderá o emprego, porque vive numa sociedade na qual os padrões discriminam as mulheres grávidas, sobretudo as solteiras. Receia não contar com a ajuda e o apoio dos amigos. Ao mesmo tempo, porém, deseja a criança, sonha com ela, mas teme dar-lhe uma vida de miséria e ser injusta com quem não pediu para nascer. Pode fazer um aborto? Deve fazê-lo?

Um rapaz namora, há tempos, uma moça de quem gosta muito e é por ela correspondido. Conhece uma outra. Apaixona-se perdidamente e é correspondido. Ama duas mulheres e ambas o amam. Pode ter dois amores simultâneos, ou estará traindo a ambas e a si mesmo? Deve magoar uma delas e a si mesmo, rompendo com uma para ficar com a outra? O amor exige uma única pessoa amada ou pode ser múltiplo? Que sentirão as duas mulheres se ele lhes contar o que se passa? Ou deverá mentir para ambas? Que fazer? Se, enquanto está atormentado pela indecisão, um conhecido o vê ora com uma das mulheres, ora com a outra e, conhecendo uma delas deverá contar a ela o que viu? Em nome da amizade, deve falar ou calar?

Uma pessoa vê, nas portas de uma escola, um jovem vendendo droga a um outro. Essa pessoa sabe que tanto o jovem traficante como o jovem consumidor estão realizando ações a que foram levados pela atividade do crime organizado, contra o qual as forças policiais parecem impotentes. Deve denunciar o jovem traficante, mesmo sabendo que com isso não atingirá as poderosas forças que sustentam o tráfico, mas apenas um fraco anel de uma corrente criminosa que permanecerá impune e que poderá voltar-se contra quem fez a denúncia? Ou deve falar com as autoridades escolares para que tomem alguma providência com relação ao jovem consumidor? Mas de que adiantará voltar-se contra o consumo, se nada pode fazer contra a venda propriamente dita? No entanto, como poderá sentir-se em paz sabendo que há um jovem que talvez possa ser salvo de um vício que irá destruí-lo? Que fazer?

Situações como essas – mais dramáticas ou menos dramáticas – surgem sempre em nossa vida. Nossas dúvidas quanto à decisão a tomar não manifestam nosso senso moral (isto é, nossos sentimentos quanto ao

Saiba mais



Execução de Ruth Snyder, condenada pelo assassinato do marido, em 12 de janeiro de 1928. Esta fotografia, tirada pelo jornalista Tom Howard, levou a opinião pública a uma reflexão ética sobre a pena de morte.

Saiba mais

Em nossa linguagem cotidiana atual, usamos a palavra paixão para nos referirmos ao amor. Filosófica e eticamente, porém, o amor é uma entre muitas paixões, pois paixão significa todo desejo, toda emoção e todo sentimento causadores em nós ou por uma força irracional interna ou pela força incontrolável de alguma coisa extrema que nos domina. Na paixão somos senhores de nós mesmos, mas arrastados por impulsos internos ou forças internas que nos dirigem e controlam. Alegria, tristeza, amor, ódio, medo, esperança, cólera, inveja, avareza, orgulho são paixões.

certo e o errado, ao justo e o injusto), mas põem à prova nossa consciência moral, pois exigem que, sem sermos obrigados por outros, decidamos o que fazer, que justifiquemos para nós mesmos e para os outros as razões de nossas decisões e que assumamos todas as consequências delas, porque somos responsáveis por nossas opções. Em outras palavras, a consciência moral não se limita aos nossos sentimentos morais, mas se refere também a avaliações de conduta que nos levam a tomar decisões por nós mesmos a agir em conformidade com elas e a responder por elas perante os outros.

Todos os exemplos mencionados indicam que o senso moral e a consciência moral referem-se a valores (justiça, honradez, espírito de sacrifício, integridade, generosidade) a sentimentos provocados pelos valores (admiração, vergonha, culpa, remorso, contentamento, cólera, amor, medo) e a decisões que conduzem a ações com consequências para nós e para os outros. Embora os conteúdos dos valores variem, podemos notar que estão referidos a um valor mais profundo, mesmo que apenas subentendido ao bom ou o bem.

Os sentimentos e as ações nascidos de uma opção entre o bom e o mau ou entre o bem e o mal, também estão referidos a algo mais profundo e subentendido: nosso desejo de afastar a dor e o sofrimento e de alcançar a felicidade, seja por ficarmos contentes conosco mesmos, seja por recebermos a aprovação dos outros. Além disso, os sentimentos e as ações morais são aqueles que dependem apenas de nós mesmos, que nascem de nossa capacidade de avaliar e decidir por nós mesmos e não levados por outros ou obrigados por eles; em outras palavras, o senso de consciência moral têm como pressuposto fundamental a idéia de liberdade do agente.

O senso moral e a consciência moral dizem respeito a valores, sentimentos, intenções, decisões e ações referidos ao bem e ao mal, ao desejo de felicidade e ao exercício da liberdade. Dizem respeito às relações que mantemos com os outros e, portanto, nascem e existem como parte de nossa vida com outros agentes morais. O senso e a consciência morais são por isso constitutivos de nossa existência intersubjetiva, isto é, de nossas relações com outros sujeitos morais.

Elemento constituinte do campo ético

Para que haja conduta ética é preciso que exista o agente consciente, isto é, aquele que conhece a diferença entre bem e mal, certo e errado,

permitido e proibido, virtude e vício. A consciência moral não só conhece tais diferenças, mas também se reconhece como capaz de julgar o valor dos atos e das condutas e de agir em conformidade com os valores morais, sendo por isso responsável por suas ações e seus sentimentos e pelas consequências do que faz e sente. Consciência e responsabilidade são condições indispensáveis da vida ética.

A consciência moral manifesta-se, antes de tudo, na capacidade para deliberar diante de alternativas possíveis, avaliando cada uma delas segundo os valores éticos, e para decidir e escolher uma delas antes de lançar-se na ação. É a capacidade para avaliar e pesar as motivações pessoais, as exigências feitas pela situação, as consequências para si e para os outros, a conformidade entre meios e fins (em pregar meios imorais para alcançar fins morais é impossível), a obrigação de respeitar o estabelecido ou de transgredi-lo (se o estabelecido for imoral ou injusto).

A vontade é esse poder deliberativo e decisório agente moral. Para que exerça esse poder, a vontade de um ser livre, isto é, não pode estar submetida à vontade de um outro nem pode estar submetida aos instintos (ou impulsos naturais cegos) e às paixões (sentimentos e emoções incontroláveis que dominam o agente), mas, ao contrário deve ter poder sobre eles e elas, dominando-os e controlando-os.

O campo ético é, assim, constituído pelo agente livre, que é o sujeito moral ou a pessoa moral, e pelos valores e obrigações que formam o conteúdo das condutas morais, ou seja, as virtudes ou as condutas e ações conformes ao bem.

O agente moral

O agente moral, isto é, o sujeito moral ou a pessoa moral, só pode existir se preencher as seguintes condições:

- ser consciente de si e dos outros, isto é, ser capaz de reflexão e de reconhecer a existência dos outros como sujeitos éticos iguais a si;
- ser dotado de vontade, isto é, 1) de capacidade para controlar e orientar desejos, impulsos, tendências, paixões, sentimentos para que estejam em conformidade com as normas e os valores ou as virtudes reconhecidas pela consciência moral; e 2) de capacidade para deliberar e decidir entre várias alternativas possíveis;
- ser responsável, isto é, reconhecer-se como autor da ação, avaliar

Saiba mais

O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização internacional que pretende assegurar o bom funcionamento do sistema financeiro mundial pelo monitoramento das taxas de câmbio e da balança de pagamentos, através de assistência técnica e financeira. Sua sede é em Washington, DC, Estados Unidos da América.

os efeitos e as consequências dela sobre si e sobre os outros, assumi-la bem como às suas consequências, respondendo por elas;

- ser livre, isto é, ser capaz de oferecer-se como causa interna de seus sentimentos, atitudes e ações, por não estar submetido a poderes externos que o forcem e o constringam a sentir, a querer e a fazer alguma coisa. A liberdade não é tanto o poder para escolher entre vários possíveis, mas o poder para autodeterminar-se, dando a si mesmo as regras de conduta.

Os valores ou fins éticos

Como já dissemos, o campo ético é constituído por dois pólos internamente relacionados: o agente ou sujeito/pessoa moral e os valores morais ou as virtudes éticas, que são considerados os fins da ação ética ou a finalidade da vida moral.

Do ponto de vista dos valores, a ética exprime a maneira como uma cultura e uma sociedade definem para si mesmas o que julgam ser o mal e o vício, a violência e o crime e, como contrapartida, o que consideram ser o bem e a virtude, a brandura e o mérito. Independentemente do conteúdo e da forma que cada cultura lhe dá, todas as culturas consideram virtude algo que é o melhor como sentimento, como conduta e como ação; a virtude é a excelência, a realização perfeita de um modo de ser, sentir e agir. Em contrapartida, o vício é o que é o pior como sentimento, como conduta e como ação; o vício é a baixeza dos sentimentos e das ações.

Por realizar-se como relação intersubjetiva e social, a ética não é alheia ou indiferente às condições históricas e políticas, econômicas e culturais da ação moral conseqüentemente, embora do ponto de vista da sociedade que a institui uma ética seja sempre considerada universal (universal porque seus valores são obrigatórios para todos os seus membros), de fato, toda ética está em relação com o tempo e a história, transformando-se para responder a exigências novas da sociedade e da cultura, pois somos seres históricos e culturais e nossa ação se desenrola no tempo.

Os meios morais

Além do sujeito ou pessoa moral e dos valores ou fins morais, o campo ético é ainda constituído por um outro elemento: os meios para que o sujeito realize os fins.

Costuma-se dizer que os fins justificam os meios, de modo que, para alcançar um fim legítimo, todos os meios disponíveis são válidos. No caso da ética, porém, essa afirmação não é aceitável.

No caso da ética, portanto, nem todos os meios são justificáveis, mas apenas aqueles que estão de acordo com os fins da própria ação. Em outras palavras, fins éticos exigem meios éticos.

A relação entre meios e fins pressupõe a ideia de discernimento, isto é, que saibamos distinguir entre meios morais e imorais, tais como nossa cultura ou nossa sociedade os definem. Isso significa também que esse discernimento não nasce conosco, mas precisa ser adquirido por nós e, portanto, a pessoa moral não existe como um fato dado, mas é criada pela vida intersubjetiva e social, precisando ser educada para os valores morais e para as virtudes de sua sociedade.

Poderíamos, entretanto, indagar se a educação ética não seria uma violência. Em primeiro lugar, porque se tal educação visa transformar-nos de passivos (ou submetidos à força das paixões) em ativos (ou senhores de nossa razão e liberdade), poderíamos perguntar se nossa natureza não seria essencialmente passional e, portanto, se forçar-nos à racionalidade ativa não seria um ato de violência contra a nossa natureza espontânea, já que violência é forçar alguém a sentir e agir de maneira contrária à sua natureza. Em segundo lugar, porque se essa educação visa colocar-nos em harmonia e em acordo com os valores de nossa sociedade, poderíamos indagar-se isso não nos submeteria a um poder externo à nossa consciência, o poder da moral social e, nesse caso, em vez de sujeitos autônomos ou livres, seríamos escravos das normas, regras e valores impostos por nossa sociedade. Para responder a essas questões precisamos examinar o desenvolvimento das idéias éticas na Filosofia.

ÉTICAS E SUAS CONCEPÇÕES

Agir de acordo com o bem

No dia-a-dia, tomamos atitudes diversas para favorecer as relações pessoais, preservar nossa integridade e alcançar maiores benefícios no decorrer da existência. Ou seja, aspiramos por uma “vida boa”, queremos ser felizes.

De uma maneira refletida, mas nem sempre sistemática, paramos

Saiba mais

A palavra autônomo vem do grego *autos* (“eu mesmo, si mesmo”) e *nomos* (“lei, norma, regra”). Aquele que tem o poder para dar a si mesmo a regra, a norma, a lei é autônomo e goza de autonomia ou liberdade. Autonomia significa autodeterminação. Quem não tem a capacidade racional para a autonomia é heterônomo, palavra que vem do grego *hetero* (“outro”) e *nomos* (“receber de um outro a norma, a regra ou a lei”).

para indagar a respeito da melhor conduta a ser tomada em nossa vida e qual deve ser evitada. Dessa forma, entramos propriamente no mundo moral, que nos permite distinguir o bem do mal, já que agir moralmente é agir de acordo com o bem.

Também tem sido essa a preocupação dos filósofos através dos tempos, ao se aprofundarem nas questões teóricas, tais como: Em que consiste o bem? Qual o fundamento da ação moral? Qual a natureza do dever? De onde vêm as normas morais? Elas podem ser mudadas? Quem pode alterá-las? Essas perguntas nos remetem para o campo da ética, área da filosofia que, como vimos, reflete criticamente sobre a experiência moral e discute as noções e princípios que fundamentam a conduta moral.

A felicidade como bem supremo

A reflexão ética propriamente dita se inicia no mundo ocidental na Grécia antiga, quando os filósofos procuram o fundamento moral segundo uma compreensão da realidade distanciada dos relatos míticos.

Enquanto para os filósofos sofistas os princípios morais resultam de convenções sociais, Sócrates a eles se contrapõe, fundamentando a moral na própria natureza humana. No diálogo Eutífron, Platão mostra Sócrates discutindo, inicialmente, sobre as ações do homem ímpio ou santo conforme a ordem constituída, para então se perguntar em que consiste a impiedade e a santidade em si, independentemente dos casos concretos. Dessa forma, pela primeira vez um filósofo se interroga sobre o fundamento último da moral.

A ética de Aristóteles (século IV a.C.) exerceu forte influência no pensamento ocidental. Segundo sua teoria, conhecida como eudemonismo (o verbo grego eudaimonéo significa “ter êxito”, “ser feliz”), todas as atividades humanas aspiram a algum bem, dentre os quais o maior é a felicidade. Para Aristóteles, a felicidade não se encontra nos prazeres nem na riqueza, mas na atividade racional. Admitindo que o pensar é a principal característica humana, conclui que a felicidade consiste na atividade da alma segundo a razão.

Hedonistas e estóicos

Para os hedonistas (do grego hedoné, “prazer”) o bem se encontra no prazer. Em sentido bem genérico, podemos dizer que a civilização

contemporânea é hedonista por identificar a felicidade com a aquisição de bens de consumo: ter uma bela casa, carro, muitas roupas, boa comida, múltiplas experiências sexuais. E, também, pela incapacidade de tolerar qualquer desconforto, seja uma simples dor de cabeça ou o enfrentamento sereno das doenças e da morte.

Idade Média: moral e religião

O ideal ascético, muito bem aceito pelo cristianismo medieval, deriva do modo de pensar estóico. A ascese visa ao aperfeiçoamento da vida espiritual por meio de práticas de mortificação do corpo, como jejum, abstinência, flagelação.

Essa tendência predominou na Alta Idade Média, ainda influenciada pelos Padres da Igreja. No auge da Escolástica, porém, o filósofo e teólogo Santo Tomás de Aquino (século XIII) adapta o aristotelismo aos ideais cristãos e recupera a ética eudemonista. Mas, fiel ao ideal religioso, admite que a única contemplação que garante a felicidade é a contemplação de Deus, de quem teremos o conhecimento pleno só na vida futura, após a morte.

Dica

Quaisquer que sejam as concepções éticas assumidas pelos filósofos, elas refletem a tentativa original e criativa dos seres humanos de pautarem seus atos de forma refletida.

A moral laica

A partir da Idade Média, porém, a moral vai se tornando laica (não religiosa). Ser moral e ser religioso deixam de ser polos inseparáveis e admite-se que uma pessoa atea também seja moral, porque o fundamento dos valores não se encontra em Deus, mas no próprio ser humano.

O formalismo kantiano

O século XVIII é chamado o Século das Luzes porque, em todas as expressões do pensamento e atividades humanas, a razão como uma luz, serve para interpretar e reorganizar o mundo. Recorrer à razão significa recusar a intolerância religiosa e o critério de autoridade. Para Kant, maior expoente do Iluminismo, a ação moral é autônoma, pois o ser humano é o único capaz de se determinar segundo leis que a própria razão estabelece.

Ao buscar essas leis, Kant (1774), não parte de valores determinados pelas nossas inclinações, nem aceita como fim do ato moral a felicidade, o bem-estar, o interesse ou o prazer, porque todas essas formas de fundar a

Você Sabia?

Medicina Humanizada

Temos hoje, no Brasil, aproximadamente 321 mil médicos. A Medicina brasileira nos últimos 141 anos utilizou-se de oito diferentes códigos de ética. O perfil do médico delineado no 1º Código de Ética Médica de 1967 é de verdadeiro sacerdote. Atente-se para as expressões: “Ministro de esperança e conforto”; “Alentando o espírito que desfalece”; “dever sagrado”; “evitar o que possa deprimir-lhe o espírito”. Hoje passamos por crise de saúde. Urge redescobrirmos o valor da pessoa frente ao endeusamento da tecnologia. Há que se resgatar o respeito pelos valores do paciente e exercícios profissionais com competência técnico-científica e ética. Por que não cuidar com ciência e ternura humana? (Pe. Leo Pessini)

ética são subjetivas e relativas. Ao contrário, para alcançar o valor absoluto e universal, parte de uma lei ou forma a priori, anterior a toda experiência, ou seja, parte de um imperativo categórico: a obediência à lei é voltada apenas para a realização do dever.

Moral e existência concreta

Vimos que a moral iluminista é racional, laica e acentua a importância da liberdade e do direito de contestação. Também é uma moral universalista porque, embora admita as diferenças dos costumes dos povos, aspira por encontrar o núcleo comum de valores universais.

A partir do final do século XIX, porém, os filósofos começam a se posicionar contra a moral formalista kantiana fundada na razão universal, abstrata, de um sujeito transcendental.

A questão moral hoje

No século XX, continua valendo a desconfiança na razão como instrumento eficaz para orientar a vida moral. Não mais se diz, como os modernos, que agir virtuosamente é agir de conformidade com a razão.

Às advertências de Marx, que denuncia a ideologia e seu poder de manipular a consciência, acrescenta-se a descoberta de Freud (1856-1939) do inconsciente, força interna radicada nas pulsões que, ao entrarem em conflito com as normas sociais, tornam-se fonte de repressão e neurose.

Diante dos problemas do mundo globalizado, Apel (1994) ressalta o fato de que hoje, mais do que nunca, a moral se situa além dos limites da casa, do bairro, da cidade, do país, para exigir a reflexão sobre a macrosfera (destino da humanidade). Nesse sentido, é preciso constituir-se uma macroética que examine os interesses humanos vitais em nível planetário.

Esse esboço sobre as concepções éticas nos dá uma ideia das variadas tendências dos filósofos através da história. Enquanto uns subjugam as paixões pela razão, outros querem recuperar as forças instintivas comprometidas com a vida. Enquanto há os que vinculam a moral à religião, outros defendem a moral laica. Uns buscam o princípio absoluto e universal, mas há quem reconheça o relativismo de toda moral.

ÉTICA E/OU FILOSOFIA MORAL

Toda cultura e cada sociedade institui uma moral, isto é, valores concernentes ao bem e ao mal, ao permitido e ao proibido e à conduta correta e à incorreta, válidos para todos os seus membros. Culturas e sociedades fortemente, hierarquizadas e com diferenças de castas ou de classes muito profundas podem até mesmo possuir várias morais, cada uma delas referida aos valores de uma casta ou de uma classe social.

No entanto, a simples existência da moral não significa a presença explícita de uma ética, entendida como filosofia moral, isto é, uma reflexão que discuta, problematize e interprete o significado dos valores morais. Ao contrário, como já dissemos, toda sociedade tende a naturalizar a moral, de maneira a assegurar sua perpetuação através dos tempos.

De fato, os costumes são anteriores ao nosso nascimento e formam o tecido da sociedade em que vivemos, de modo que acabam sendo considerados inquestionáveis e as sociedades tendem a naturalizá-los (isto é, a torná-los como fatos naturais existentes por si mesmos). Não só isso. Para assegurar seu aspecto obrigatório que não pode ser transgredido, muitas sociedades tendem a sacralizá-los, ou seja, as religiões os concebem ordenados pelos deuses, na origem dos tempos. Como as próprias palavras indicam, ética e moral referem-se ao conjunto de costumes tradicionais de uma sociedade e que, como tais, são considerados valores e obrigações para a conduta de seus membros.

A filosofia moral ou a disciplina denominada a ética nasce quando se passa a indagar o que são, de onde vêm e o que valem os costumes.

A filosofia moral ou a ética nasce quando, além das questões sobre os costumes, também se busca compreender o caráter de cada pessoa, isto é, o senso moral e a consciência moral individuais.

O legado dos filósofos gregos

Se examinarmos o pensamento filosófico dos antigos, veremos que nele a ética afirma três grandes princípios da moral:

1. por natureza, os seres humanos aspiram ao bem e à felicidade, que só podem ser alcançados pela conduta virtuosa;
2. a virtude é uma excelência alcançada pelo caráter, tanto assim que a palavra grega que a designa é aretê, que quer dizer “excelência”. É a força

Para refletir

Thomas Berry Brazelton, pediatra e psiquiatra norte-americano, professor Emérito da Escola de Medicina de Harvard (1919), em colaboração com o seu colega Joshua Sparrow pedopsiquiatra e Professor Assistente de Psiquiatria defendeu que a disciplina é o melhor presente que um pai pode dar ao seu filho a seguir ao amor. Esta afirmação vem no sentido de justificar a necessidade da disciplina para a criança se sentir segura e nela encontrar os limites que tanto necessita. A preocupação dos pais em educar os seus filhos proporciona-lhes segurança e faz sentirem-se amados. Disciplinar não é castigar e punir, tem a ver com o ensino que requer repetição e paciência com o objetivo de, a longo prazo, lhe proporcionar a capacidade de se auto controlar e estabelecer os seus próprio limites. Desde o primeiro dia de vida da criança, os limites firmes, mas carinhosos, dos pais ajudam-na a estabelecer internamente padrões que virá a necessitar pela sua vida fora. A partir dos oito meses a criança já consegue aperceber-se do significado do sim e do não.

interior do caráter que consiste na consciência do bem e na conduta definida pela vontade guiada pela razão, pois cabe a esta última o controle sobre instintos e impulsos irracionais descontrolados, que existem na natureza de todo ser humano;

3. a conduta ética é aquela na qual o agente sabe o que está e o que não está em seu poder realizar, referindo-se, portanto, ao que é possível e desejável para um ser humano. Saber o que está em nosso poder significa, principalmente, não se deixar arrastar pelas circunstâncias nem pelos instintos, nem por uma vontade alheia, mas afirmar nossa independência e nossa capacidade de autodeterminação.

O sujeito ético ou moral não se submete aos acasos da sorte (ou o que os antigos chamavam de fortuna), nem à vontade e aos desejos de um outro, nem à tirania das paixões (ou sentimentos e desejos incontrolláveis), mas obedece apenas à sua consciência – que conhece o bem e as virtudes – e à sua vontade racional – que conhece os meios adequados para chegar aos fins morais. A busca do bem e da felicidade são a essência da vida ética.

Os filósofos antigos (gregos e romanos) consideravam que a vida ética transcorria como um embate contínuo entre nossos apetites e desejos – as paixões – e nossa razão. Por natureza, somos passionais e a tarefa primeira da ética é a educação de nosso caráter ou de nossa natureza para seguirmos a orientação da razão. A vontade possuía um lugar fundamental nessa educação, pois era ela que deveria ser fortalecida para permitir que a razão controlasse e dominasse as paixões.

O passional é aquele que se deixa arrastar por tudo quanto satisfaça imediatamente seus apetites e desejos, tornando-se escravo deles. Desconhece a moderação, busca tudo imoderadamente, acabando vítima de si mesmo.

Podemos resumir a ética dos antigos em três aspectos principais:

1. oracionalismo: a vida virtuosa é agir em conformidade com a razão, que conhece o bem, o deseja e guia nossa vontade até ele. A vida virtuosa é aquela em que a vontade se deixa guiar pela razão;

2. onaturalismo: a vida virtuosa é agir em conformidade com a natureza (o cosmo) e com nossa natureza (nosso éthos), que é a parte do todo natural. Agir voluntariamente não é, portanto, agir contra a necessidade natural (sobre esta não temos poder nenhum) e sim agir em harmonia com ela, de tal maneira que o possível, desejado e realizado por nossa vontade realize nossa natureza individual e a coloque em harmonia com o todo da natureza;

Dica

O professor se liga à eternidade. Ele nunca sabe quando cessa a sua influência.
(Henry Ablans)

O verdadeiro professor defende os seus alunos contra a sua própria influência.
(Amos Alcott)

3. inseparabilidade entre ética e política: isto é, a inseparabilidade entre a conduta do indivíduo e os valores da sociedade, pois somente na existência compartilhada com outros encontramos liberdade, justiça e felicidade.

A ética, portanto, era concebida como educação do caráter do sujeito moral para dominar racionalmente impulsos, apetites e desejos, para orientar a vontade rumo ao bem e à felicidade, e para formá-lo como membro da coletividade.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA ÉTICA

Podemos dizer que a reflexão ética se inicia no mundo ocidental na Grécia antiga, no século V a.C. quando se acentua o desligamento da compreensão de mundo baseada nos relatos míticos. Os sofistas rejeitam o fundamento religioso da moral e consideram que os princípios morais resultam das convenções sociais.

Por essa época destaca-se o esforço de Sócrates no sentido de se contrapor à posição dos sofistas, buscando os fundamentos da moral não nas convenções, mas na própria natureza humana. Seu discípulo Platão, no diálogo chamado Eutífron, mostra Sócrates discutindo inicialmente sobre as ações do homem ímpio ou santo conforme a ordem constituída, para então se perguntar em que consiste a impiedade e a santidade em si, independentemente dos casos concretos.

Daí para frente, muitas foram as soluções dadas pelos filósofos para a questão referente à natureza do bem moral.

No entanto, o principal representante do hedonismo grego, no século III a.C., Epicuro, considera que os prazeres do corpo são causa de ansiedade e sofrimento, e, para que a alma permaneça imperturbável é preciso, portanto, desprezar os prazeres materiais. Essa atitude o leva a privilegiar os prazeres espirituais, dentre os quais destaca aqueles referentes à amizade.

Na mesma época, o estóico Zeno de Cítio despreza os prazeres em geral, ao considerar que muitos males decorrem deles. Busca eliminar as paixões, que só produzem sofrimento, e considera que a vida virtuosa do homem sábio, que vive de acordo com a natureza e a razão, consiste em aceitar com impassibilidade o destino e o sofrimento.

Variadas têm sido as soluções encontradas para as questões éticas no decorrer da história da filosofia, mas desde a expansão do cristianismo a cultura ocidental ficou marcada pela tradição moral cujo fundamento se encontra nos valores religiosos e na crença na vida depois da morte. Nessa perspectiva, os valores são considerados transcendentais, porque resultam

Saiba mais

Justiça, paz e ecologia

Para termos uma vida plena de justiça, paz e ecologia, temos que erradicar a pobreza mundial. Não se pode admitir, hoje, que alguém passe fome, não tenha o mínimo para uma vida digna, que não tenha o direito à saúde, à educação, ao lazer. Nossas ações devem sempre ir ao encontro de um mundo mais fraterno. Devemos erradicar a pobreza como um imperativo ético, social, econômico e ambiental. Podemos pensar e construir um mundo mais sociológico, mas respeitoso e fraterno. Que as futuras gerações possam encontrar nossa casa comum melhor do que se encontra atualmente. E não será a descoberta de uma nova tecnologia que fará esta mudança, mas todos juntos, em mutirão, podemos sonhar e construir este mundo tão desejado. Frei Jamis Luiz Girardi, OFM.

Para refletir

Virtude

coragem
temperança
liberdade
respeito próprio
magnificência
gentileza
veracidade
agudeza de espírito
amizade
justa indignação

Vício por excesso

temeridade
libertinagem
prodigalidade
vulgaridade
 vaidade
irascibilidade
orgulho
zombaria
condescendência
inveja

Vício por falta

covardia
insensibilidade
avareza
vileza
modéstia
indiferença
descrédito próprio
grosseira
tédio
malevolência

de doação divina, o que costuma levar à identificação do homem moral com o homem temente a Deus.

Na Idade Média foi grande o esforço o esforço de pensadores tão diferentes como Nietzsche, Marx, Kierkegaard, Freud e os existencialistas. Dentre estes, vamos destacar brevemente a importante contribuição de Nietzsche.

O pensamento de Nietzsche se orienta no sentido de recuperar as forças inconscientes, vitais e instintivas subjugadas pela razão durante séculos. Para tanto, critica Sócrates por ter encaminhado pela primeira vez a reflexão moral em direção ao controle racional das paixões. Segundo Nietzsche, nasceu aí o homem desconfiado de seus instintos, e essa destruição culminou com o cristianismo, acelerando o processo de “domesticação” do homem.

Amoral cristã é a moral do rebanho, geradora de sentimentos de culpa e ressentimentos, e fundada na aceitação do sofrimento; da renúncia, do altruísmo, da piedade, típicos da moral dos fracos.

Por isso, Nietzsche defende a transmutação de todos os valores, superando a moral comum para que os atos do homem forte não sejam pautados pela mediocridade das virtudes estabelecidas. Para tanto, é preciso recuperar o sentimento de potência, a alegria de viver, a capacidade de invenção.

Hoje em dia muitos são os problemas a serem enfrentados pelo homem contemporâneo, ao discutir a respeito da moral: o espontaneísmo, o individualismo, o relativismo moral, o narcisismo hedonista, a recusa da razão dominadora. Se lembrarmos ainda os riscos de massificação do homem pelos meios de comunicação, estaremos diante de um quadro às avessas do que poderíamos considerar como condições adequadas de uma vida moral autêntica, já que esta supõe consciência crítica, liberdade, reciprocidade e responsabilidade.

A questão que se coloca hoje é a da superação dos empecilhos que dificultam a existência de uma vida moral autêntica.

Ainda mais: o esforço de recuperação da ética passa pela necessidade de não se esquecer da dimensão planetária da sociedade contemporânea, quando todos os pontos da Terra, essa “aldeia global”, se acham ligados pelos meios de comunicação de massa e pelos mais velozes transportes. Isso nos faz considerar a moral além dos limites restritos dos pequenos grupos, como a família, o bairro, a cidade, a pátria. A generosidade da moral planetária supõe a garantia da pluralidade dos estilos de vida, a aceitação das diferenças, sem que se sucumba à tentação de dominar o outro por considerar a diferença um sinal de inferioridade.

CLASSIFICAÇÃO DA ÉTICA

Classificar é compartimentar o conhecimento para que ele seja facilmente encontrado nos escaninhos da memória, quando se mostrar necessária a sua recuperação. Por isso, a arbitrariedade das classificações. Não se deve confiar, também, na ortodoxia dos critérios distintivos entre cada classe. Os diferentes tipos se interpenetram e podem se apresentar como formas ecléticas. O sentido da separação é tentar facilitar o estudo da Ética, mediante contemplação do aspecto preponderante a ela conferido por certas doutrinas. Aliás, a advertência serve a qualquer classificação.

Ao se classificar, reitere-se, a pretensão do classificador é delimitar as áreas do conhecimento e sistematizá-las, de maneira a tornar mais facilitada a sua localização. As subdivisões atendem ainda a uma finalidade pedagógica: o treino da capacidade de memorização e da estratégia de ordenamento das informações, com vistas à sua utilidade futura e permanente.

Ética empírica

A construção distintiva entre filosofia empírica e filosofia pura se deve a Kant. Para ele, empírica é a filosofia baseada na experiência e pura a fundada em princípios racionais. Singelamente, ética empírica é aquela que pretende derivar seus princípios da mera observação dos fatos.

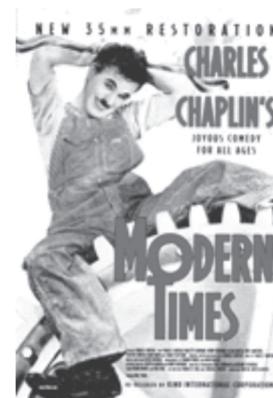
A Ética anarquista

O vocábulo anarquismo, a que se associa a expressão corrente e pejorativa anarquia, originou-se do grego e significa sem governo. A inspiração primária é instigante: o impulso instintivo para a liberdade. Por anarquismo se entende,

O movimento que atribui, ao homem como indivíduo e à coletividade, o direito de usufruir toda a liberdade, sem limitação de normas, de espaço e de tempo, fora dos limites existenciais do próprio indivíduo: liberdade de agir sem ser oprimido por qualquer tipo de autoridade, admitindo unicamente os obstáculos da natureza, da opinião, do senso comum e da vontade da comunidade geral – aos quais o indivíduo se adapta sem constrangimento, por um ato livre e vontade (BOBBIO, e PASQUINI, 2004, p. 23)

O anarquismo repudia toda norma e todo valor. Direito, moral, e

Para refletir



Filme: Tempos modernos

Duração: 87 minutos

Gênero: comédia.

Diretor: Charles Chaplin

O filme Tempos Modernos retrata a desumanização do trabalho nas fábricas e as condições dos operários.

Você sabia?

Que a Ética filosófica é a ética das indagações. Vejamos algumas por uma trilha especulativa.

P. – Por que leio?

R. – Porque sou alfabetizado.

P. – Por que sou alfabetizado?

R. – Porque frequentei a escola.

P. – Por que fui alfabetizado?

R. – Para progredir nos conhecimentos.

P. – Para conhecer o quê?

R. – O que está nos livros.

P. – O que está nos livros é tudo que você quer conhecer?

R. – Não, há coisas que quero conhecer e que não estão nos livros.

P. – Por que dedicar-se à leitura, se é mais fácil buscar o conhecimento fora dos livros?

R. – Porque os livros informam e não tenho condições de colher, por outro modo, todas as informações que eles contêm.

convencionalismos sociais, religião, tudo constitui exigência arbitrária, nascida da ignorância, da maldade e do medo. Assim, as leis não são legítimas, sejam morais, sejam jurídicas.

Ética utilitarista

O verbete utilitarismo se presta a inúmeros sentidos. Em linhas singelas, o utilitarismo se caracteriza por considerar bom o que é útil. Haveria perfeita identidade entre o útil e o bom. A conduta ética desejável é a conduta útil. Isto satisfaria as exigências de uma explicação racional para a necessidade do comportamento ético? Não se mostra suficiente a resposta dos utilitaristas, pois a utilidade é mero atributo de um instrumento. Uma faca é útil se efetivamente corta, um revólver é útil se dispara.

Com um ou outro se pode praticar o mal. Todavia, a faca em si, não tem destinação nociva. Serve para descascar laranjas. Já o revólver, difícil sustentar-se a dignidade de sua vocação. Invocar o instituto da legítima defesa expõe uma exceção, não a regra. Revólver existe para matar. Essa é a destinação ínsita da arma. Basta essa constatação para se concluir que o útil não se confunde com o bom.

A Ética ceticista

Ceticismo, em regra, é a corrente do pensamento que se contrapõe ao dogmatismo. Na lição de Reale (2003, p. 28):

Enquanto o dogmatismo afirma a possibilidade de atingir-se a verdade com certeza e sem limites a priori, o ceticismo implica uma constante atitude dubitativa ou em todos os graus e formas de conhecimento, convertendo a 'incerteza' em característico essencial dos enunciados tanto da Ciência como da Filosofia.

O cético não acredita em nada, ou desacredita de tudo. Seu pensamento se reduz a um pêndulo a oscilar entre pólos dogmáticos opostos, sem se deter em qualquer deles. E "a dúvida não implica o conhecimento. É mera suspensão do juízo. Cético não é o que nega, nem o que afirma, senão o que se abstém de julgar". ([http: xa.yimg.com/kq/groups/](http://xa.yimg.com/kq/groups/))

Ética subjetivista

A manifestação mais comum e corriqueira da ética empírica é o subjetivismo. Significa a tendência a encarar todas as coisas por um ângulo de visão estritamente pessoal. O ângulo do próprio observador, do sujeito mesmo que observa. Eticamente, consiste em cada qual adotar para si a conduta ética mais conveniente com a sua própria escala de valores. Pode se falar em subjetivismo individualista e em subjetivismo social ou específico.

A origem do subjetivismo está em Protágoras, para quem “o homem é a medida de todas as coisas; da existência das que existem e da não existência das que não existem”. De acordo com esse postulado, cada homem é a medida do real. Ou, em outras palavras, a verdade não é objetiva, mas há tantas verdades quanto os sujeitos cognoscentes. O que é verdade para um pode ser falsidade para outro. A apreensão da verdade varia de acordo com o sujeito.

ÉTICA E CONDUTA HUMANA

Como móvel de conduta humana, a Ética tem uma concepção de objeto da vontade ou das regras que a direcionam.

O bem, nesse caso, não se enfoca como algo básico de realidade ou perfeição, mas, sim, como o que passa a ser matéria nos domínios do volitivo.

A vontade ética torna-se, nessa acepção, a ser um dos assuntos de grande importância, como núcleo de estudos.

Antes de entramos na questão, conveniente é que bem se esclareça o que o conceito conduta procura expressar, em sentido amplo, genérico.

A conduta do ser é sua resposta a um estímulo mental, ou seja, é uma ação que se segue ao comando do cérebro e que, manifestando-se variável, também pode ser observada e avaliada.

Como tais respostas aos estímulos não são sempre as mesmas, variando sob diversas circunstâncias e condições, não se deve confundir tal fenômeno com um simples comportamento.

O comportamento também é uma resposta a um estímulo cerebral, mas é constante, ou seja, ocorre sempre da mesma forma, nisto, diferencia-se da conduta, pois esta sujeita-se à variabilidade de efeitos.

No emprego de conceitos, pois, como ação, atitude, comportamento, conduta existem diferenças que expressam razões também diferentes das consequências da influência do cérebro, sobre o que ocorre na materialização de seus estímulos.

Saiba mais!

O Utilitarismo pode ser estudado em JEREMY BENTHAM, sobretudo em *Fragment on government and introduction to the principles of morals and legislation*; em JOHN STUART MILL, *Utilitarismo*; KARL POPPER, *A sociedade aberta e seus inimigos*; e JOHN RAWLS, no conhecido livro *Uma teoria da justiça*.

Dica

A virtude assemelha-se a uma árvore que tem as raízes na terra, mas seus frutos são colhidos no céu. (Thomas Merton)

O que a Ética estuda, pois, é a ação que, comandada pelo cérebro, é observável e variável, representando a conduta humana.

Tais diferenças conceituais nem sempre são respeitadas e os termos podem ser encontrados para expressarem efeitos como se sinônimos fossem; em realidade, todavia, a partir do início deste século, começaram a apresentar as diferenças que podem ser detectadas.

A evolução conceptual é natural nas ciências e até no campo empírico; quanto mais evolui um conhecimento, tanto mais tende a ser mais e melhores conceitos.

O estudo doutrinário a respeito do motivo que leva a produzir a conduta é um específico esforço intelectual; buscar conhecer o que promove a satisfação, prazer ou felicidade é, nessa forma de entender a questão, mais que analisar o bem como uma coisa isolada ou ideal, simplesmente.

A denominada Ética da Conduta ou Ética do móvel, tem inspiração milenar e já a encontramos nos pensadores clássicos, como nos referimos.

Xenofonte indicou caminhos de ação do homem para que fossem observados de forma adequada, perante cada um dos aspectos de sua presença, ou seja, perante a divindade, os amigos, a sociedade, a pátria etc., cada um exigindo uma ação específica, uma conduta peculiar a ser observada.

Consciente como foi em relação à administração, não só militar, mas na vida prática do governo da riqueza para a satisfação das necessidades humanas, com grande objetividade, escreveu ele o que de sua experiência colheu.

Apresentou entendimentos de condutas que realmente nos parecem de uma lógica irrepreensível, como o que diz respeito à gestão do bem público, quando sugeriu que aquele que não sabe administrar sua casa não sabe, também, administrar o Estado.

Os pensadores da época entenderam por Ética a ação virtuosa, desde que esta resultasse do consenso de todos, ou seja, fosse aceita como tal.

A Ética, como um estudo visando apresentar o que se deve buscar para que se sinta e se pratique o bem, hoje acolhida de forma relevante, também foi a forma de entender do pensamento da Idade Clássica, inclusive como veículo para o prazer ou felicidade, mas, no decorrer do tempo, arrefeceu-se na Idade Média, para, depois, tomar nova força quando do Renascimento.

A RELAÇÃO DA ÉTICA COM OUTRAS CIÊNCIAS

A Ética e a filosofia

Concebida como conjunto sistemático de conhecimentos racionais e objetivos concernentes ao comportamento moral humano, a Ética já não é mero capítulo da Filosofia. A Ética é ciência.

Contra a autonomia científica da Ética argumenta-se que ela não só elabora juízos de valor, não proposições objetivamente válidas. Essa objeção valeria apenas para uma parte da ética: a ética normativa. Mas a ética é muito mais abrangente, não se resumindo a editar recomendações e formular prescrições morais.

Também não é verdade que a Ética seja parcelada Filosofia especulativa, elaborada acientificamente e sem preocupação com a realidade moral humana. E ainda que as questões éticas tenham sido sempre estudadas pelos filósofos, hoje elas adquiriram autonomia científica.

A conquista de foros científicos não torna a Ética totalmente desvinculada da Filosofia. Essa autonomia não é absoluta, em relação aos demais ramos de saber. Pois “uma ética científica pressupõe, necessariamente, uma concepção filosófica imanentista e racionalista. (SILVA, 2007, p. 22)

A Ética e a moral

A moral é objeto da Ética. Mas a relação que se estabelece entre a Ética, um dos capítulos da teoria da conduta e a moralidade positiva, como fato cultural, é a mesma que pode ser encontrada entre uma doutrina científica e seu objeto.

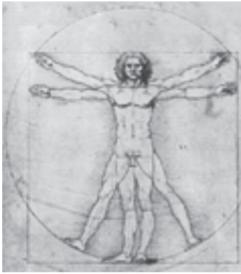
A Ética e Psicologia

Os agentes morais são indivíduos concretos, insertos numa comunidade. Além de atos morais, seus atos são também psíquicos, derivados de motivação, impulso e consciência. Antes de produzir efeito em relação às demais pessoas, o ato moral é produzido na psique de seu agente. Ele pode escolher entre agir e deixar de agir. E cumpre conhecer os motivos que o impulsionaram a se conduzir de uma ou outra forma.

Dica

Toda nação que se preza não abre mão de três coisas: orgulho racional, esperança coletiva e medo estável.
(John Stuart Mill)

Saiba mais



“O homem é a medida de todas as coisas”, frase de Protágoras sobre a relatividade do conhecimento que pode ser representada pelo “Homem de Vitruvius”, desenho feito por Leonardo da Vinci para o livro Da arquitetura, do arquiteto romano Vitruvius.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Editora Foliada, 2009.p. 43

A Ética e a Psicanálise

São ainda maiores as dificuldades ao se adentrar ao campo da psicanálise. Pode gerar certa perplexidade o exame do tema ética na psicanálise, nada obstante íntima seja também a relação entre ambas. Não se fale aqui dos deveres éticos do psicanalista, evidentes como aqueles exigíveis a todos os profissionais que tomam conhecimento dos conflitos humanos e adentram à privacidade da consciência de seus clientes ou pacientes. A psicanálise é interpretativa e mantém discussão,

Com as filosofias éticas em um processo de questionamento e descoberta onde podemos explicitar os valores dominantes de uma subjetividade singular, uma subjetividade que só pode viver a sua existência em crise permanente, como um conflito insolúvel entre a boa e a má consciência (VASQUEZ, 1980, p. 21)

A Ética e a Sociologia

A mais adequada análise da conduta moral do homem enquanto integrante da sociedade reclama o conhecimento da Sociologia. A ética estuda o ser humano como entidade gregária, no seu contato com os semelhantes. Esse contato – ou contágio – acarreta que a criatura se comporte sob o efeito de influências sociais. Já não é apenas o seu íntimo a reagir, mas o ser que se considera partícula do imenso cosmos antropológico. A moral que o condiciona é menos produção exclusiva de sua mente do que o fruto de uma criação coletiva. Há exigências da vida social impondo normas de conduta. As expectativas de comportamento forçam o ser humano a determinadas posturas que, isoladamente, não adotaria.

A Ética e a Antropologia

A ética se propõe a tornar o homem cada vez melhor. Procura explicitar para ele o que é verdadeiramente bom para o seu crescimento integral, na plenitude possível para a escala contingente das possibilidades humanas.

Para bem cumprir sua missão, a Ética precisa responder: O que é o homem? Que coisa é o homem? Essa resposta só pode ser fornecida pela Antropologia. Tanto é necessário estabelecer contato com a Antropologia

Filosófica, fornecedora das respostas sobre a natureza humana, como com a Antropologia Social. Esta responde às indagações sobre os atos humanos no decorrer da experiência terrestre. Os pressupostos antropológicos serão essenciais para que a Ética possa atender às suas finalidades.

A Ética e a História

A História propicia o debate sobre a possibilidade de um progresso moral. E já se afirmou não existir verdadeiro progresso salvo o progresso moral, assim entendido: 1. A ampliação da esfera moral na vida social; 2. A elevação do caráter consciente e livre do comportamento dos indivíduos ou dos grupos sociais e, por consequência, pelo crescimento da responsabilidade desses indivíduos e grupos no seu comportamento moral; e 3. O grau de articulação e de coordenação dos interesses coletivos e pessoais.

A Ética e a Economia

Mesmo se reconheça a difícil relação que se estabelece entre ética e dinheiro, dúvidas não persistem de que a economia deveria ser ética. Economia é mais do que a ciência das relações econômicas contraídas pelos homens no processo de produção. Ela é a ciência destinada a prover a humanidade em suas necessidades materiais e, por isso, também guarda pertinência com a ética. O mundo econômico não poderia se distanciar do mundo moral. É uma relação em dois planos, segundo Sánchez Vázquez (1980, p. 21):

A economia influi na moral determinante em dada sociedade. Num regime em que o trabalho se vende como mercadoria, desvinculado de sua dignidade ínsita, em que o lucro é o maior objetivo, em que amealhar bens materiais a suprema finalidade, a moral é egoísta e individualista.

A Ética e o Direito

Dentre todas as formas de comportamento humano, a jurídica é a que guarda maior intimidade com a moral. É com base na profunda vinculação moral/direito que se pode estabelecer o relacionamento ética/direito. Pois ética não é senão a ciência do comportamento moral do homem na sociedade.

Saiba mais

Protágoras nasceu em Abdera, na Trácia, no ano 180 a.C.; reconheceu no respeito e na justiça as condições de sobrevivência e isto não é, senão, reconhecer o móvel ou caminho que leva ao bem, através da conduta.

Segundo consta, através da História, foi Protágoras o primeiro professor remunerado, dedicando-se ao magistério como meio de vida. A ele se atribui também o pensamento pelo qual se notabilizou: “O homem é a medida de todas as coisas”.

Xenofonte, nascido em 427 a.C., discípulo predileto de Sócrates, filósofo, escritor, general, indicou vários fatores que levam à conduta ética, dentre eles a veneração pelos Deuses, o benefício para os amigos, a utilidade para com a sociedade, a prática do bem para com a Pátria.

Saiba mais

Verdade, justiça, honestidade

A verdade, a justiça e a honestidade devem sempre acompanhar nossas vidas. Na crise ética de hoje nem sempre se vive assim. Há muita mentira, injustiça, corrupção, roubalheira e abuso de poder. Falta ética. Falta moral. Encontramos pessoas que até acham que isso é normal. Quando isto acontece, é sinal de que a consciência está ficando deformada, a acostumando-se com o erro, com a mentira, enfim, com a maldade. É muito grave. O cristão, que vive a fé, busca sempre o bem e a verdade; quer um mundo justo para todos e cultiva a honestidade. Sabe que tudo isso é precioso aos olhos de Deus.

Frei Nilo Agostinho, OFM.
Autor do Livro *Moral Cristã: temas para o dia-a-dia*.
Vozes.

Comportamento que, ao ultrapassar certos limites morais, sofrerá as sanções do direito.

Saiba mais

Ética: fragmentos

Entre as espécies de afecções, que devem ser muito numerosas, as mais notáveis são a luxúria, a embriaguez, a lubricidade, a avareza e a ambição, as quais não são senão designações de amor ou de desejo, que explicam a natureza de cada uma destas afecções pelos objetos a que se referem. Com efeito, por luxúria, embriaguez, lubricidade, avareza e ambição não entendemos senão um amor ou um desejo imoderado de comida, de bebida, de relações sexuais, de riqueza e de glória. Além disso, estas afecções, enquanto as distinguimos das outras apenas pelo objeto a que se referem, não têm contrárias. Na verdade, a temperança, a sobriedade e a castidade, que costumamos opor à luxúria, à embriaguez e à lubricidade, não são afecções ou paixões, mas indicam a capacidade da alma que modera essas afecções. [...]

O desejo (cupiditas) é a própria essência do homem, enquanto esta é concebida como determinada a fazer algo por uma afecção qualquer nela verificada. [...]

A alegria (laetitia) é a passagem do homem de uma perfeição menor para uma maior.

A tristeza (tristitia) é a passagem do homem de uma perfeição maior para uma menor. [...]

A inveja (invidia) é o ódio na medida em que afeta o homem de tal maneira que ele se entristece com a felicidade de outro e, ao contrário, experimenta contentamento com o mal de outrem. [...]

O contentamento (acquiescentia in se ipso) é a alegria nascida do fato de o homem se contemplar a si mesmo e à sua capacidade de agir.

A humildade (humilitas) é a tristeza nascida do fato de o homem contemplar a sua impotência ou a sua fraqueza. [...]

A vingança (vindicta) é o desejo que nos impele a fazer mal, por um ódio recíproco, àquele que, afetado por uma afecção semelhante para conosco, nos causou um dano.

ESPINOSA, Baruch. *Ética*. São Paulo, Abril Cultural, 1973. p. 216-217, 219-220, 224, 227. (Col. Os Pensadores)

Sugestão de leitura 1

[A felicidade]

Se a felicidade é a atividade conforme a virtude, será razoável que ela esteja também em concordância com a mais alta virtude; e essa será a do que existe de melhor em nós. Quer seja a razão, quer alguma outra coisa esse elemento que julgamos ser o nosso dirigente e guia natural, tomando a seu cargo as coisas nobres e divinas, e quer seja ele mesmo divino, quer apenas o elemento mais divino que existe em nós, sua atividade conforme à virtude que lhe é própria será a perfeita felicidade. Que essa atividade é contemplativa, já o dissemos anteriormente.

Ora, isto parece estar de acordo não só com o que muitas vezes asseveramos, mas também com a própria verdade. Porque, em primeiro lugar, essa atividade é a melhor (pois não só é a razão a melhor coisa que existe em nós, como os objetos da razão são os melhores dentre os objetos cognoscíveis); e, em segundo lugar, é a mais contínua, já que a contemplação da verdade pode ser mais contínua do que qualquer outra atividade. E pensamos que a felicidade tem uma mistura de prazer, mas a atividade da sabedoria filosófica é reconhecidamente a mais aprazível das atividades virtuosas; pelo menos, julga-se que o seu cultivo oferece prazeres maravilhosos pela pureza e pela durabilidade, e é de supor que os que sabem passem o seu tempo de maneira mais aprazível do que os que indagam.

[...] E dir-se-ia, também, que esse elemento [a razão] é próprio do homem, já que é a sua parte dominante e a melhor dentre as que o compõem. Seria estranho, pois, que não escolhesse a vida do seu próprio ser, mas a de outra coisa. E o que dissemos atrás tem aplicação aqui: o que é próprio de cada coisa é, por natureza, o que há de melhor e de aprazível para ela; e, assim, para o homem a vida conforme à razão, mais que qualquer outra coisa, é o homem. Donde se conclui que essa vida é também a mais feliz.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo, Abril Cultural, 1973. p. 428-430. (Col. Os Pensadores)

Dicas

Boa leitura

Como administrar seu tempo – noções chaves, situações reais, soluções concretas: um guia prático, sobre a gestão do tempo promete ajudar você a: compreender a relação com o tempo, orientar-se por meio de objetivos, saber organizar-se, encontrar o equilíbrio.

Como se expressar em público – noções chave, situação reais, soluções concretas: esta obra oferece os instrumentos de forma clara o conteúdo do que precisa ser dito, e se atingir uma boa relação com o público ouvinte.

E-mail= vendas@vozes.com.br.

Sugestões de leitura2

A ética na era da ciência

Se, em vista das consequências, hoje possíveis, de ações humanas, distinguirmos entre uma microesfera (família, matrimônio, vizinhança), uma mesoesfera (patamar da política nacional) e uma macroesfera (destino da humanidade), então será facilmente demonstrável que as normas morais, atualmente eficazes entre todos os povos, ainda estão sempre predominantemente concentradas na esfera íntima (sobretudo na regulamentação das relações sexuais); já na mesoesfera da política nacional elas estão, em larga escala, reduzidas ao impulso arcaico do egoísmo grupal e da identificação grupal, enquanto as decisões propriamente políticas valem como “razão de estado” moralmente neutra. Mas, quando é atingida a macroesfera dos interesses humanos vitais, o cuidado por elas ainda parece estar confiado, primariamente, a relativamente poucos iniciados. A esta situação no setor da moral conservadora, no entanto, se contrapõe recentemente uma situação de natureza totalmente diversa, na esfera dos efeitos de ações humanas, sobretudo de seus riscos: como resultantes da expansão planetária e envolvimento internacional da civilização técnico-científica, os efeitos das ações humanas – por exemplo no âmbito da produção industrial – devem ser localizados atualmente, em larga escala, na macroesfera dos interesses vitais comuns da humanidade. [...] Se até pouco tempo atrás a guerra podia ser interpretada como instrumento de seleção biológica e, entre outros aspectos, de expansão espacial de espécie humana, através do confinamento dos eventualmente mais fracos em regiões desabitadas, esta concepção está hoje definitivamente superada pela invenção da bomba atômica: desde então o risco destruidor das ações bélicas não se restringe mais à micro ou mesoesfera de possíveis consequências, mas ameaça a existência da humanidade no seu todo. O mesmo se dá hoje em dia com os efeitos principais e colaterais da técnica industrial. Isso se tornou gritantemente claro nos últimos anos com a descoberta da progressiva poluição ambiental. [...] Essas poucas indicações devem ser suficientes para deixar claro que os resultados da ciência representam um desafio moral para a humanidade. A civilização técnico-científica confrontou todos os povos, raças e culturas, sem consideração de suas tradições morais grupalmente específicas e culturalmente relativas, com uma problemática ética comum a

todos. Pela primeira vez, na história da espécie humana, os homens foram praticamente colocados ante a tarefa de assumir a responsabilidade solidária pelos efeitos de suas ações em medida planetária.

Deveríamos ser de opinião que, a essa compulsão por uma responsabilidade solidária, deveria corresponder a validade intersubjetiva das normas, ou pelo menos do princípio básico de uma ética da responsabilidade.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

Acabamos de tratar de assuntos relacionados às concepções de ética. Você tem alguma dúvida? Caso sim, retorne ao texto e reveja. Estamos sempre pertinho de você, é só nos procurar.

1 – Tendo em vista o fato de que a escravidão já foi legal, mas nem por isso pode ser considerada moral, dê outros exemplos de atos (de hoje ou de outras épocas) que também sejam legais, mas imorais.

2 – “A Ética historicamente vem se caracterizando por diversidade de concepções”.

Argumente o depoimento acima mencionado.

3 – Existe incompatibilidade entre a Política e a Ética?

4 - Quais as ciências não mencionadas nesta unidade e também suscetíveis de análise em suas relações com a Ética?

5 – Elabore uma tabela com a classificação da Ética.

6 – Explique por meio de exemplos a relação entre ética e conduta humana.

7 – Por que pode-se afirmar que a Ética está estritamente relacionada com diversas disciplinas?

8 – A Ética deve ser estudada como disciplina autônoma ou deveria perpassar todas as disciplinas dos cursos universitários?

Saiba mais

Fonte de gratidão – O coração de Jesus nos ensina a agradecer. Agradeça sempre os bons e maus momentos. Retribua as demonstrações delicadas de afeto, carinho e amizade. Agradeça pelas virtudes e pelos gestos dedicados a você. É tão bom e agradável ouvir expressões como: por favor, obrigado, desculpe. São palavras simples para quem as pronuncia e respeitadas para quem as escuta. Gratidão é mais do que fazer um agradecimento. É reconhecer um favor, retribuir com carinho e solidariedade. É a arte de conviver com cordialidade. A gratidão é honra para quem a recebe, mas também para quem a pratica de coração aberto. A pessoa agradecida está certa de que seu coração não será jamais uma ilha solitária.

Pe. Antônio Francisco Bohn.
Luís Alves/Sc.

FÓRUM

Qual a importância da ética no contexto histórico e social para a construção das relações coletivas dos seres humanos nas sociedades onde nascem e vivem?

DICA DE FILME

- Tempos Modernos
- Clube do Imperador
- Maquiável
- Capitão América
- Águas para elefantes.

UNIDADE 02

Ética Profissional

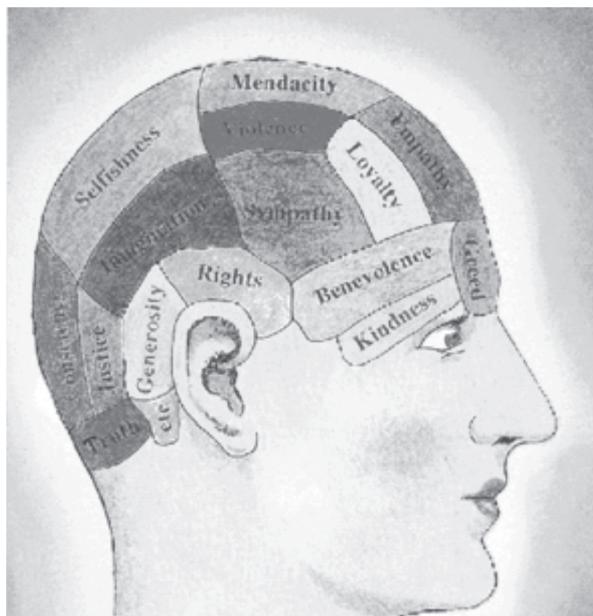
Resumindo

O objeto de estudo desta unidade tem como foco a ética profissional e a responsabilidade, enfatizando a importância dos deveres profissionais diante de uma postura ética num contexto social e de ensino. Propõe-se um novo direcionamento, mais significativo quanto às mudanças de conteúdos curriculares – uma ética educacional democrática e solidária com resultados; um fazer pedagógico que comunguem a aprendizagem a partir da vida cotidiana na formação de um cidadão ético e responsável pela transformação da sociedade pela via do processo de ensino-aprendizagem.



2

ÉTICA PROFISSIONAL



Fonte: <http://www.sjtresidencia.com.br/invivo/?p=1362>

CONCEITOS

Profissão- provém do latim *professione*, do substantivo *professio*, que teve diversas acepções naquele idioma, mas foi empregado por Cícero como “ação de fazer profissão de”¹.

O conceito de profissão, na atualidade, aquele que aceito, representa: “trabalho que se pratica com habitualidade a serviço de terceiros”, ou seja, “prática constante de um ofício”.

A profissão tem, pois, além de sua utilidade para o indivíduo, uma rara expressão social e moral.

Você sabia?

A expressão ofício emprega-se para expressar “profissão” e provém do latim *officiu*, como derivativo de *officina*, que significava loja, fábrica, laboratório, escola, em suma, lugar onde se atendia ou servia a alguém. É nesse sentido que Tito Lívio a emprega em sua *História de Roma*, 26, 51, 8, e Cícero em *De oratore*, 40.

¹ CÍCERO, Marco Túlio. *De oratore*. 1, 21. Bolonha: Zanichelli, 1992.

² CUVILLIER, A. Manual de philosophie. 9. ed. Paris: Armand Comim, 1947. p. 358-359.

Dica

“Louis Pasteur, químico, foi o pai da microbiologia e recebeu diploma de médico honoris causa pela Academia de Ciências da França. Nasceu na França, em 1822, e faleceu em 1895, sua vida profissional é considerada uma das mais úteis à humanidade”.

“Conhecer a si mesmo é uma tarefa que nem sempre executamos com plena propriedade”.

“O. S. Marden, moralista norte-americano, nascido em 1853. A referência à negligência no trabalho está em sua obra *Sê perfeito em tudo o que pudeses*. Porto: Figueirinhas, 1924”.

Basta lembrar os pontos que Cuvillier, com rara felicidade e oportunidade, destaca²:

1. É pela profissão que o indivíduo se destaca e se realiza plenamente, provando sua capacidade, habilidade, sabedoria e inteligência, comprovando sua personalidade para vencer obstáculos.
2. Através do exercício profissional, consegue o homem elevar seu nível moral.
3. É na profissão que o homem pode ser útil a sua comunidade e nela se eleva e destaca na prática dessa solidariedade orgânica.

De fato, se acompanharmos a vida de um profissional, desde sua formação escolar até o êxito final, vamos observar o quanto ele produz e recebe de utilidade.

Profissão – sob enfoque eminentemente moral, como uma atividade pessoal, desenvolvida de maneira estável e honrada, ao serviço dos outros a benefício próprio, de conformidade com a própria vocação e em atenção à dignidade da pessoa humana.

Convém o exame de alguns dos elementos contidos na definição. Dentre eles sobrepõe o aspecto de atividade a serviço dos outros. O exercício de uma profissão pressupõe um conjunto organizado de pessoas, com racional divisão do trabalho na consecução da finalidade social: o bem comum. Este, no conceito de Paulo VI, é o conjunto de condições da vida social que consintam e favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana.

RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

Todos os profissionais têm responsabilidades, tais como: advogados, médicos, engenheiros, administradores e outros que galgaram tais posições em decorrência de seus valores profissionais, projetando-se pela qualidade de seus trabalhos.

Em países de alto grau de civilização, os dirigentes nada resolvem sem ouvir seus Contadores; em todos os principais negócios, nas principais decisões, estão sempre presentes tais profissionais, pois, temem os gestores praticar falhas, depois, irreparáveis.

A responsabilidade que lhes é atribuída advém da utilidade que prestam e, como decorrência, os benefícios surgem.

Os benefícios que os profissionais propiciam, cumprindo as responsabilidades de seus trabalhos, passam a dar-lhes notoriedade, ampliando o grau de satisfação em relação a eles e quase criando uma obrigação de retribuição moral por parte dos beneficiados. Esta a razão pela qual, com sucesso, muitos deles chegam a cargos eletivos, com relativa facilidade.

A oportunidade de servir é retribuída, socialmente, com aquela de usufruir o prestígio granjeado.

A sociedade acaba por retribuir amplamente os serviços com finalidade que a ela o profissional dá com amor.

Aquele que se conduz eticamente bem recebe de volta o bem social que pratica.

A ÉTICA E A PROFISSÃO

A profissão, como exercício habitual de uma tarefa, a serviço de outras pessoas, insere-se no complexo da sociedade como uma atividade específica.

Trazendo tal prática benefícios recíprocos a quem pratica e a quem recebe o fruto do trabalho, também exige, nessas relações, a preservação de uma conduta condizente com os princípios éticos específicos.

O grupamento de profissionais que exercem o mesmo ofício termina por criar as distintas classes profissionais e também a conduta pertinente.

Existem aspectos claros de observação do comportamento, nas diversas esferas em que ele se processa: perante o conhecimento, perante o cliente, perante o colega, perante a classe, perante a sociedade, perante a pátria, perante a própria humanidade como conceito global.

A consideração ética, sendo relativa, também hoje se analisa do ponto de vista da necessidade de uma conduta de efeitos amplos, globais, mesmo diante de povos que possuem tradições e costumes diferentes³.

A profissão como a prática habitual de um trabalho, oferece uma relação uma entre necessidade e utilidade, no âmbito humano, que exige uma conduta específica para o sucesso de todas as partes envolvidas - quer sejam os indivíduos diretamente ligados ao trabalho, quer sejam os grupos, maiores ou menores, onde tal relação se insere.

Quem pratica a profissão dela se beneficia, assim como o utente dos serviços também desfruta de tal utilidade. Isto não significa, entretanto, que

Você sabia?

A profissão de modelo exige sensualidade, a qual seria hilariante no caso de um mecânico. A profissão de vendedor exige retórica, capacidade de convencimento pela palavra, mas a de médico não necessita desse expediente para ser desempenhada; cada tarefa requer suas próprias aptidões, embora algumas sejam comuns a todas, com a honestidade, a lealdade, o zelo etc. Cada profissão pode, através de suas instituições, estabelecer as ordens de valores dentro de suas necessidades e criar seus códigos de Ética, como, de fato, muitos existem. Há uma inequívoca hierarquia funcional na sociedade e as profissões, mesmo organizadas, possuem graus diferentes de atuação e de remuneração de acordo com a qualidade do trabalho.

³ A tendência para a generalização cada vez mais se acentua, à medida que os interesses dos povos se ampliam com a formação das comunidades, como está acontecendo com a Europa, o Mercosul, etc.

Saiba mais

De um profissional se exige, geralmente, seja qual for sua função, a prática das seguintes capacidades básicas como virtudes, como valores necessários e compatíveis à prática de cada utilidade requerida pelo utente dos serviços profissionais:

01. Abnegação
02. Afabilidade
03. Altruísmo
04. Aptidão
05. Atenção
06. Atitude
07. Autenticidade
08. Benevolência
09. Caráter
10. Cautela
11. Coerência
12. Concentração
13. Compreensão
14. Coragem
15. Criatividade
16. Decisão
17. Decoro
18. Detalhamento
19. Determinação
20. Dignidade
21. Diligência
22. Diplomacia
23. Disciplina
24. Discrição

tudo o que é útil entre duas partes o seja para terceiros e para a sociedade.

Um empresário que precisa estar informado e orientado sobre seus negócios, em face do que vai ocorrendo com seu capital, necessita de um profissional especializado em Contabilidade. Em reciprocidade, o diplomado em Contabilidade necessita do trabalho e da oportunidade que o empresário vai lhe oferecer. Estas são relações diretas entre quem presta o serviço e o que deste se beneficia.

Na oportunidade oferecida, tem o contabilista meios de mostrar todas as suas capacidades e, em decorrência, construir seu conceito profissional.

O conceito profissional é a evidência, perante terceiros, das capacidades e virtudes de um ser no exercício de um trabalho habitual de qualidade superior.

Não se constrói um conceito pleno, todavia, sem que se pratique uma conduta também qualificada.

O valor profissional deve acompanhar-se de um valor ético para que exista uma integral imagem de qualidade.

Quando só existe a competência técnica e científica e não existe uma conduta virtuosa, a tendência é de que o conceito, no campo do trabalho, abalar-se, notadamente em profissões que lidam com maiores riscos.

Ao longo do exercício da profissão, tive oportunidade de conhecer profissionais que, sendo empregados do Governo, aceitavam causas contra este, utilizando nomes de terceiros e se tornando, pois, servos de dois senhores, maculando sua conduta e estabelecendo um conluio de práticas viciosas.

A profissão, pois, que pode enobrecer pela ação correta e competente, pode também ensejar a desmoralização, através da conduta inconveniente, com a quebra de princípios éticos.

No exemplo que citamos, o advogado serviu, sendo útil a uma das partes, mas, eticamente, praticou conduta condenável.

Ocorreu, repito, um ato útil para duas partes (advogado e cliente), mas com ausência de ética (advogar para quem é autor onde o réu é empregador do profissional). O utilitário pode ser também antiético, portanto, segundo determinadas circunstâncias.

Não podemos negar, no caso exemplificado, que ocorreu a utilidade, mas também não podemos negar que se infringiu a Ética.

O valor da utilidade, pois, é relativo e pode contrariar os preceitos de uma conduta sadia.

DEVERES PROFISSIONAIS ÉTICOS

Todas as capacidades necessárias ou exigíveis para o desempenho eficaz da profissão são deveres éticos.

Sendo o propósito do exercício profissional a prestação de uma utilidade a terceiros, todas as qualidades pertinentes à satisfação da necessidade, de quem requer a tarefa, passam a ser uma obrigação perante o desempenho.

Logo, um complexo de deveres envolve a vida profissional, sob os ângulos da conduta a ser seguida para a execução de um trabalho.

Esses deveres impõem-se e passam a governar a ação do indivíduo perante seu cliente, seu grupo, seus colegas, a sociedade, o Estado e especialmente perante sua própria conformação mental e espiritual.

Distinguem-se, pois, os valores nas tarefas e também a importância destas em face da conduta humana observável perante a execução.

Existem aspectos de uma subjetividade, volvida ao trabalho, que apresenta particularidades próprias e também peculiares a cada especialização, ou seja, um complexo de valores pertinentes a cada profissão.

É lícito, pois, falar de uma ética profissional, como algo amplo, e de uma Ética Profissional Aplicada à determinada profissão, como algo restrito (Ética Profissional Aplicada à Contabilidade, Ética Profissional Aplicada ao Direito, Ética Profissional Aplicada à Medicina etc.)⁴.

O dever profissional começa desde a escolha da profissão. Quando escolhermos o que fazer, devemos consultar nossa consciência; a tarefa é, realmente, a desejável, a condizente com o que nos apraz, e se possuímos pendor para realizá-la.

Nem sempre a escolha coincide com a vocação, mas feita a eleição, inicia um compromisso entre o indivíduo e o trabalho que se propõe a realizar. Tal compromisso, essencial, está principalmente volvido para a produção com validade, ou seja, para a materialização de todo um esforço, no sentido de que se consiga oferecer o melhor trabalho.

O dever nasce primeiro do empenho de escolher, depois daquele de conhecer, e finalmente do de executar as tarefas, com a prática de uma conduta lastreada em valores ou guias de conduta.

Não basta escolher a profissão de administrador, advogado, analista de sistemas, biólogo, contador, engenheiro, jornalista, médico, modelo, odontólogo, professor, químico, seja a que for; é preciso que, ao buscar

25. Eficácia
26. Eficiência
27. Eloquência
28. Empenho
29. Energia
30. Entusiasmo
31. Espontaneidade
32. Estilo
33. Estratégia
34. Eupraxia
35. Fidelidade
36. Firmeza
37. Gosto
38. Gratidão
39. Honestidade
40. Idealismo
41. Improvisação
42. Lealdade
43. Liberalidade
44. Loquacidade
45. Magnanimidade
46. Moderação
47. Nacionalismo
48. Naturalismo
49. Obediência
50. Objetividade
51. Otimismo
52. Parcimônia
53. Percepção
54. Perfeccionismo
55. Perseverança
56. Personalidade
57. Perspicácia
58. Persuasão
59. Pontualidade
60. Pragmatismo
61. Precisão
62. Pré-percepção ou presunção
63. Probidade
64. Projeção
65. Prudência
66. Racionalismo
67. Realismo
68. Receptividade

69. Reflexão
70. Religiosidade
71. Retórica
72. Rigor
73. Sacrifício
74. Sagacidade
75. Sensibilidade
76. Sensualidade
77. Sentimentalidade
78. Sutilidade
79. Serenidade
80. Seriedade
81. Sigilo
82. Simplicidade
83. Sinceridade
84. Sinergia
85. Sofisticação
86. Solidariedade
87. Temperança
88. Tolerância
89. Tradição
90. Utilitarismo
91. Veracidade
92. Versatilidade
93. Vitalidade
94. Vivacidade
95. Voluntariedade
96. Zelo

⁴ Esta a razão que justifica um Código de Ética Profissional para cada profissão, embora, na essência, existam muitíssimos pontos de absoluta coincidência.

conhecer a tarefa, seja uma ligação sensível com a mesma, de modo que possa ser prazenteira e desejar, por isso, a prática sob os influxos do amor e do que se faz concretamente desejável.

A gênese, a providência do dever é, portanto, a eleição da tarefa, pois decorrem do pleno conhecimento da mesma; tudo se complementa com o dever da qualidade da execução e com uma conduta valorosa, calcada em uma escolha de práticas úteis e causadoras de benefícios.

Essas são as relações essenciais no fenômeno do dever ético. A escolha da profissão implica o dever do conhecimento e o dever do conhecimento implica o dever da execução adequada.

Aquele que elege um trabalho como meio de vida precisa fazer dela algo prazenteiro, ou seja, deve estar estimulado, por si mesmo, a exercer as tarefas não só por convicção da escolha, mas por identificar-se com o selecionado.

O outro dever profissional refere-se a conhecer a profissão e a tarefa.

O exercício de uma profissão demanda a aquisição de pleno conhecimento o domínio sobre a tarefa e sobre a forma de executá-la, além de atualização constante e aperfeiçoamento cultural.

Aceitar um encargo sem ter capacidade para exercê-lo é uma prática condenável, em razão dos danos que pode causar.

Quem aceita prestar serviços sem ter a competência necessária ou sem estar atento para que esta se consubstancie comete infração aos princípios da ética, em razão do prejuízo defluente.

Buscar a perfeição na execução de uma tarefa é um dever do profissional que depende do conhecimento e da aplicação plena do mesmo.

Um trabalho mal elaborado pode causar sérios desastres. Mesmo quando se sabe como fazer, se o trabalho não for executado de acordo com este conhecimento, também se comete uma infração ética, ocorrendo, no caso, a negligência, como bem a classifica e exemplifica Marden.

Desconhecer, todavia, como realizar a tarefa ou apenas saber fazê-la parcialmente, em face da totalidade do exigível para a eficácia, é conduta que fere os preceitos da doutrina da moral (Ética).

Dever profissional refere-se à execução das tarefas e das virtudes exigíveis. Se a profissão eleva o nível moral do indivíduo, por sua vez, também exige dele uma prática valorosa, como escolha, pelas vias da virtude.

O êxito tende a ser uma natural decorrência de quem trabalha de modo eficaz, em plenitude ética.

Não bastam as competências científica, tecnológica e artística; é necessária também aquela relativa às virtudes do ser; aplicada ao relacionamento com pessoas, com a classe, com o Estado, com a sociedade, com a pátria.

A consciência profissional necessita de uma formação específica. Não pode ser considerada eficaz uma tarefa realizada apenas com pleno conhecimento material, sendo imprescindível que tudo se exerça sob a atuação de todo um complexo de virtudes nas quais o zelo, a excelência do produto, é uma das mais louvadas.

O que notabilizou um homem como Stradivari foi a qualidade dos instrumentos musicais de cordas que produziu, que hoje são peças tão raras, que se exibem em museus famosos, como exemplos de qualidade profissional.

O trabalho, por conseguinte, não é feito só com a exclusiva participação do profissional, mas envolve o interesse de pessoas diretamente a ele ligadas e, muitas outras, indiretamente influenciadas, ou ainda envolve quem o faz e quem dele se beneficia.

O cliente é o primeiro e direto interessado e merece reciprocidade de confiança, pois, ao procurar o profissional, já nele depositou fé.

Inicia-se, aí, um processo de lealdade que requer a aplicação de todas as virtudes.

É o cliente o mais direto objetivo da utilidade do trabalho e por isso deve, eticamente, receber toda a atenção, cuidado e dedicação.

Finalmente, o dever para com o micro e o macrossocial. Parece haver, em tese, como sentimento natural, uma tendência a resolvermos primeiro os problemas de nosso eu, depois os de terceiros e muito depois da sociedade próxima ou global.

Antes de sentirmos as necessidades de terceiros, são as nossas que mais os impressionam (esta é uma realidade), embora isso possa contrariar alguns pensadores que raciocinam sempre por critérios dedutivos.

No exercício da profissão, o raciocínio para o social merece mais relevo, pois trabalhamos sempre para servir a alguém e, em função disto, extraímos o proveito para suprimento de nossas próprias necessidades.

É axiomático que o ser, no trabalho, não é um elemento isolado quando dele faz meio de sobrevivência porque para haver quem preste o serviço é preciso que também haja quem o tenha requerido (isto é o normal, a regra).

⁵ O sistema de vagas nas faculdades, limitando a entrada de candidatos, leva, algumas vezes, os estudantes que desejam formar-se em algo a carreiras que não eram as de sua primeira escolha, por aproveitar vagas de outros cursos. Posteriormente, podem transformar-se em excelentes profissionais, por se enamorarem da carreira na qual se habilitaram, mas isto exigirá um esforço de motivação.

Você sabia

O verdadeiro cristão, fruto da educação cristã, é o homem sobrenatural que pensa, julga, age com constância e perseverança, seguindo a reta razão iluminada pela luz sobrenatural dos exemplos e da doutrina de Cristo (Pio XI, in Planchard, 1975, p. 26)

Saiba mais!

Os efeitos psicossomáticos são de tal ordem poderosos que podem levar a doenças de gravidade sobre a matéria é de notável qualidade o livro do médico Dr. Marco Aurélio Dias da Silva “Quem ama não adocece. São Paulo: Best Sellers, 1994”.

Anote em sua agenda! Não confunda...

Estado e sociedade não são a mesma coisa. A sociedade é quem organiza o Estado para protegê-la e mantê-la em ordem, mas, por vezes, é vítima de sua própria organização, quando a autoridade é mal exercida e o poder se transforma em tirania ou falsa aplicação da justiça.

SIMPSON, George. O homem na sociedade. Rio de Janeiro: Bloch, 1954, p. 115.

Saiba mais!

Antonio Stradivari, o mais famoso fabricante de instrumentos de corda, italiano, nascido em Cremona em 1643 e falecido em 1737.

⁶ Tal tirania pode operar-se por um absolutismo ou por uma ditadura velada de acordo com os grupos do poder, mesmo com denominação e capa de democracia.

Se agirmos egoisticamente no desempenho profissional, curta é a carreira que nos reserva a atividade.

A educação dentro das doutrinas morais, logo, da Ética, requer uma visão do todomicrossocial (nosso grupo, nossa classe) e do macrossocial (a nação, o Estado, toda a sociedade que nos cerca).

Minha experiência comprovou-me que quanto mais acentuado é o procedimento egoístico dos componentes de uma classe, tanto mais ela tende a debilitar-se, por falta de líderes, por invasão de seu território de trabalho, por outras classes mais fortemente estruturadas.

Parece-me que quanto mais se enfraquecem as classes e mais vulnerável é a sociedade, mais tirano tende a ser o Estado⁶ mais fraca a nação se apresenta perante as demais.

O trabalho é um dever social, mas não apenas pelo que produz de efeitos materiais, necessário sendo que tenha feição de utilidade também para o coletivo, com renúncias de fortes egoísmos e defesa de uma global felicidade.

Quando a consciência profissional se estrutura em um triângulo, formado pelos amores à profissão, à classe e à sociedade, nada existe a temer quanto ao sucesso da conduta humana; o dever, passa, então, a ser uma simples decorrência das convicções plantadas nas áreas recônditas do ser, ali depositadas pelas formações educacionais sadias.

Virtudes

Muitas são as virtudes que um profissional precisa ter para que desenvolva com eficácia seu trabalho. Em verdade, múltiplas exigências existem, mas entre elas, destacam-se algumas, básicas, sem as quais se impossibilita a consecução do êxito moral.

Quase sempre, na maioria dos casos, o sucesso profissional se faz acompanhar de condutas fundamentais corretas. Tais virtudes básicas são comuns a quase todas as profissões, mas destacam-se, ainda mais, naquelas de natureza liberal.

Virtudes básicas profissionais são aquelas indispensáveis, sem as quais não se consegue a realização de um exercício ético competente, seja qual for a natureza do serviço prestado.

Tais virtudes devem formar a consciência ética estrutural, os alicerces do caráter e, em conjunto, habilitarem o profissional ao êxito em seu desempenho.

Zelo – importantíssima virtude na execução da tarefa profissional: diligência, exercício do zelo. [Saiba mais](#)

Um trabalho continua sempre presente, ainda quando falta aquele que o produziu.

O que fazemos, pois, representa-nos, mesmo em nossa ausência.

Por um dever para consigo mesmo, o profissional deve cuidar de realizar sua tarefa com a maior perfeição possível, para a produção favorável de sua própria imagem.

O zelo ou cuidado com o que se faz, começa, portanto, com uma responsabilidade individual, ou seja, fundamentada na relação entre o sujeito com o objeto de trabalho.

Marco Aurélio, na antiguidade clássica, já advertia, escrevendo a seguinte questão: “O homem comum é exigente com os outros; o homem superior é exigente consigo mesmo”⁷.

O zelo é uma virtude que, como as demais, muito depende do próprio ser.

Pela qualidade do serviço mede-se a qualidade do profissional.

Se falta, ao profissional, a certeza de que pode, com empenho e cuidado, executar um trabalho, melhor será que o recuse e esclareça sobre a inviabilidade sua em cumprir o que é requisitado.

Ninguém é obrigado a aceitar um empenho profissional, mas se obriga ao aceitá-lo.

O importante é que não falte todo o esforço e cuidado para que o serviço se execute em favor do utente, mesmo em condições adversas.

Necessário ao zelo, pois, seguindo-se o conceito leibniziano, é tudo o que é impossível de ser o contrário dele e ele compreende, exatamente, o grau máximo de responsabilidade pessoal do sujeito, com a abrangência total do objeto de trabalho.

Um profissional percebe, dentro de si mesmo, o que deveras é preciso fazer para que a tarefa se desempenhe da melhor maneira possível e se não o sente e porque ainda não está apto para ser um profissional.

Quem não conhece como fazer, logicamente, não terá aptidão para compreender a extensão do objeto ou matéria de trabalho e, nesse caso, se aceita, pratica não só um ato de negligência, mas, principalmente, um de desonestidade, como adiante veremos.

A atitude zelosa principia com a aceitação do trabalho e só termina

A educação é a atividade planejada pela qual os adultos formam a vida anímica dos seres em desenvolvimento (...) é uma pretende dar aos indivíduos que se desenvolvem determinada forma de vida, determinada ordem às forças espirituais (W. Dilthey, in Luzuriaga, 1957, p. 32). A educação é o modo de ser subjetivo da cultura, a forma interna e espiritual da alma, que pode acolher em si com suas próprias forças tudo o que lhe chega de fora, e estruturar toda as manifestações e ações dessa vida unitária (H. Hohl, in Luzuriaga, 1951, p. 32)

⁷ Marco Aurélio, imperador romano, sábio e filósofo, reinou dos anos 161 a 180 da era cristã. Nasceu no ano de 121 e morreu no poder, em 180. São célebres as suas “Meditações”. Ao término de seu governo, inicia-se a Decadência do Império Romano.

Lembrete

Lembre-se:

“Nunca duvide que um pequeno grupo de cidadãos comprometidos possa mudar o mundo: de fato, é só isso que o tem mudado”.
(Margaret Mead)

Dica

A idéia da educação elementar nada mais é que o propósito de conformar-se com a natureza para desenvolver e cultivar as disposições e as faculdades da raça humana (...). A educação verdadeira, a educação segundo a natureza, conduz por sua essência a aspirar à perfeição, a tender à realização das faculdades humanas (...). Cada uma dessas faculdades se desenvolve segundo leis eternas imutáveis; e seu desdobramento não é conforme à natureza senão na medida em que concorda com as leis eternas de nossa própria natureza (in CHAUI, 1978, p. 217)

quando da entrega.

Em alguns casos, mesmo depois de concluído o trabalho, necessário se faz uma assistência posterior. Para um bom profissional, a responsabilidade não cessa em tempo algum em relação a quem o procurou e nele depositou sua confiança. A satisfação do utente deve ser plena quanto ao zelo que lhe é atribuído, seja em que época for. O respeito, pela tarefa e por quem dela necessita, é algo que precisa ser priorizado. Esta é a razão pela qual de fato existe entre as partes um contrato, quer tácito, quer expresso.

Podem variar a qualidade do serviço e a formalização do contrato, mas não variará a obrigatoriedade do cuidado para com a tarefa.

O executar a contento, com a aplicação do máximo interesse, realizando tudo o que se faz necessário, tempestivamente, para que um serviço seja integralmente cumprido, esta é a função do zelo profissional.

Não existe, no caso, nem qualidade de tarefa, nem qualidade de cliente – apenas se tem o objetivo firme de cumprir o trabalho de forma eficaz.

Considera-se, pois, falta de zelo o deixar de cumprir tudo o que se faz necessário para o desempenho eficaz de uma tarefa cuja responsabilidade se assumiu.

A delegação de tarefa a um colega de menor experiência ou mesmo a um simples estagiário, caracteriza falta de zelo quando o delegado não tem capacidade para cumprir com êxito a outorga.

É negligência deixar de estudar profundamente uma questão para emitir um parecer, a menos que o assunto seja de tal forma comum, habitual, que já tenha a resposta estereotipada ou habitualmente dada em outros casos, experimentado o efeito do que se sugere, com sucesso.

O zelo, todavia, em si, como virtude, não depende, necessariamente, só de meios de trabalho nem só de larga competência.

O zelo exige o entusiasmo pela tarefa e este o uso de todas as forças enérgicas internas do ser, aplicadas no sentido de materializar, pelo trabalho, o amor que se tem por trabalhar.

Cuidar de um trabalho de terceiros como se fosse o seu, admitir que o seu merece o autorrespeito, identificam os caminhos do desvelo.

Quem busca utilidade, profissionalmente, pratica o zelo, produz a utilidade.

Honestidade, virtude magna no campo profissional

Dica

Se algo é confiado a alguém, seja o que for, passa a requerer a fiel guarda, a lealdade, a sinceridade e um propósito firme de intransigente probidade.

Tudo isto se consubstancia no respeito para com o que é de terceiros, como tributo à confiança que é depositada; tais atos, quando praticados no campo da virtude, caracterizam a honestidade.

Trata-se de uma responsabilidade perante o bem e a felicidade de terceiros e, embora os conceitos de bem e de felicidade tenham sido objeto de tantas controvérsias e interpretações, o fato é que a essência deles se encontra, sempre na satisfação da necessidade de alguém.

Honestidade situa-se como uma compatível prática do bem com a confiança depositada por terceiros em alguém.

É necessário ser honesto, parecer honesto e ter o ânimo de sê-lo, para que exista a prática do respeito ao direito de nosso semelhante.

Não se pode, entretanto, confundir a intransigência com a honestidade, nem com os atos de um puritanismo imbecil e que vê o mal em tudo; o ato desonesto tem que ser lesão à confiança e à virtude e atingir notoriamente a terceiros, para que assim seja considerado.

O posicionamento de um profissional precisa ser probo, seja qual for o comportamento de seu cliente e cujo mérito não compete ser discutido.

A honestidade é um princípio que não admite relatividade, ou seja, o indivíduo é ou não é honesto; não existe o relativamente honesto nem o aproximadamente honesto, tão como não existe uma honestidade adaptável a cada comportamento perante terceiros.

A tolerância não entra nas cogitações nem na fixação de um limite de honestidade.

Não existe, também, menor ou maior desonestidade, mas simplesmente desonestidade.

Não há também desonestidade temporária ou circunstancial, mas unicamente – desonestidade.

Pode-se converter, todavia, um desonesto em honesto, através de educação e tratamento específico, mas nada disto anulará o ato que praticou e que em sua época veio a prejudicar terceiros. Não se trata de uma inflexibilidade de julgamento, mas de uma realidade em face de um fenômeno.

A educação é a organização dos recursos biológicos do indivíduo, de todas as capacidades de comportamento que o fazem adaptável ao meio físico e social (W. James, in Luzuriaga, 1951, p. 40). A educação não é a preparação para a vida, é a própria vida (...). A educação é uma constante reconstrução ou reorganização da nossa experiência, que opera uma transformação direta da qualidade da experiência, isto é, esclarece e aumenta o sentido da experiência e, ao mesmo tempo, nossa aptidão para dirigirmos o curso das experiências subsequentes (DEWEY, 1979, p. 83)

Saiba mais

Ética profissional

Leia atentamente e criticamente o texto de Milton Duarte “as pedagogias do ‘aprender a aprender’ e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento”. Disponível no site: <http://www.comped.org.br/red/rbedigital/RBde18/rbd/18-05-Newton-Duarte.pdf>.

A própria sociedade termina por ter sempre reservas contra aquele que praticou um ato desleal, desonesto, por abalo de confiança em suas atitudes e só muito esforço e o tempo podem reverter tal quadro. Esta é a posição ética da questão (já que nossa análise não enfoca, senão, os ângulos científicos deste conhecimento).

Tal como a confiança, com a qual se relaciona diretamente, a honestidade é algo absoluto, notadamente no caso da ética profissional.

O profissional tem dever ético de ser honesto integralmente. Não existe meia-confiança, como não existe meia-honestidade; ou confiamos, ou desconfiamos; o ser é honesto ou é desonesto.

O profissional honesto não tem intenção de prejudicar quem quer que seja; assim como não entra em conluio que possa gerar lesão a terceiros. Não pratica, também, a lealdade com o vicioso.

Virtude do sigilo

Revelar o que se sabe, quando a respeito do conhecido, quem o confiou, pediu reserva, é quebra de sigilo.

O respeito aos segredos das pessoas, dos negócios, das instituições, é protegido legalmente, pois trata-se de algo muito importante; eticamente, o sigilo assume o papel de algo que é confiado e cuja preservação de silêncio é obrigatória.

Nem tudo é objeto de sigilo, mas preferível será sempre que o profissional se reserve quanto a tudo o que sabe e que lhe é revelado pelo cliente ou que ele veio a saber por força da execução do trabalho.

Virtude da competência

Competência, sob o aspecto potencial, é o conhecimento acumulado por um indivíduo, suficiente para o desempenho eficaz de uma tarefa.

Do ponto de vista funcional, competência é o exercício do conhecimento de forma adequada e pertinente a um trabalho.

Tais visões são de uma só coisa, mas sob os aspectos das naturezas estática (potencial) e dinâmica (funcional); trata-se da capacidade outorgada ao profissional defluente do conhecimento e experiência, pertinentes a uma especialidade.

Esta a razão pela qual através da qualidade dos trabalhos produzidos podemos aferir a qualidade da competência de quem os elaborou.

O erro, na conduta não está em não ter conhecimento, mas em ter consciência de que dele não se dispõe e mesmo assim aceitar uma tarefa.

O importante, eticamente, todavia, é que a tarefa seja executada dentro do que há de mais evoluído e em favor do utente, de modo a proporcionar-lhe menores custos e maior capacidade de aproveitamento do trabalho.

O conservadorismo é prejudicial à competência quando gera menor qualidade de trabalho e maiores custos aos utentes dos serviços.

Nada tão nocivo à qualidade do conhecimento no fanatismo de uma só linha de pensamento.

eticamente, no sentido próprio, a competência como domínio de conhecimento, deve ser aplicada para o bem, não devendo ser sonogada a ninguém.

Torna-se tão lesivo à Ética a ausência de competência, quanto o mau uso desta, na aceitação de tarefas, assim como a omissão completa esse trinômio de infrações.

Não saber, usar mal ou deixar de usar o conhecimento são todos aspectos de um mesmo ato de transgressão aos compromissos éticos do profissional perante o utente.

Dica

O desemprego estrutural é uma consequência de problemas decorrentes da própria estrutura da economia, mais particularmente da queda do nível de atividade econômica do setor produtivo quanto ao déficit de demanda em relação à produção.

ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PEDAGOGO

Partindo do pressuposto em que o pedagogo está incluso em duas esferas de ação educativa: escolar e extraescolar etc..

No campo da ação pedagógica escolar distinguem-se três tipos de atividades:

a) a de professores do ensino público e privado, de todos os níveis de ensino e dos que exercem atividades correlatas fora da escola convencional;

b) a de especialistas da ação educativa escolar operando nos níveis centrais, intermediários e locais dos sistemas de ensino (supervisores pedagógicos, gestores, administradores escolares, planejadores, coordenadores, orientadores educacionais etc.);

c) especialistas em atividades pedagógicas para escolares atuando em órgãos públicos, privados e públicos não-estatais, envolvendo associações populares, educação de adultos, clínicas de orientação pedagógica/psicológica, entidades de recuperação de deficientes etc. (instrutores, técnicos, animadores, consultores, orientadores, clínicos, psicopedagogos etc.).

Saiba mais

Todo homem nasce apto por natureza para adquirir conhecimento das coisas: primeiro, porque é imagem de Deus. (Segundo) porque é resumo do universo (microcosmo). Não é necessário, portanto, introduzir nada no homem a partir do exterior, mas apenas fazer germinar e desenvolver as coisas das quais ele contém o gérmen em si mesmo e fazer-lhe ver qual a sua natureza (p. 102-4).

Ninguém acredite que o homem pode verdadeiramente ser homem, a não ser aquele que aprendeu a agir como homem, isto é, aquele que foi formado nas virtudes que fazem o homem. [...] A cultura é necessária a todos. [...] A criação racional deve ser conduzida por meio de gritos, de prisões e bastonadas, mas pela razão (p. 120-5).

Devem ser enviados às escolas não apenas os filhos dos ricos ou dos cidadãos principais, mas todos por igual, nobres e plebeus, ricos e pobres, rapazes e raparigas (p. 139).

No campo da ação pedagógica extra-escolar distinguem-se profissionais que exercem sistematicamente atividades pedagógicas e os que ocupam apenas parte de seu tempo nestas atividades:

a) formadores, animadores, instrutores, organizadores, técnicos, consultores, orientadores, que desenvolvem atividades pedagógicas (não-escolares) em órgãos públicos, privados e públicos não-estatais, ligadas às empresas, à cultura, aos serviços de saúde, alimentação, promoção social etc.;

b) formadores ocasionais que ocupam parte de seu tempo em atividades pedagógicas em órgãos públicos estatais e não-estatais e empresas referentes à transmissão de saberes e técnicas ligados a outra atividade profissional especializada. Trata-se, por exemplo, de engenheiros, supervisores de trabalho, técnicos etc., que dedicam boa parte de seu tempo a supervisionar ou ensinar trabalhadores no local de trabalho, orientar estagiários etc.

Nesta categoria incluem-se trabalhadores sociais, monitores e instrutores de recreação e educação física, bem como profissionais das mais diversas áreas profissionais onde ocorre algum tipo de atividade pedagógica, tais como: administradores de pessoal, redatores de jornais e revistas, comunicadores sociais e apresentadores de programas de rádio e TV, criadores de programas de TV, de vídeos educativos, de jogos e brinquedos, elaboradores de guias urbanos e turísticos, mapas, folhetos informativos, agentes de difusão cultural e científica etc.

O campo da atividade pedagógica extra-escolar é extenso.

Poder-se-ia incluir no item da educação extra-escolar toda a gama de agentes pedagógicos que atuam no âmbito da vida privada e social: pais, parentes, trabalhadores voluntários em partidos políticos, sindicatos, associações, centros de lazer etc.

Todavia, não cabe imaginar que um curso, de pedagogia venha a incluir a formação de todos os profissionais mencionados. Por exemplo, várias categorias de profissionais do segundo grupo são pedagogos apenas em sentido amplo (pode-se dizer que realizam uma atividade de cunho pedagógico). Em todo caso, poder-se-ia prever para esses “formadores ocasionais” formas também ocasionais de suprimento de capacitação profissional, tais como cursos de aperfeiçoamento ou atualização dentro, talvez, de atividades de extensão universitária. O mesmo se pode dizer em relação à formação de agentes pedagógicos que atuam na vida privada e

social (cursos para pais, cursos de costura, culinária, línguas etc.).

Por que o pedagogo especialista ou pedagogo escolar

É notório o crescimento e a complexidade cada vez maior do sistema escolar (federal, estadual, municipal), em face da amplitude que vão assumindo as diversas modalidades de prática educativa na sociedade. São especialmente permanentes e crescentes as necessidades de atendimento escolar à população jovem. Com isso, obviamente, vai sendo requerida uma variedade maior de agentes do processo educacional: os que se dedicam à docência, aqueles ocupados com o planejamento, gestão e administração dos sistemas escolares e escolas, assim como supervisão e assistência pedagógico-didática ao sistema e às escolas, os profissionais que atuam em atividades paraescolares, extra-escolares e em atividades teórico-científicas (pesquisa, elaboração).

É consensual que na base dos sistemas de ensino e das escolas está a relação direta professor-alunos, para a qual devem convergir todas as ações. Todavia, comprovada a amplitude dos sistemas educacionais, há que se admitir, também, tarefas educativas especializadas, tais como as que se realizam nos níveis centrais e intermediários da administração e gestão dos sistemas, nas escolas, nas atividades extraescolares, na atividade teórico-científica (pesquisa) existente nas Secretarias de Educação, Universidades e outras instituições.

A atuação do pedagogo escolar é imprescindível na ajuda aos professores no aprimoramento do seu desempenho na sala de aula (conteúdos, métodos, técnicas, formas de organização da classe), na análise e compreensão das situações de ensino com base nos conhecimentos teóricos, ou seja, na vinculação entre as áreas do conhecimento pedagógico e o trabalho de sala de aula. É fato que o número de escolas está sempre aumentando. Há uma tendência de construção de escolas cada vez maior, com consequências na organização do espaço físico e dos recursos materiais na gestão do processo organizativo, na organização administrativa e curricular, na coordenação das atividades pedagógico-didáticas dos professores. São tarefas complexas que requerem habilidades e conhecimentos especializados, tanto quanto se requer por parte do professor conhecimento especializado da matéria que leciona.

É certo que o professor deve ser um profissional competente e comprometido com seu trabalho, com visão de conjunto do processo de trabalho escolar. Deseja-se um profissional capaz de pensar, planejar e

Para refletir

“O homem comum é exigente com os outros; o homem superior é exigente consigo mesmo”. Marco Aurélio, imperador romano, sábio e filósofo, reinou dos anos 161 a 180 da era Cristã. Nasceu no ano de 121 e morreu no poder, em 180. São célebres as suas “meditações”. Ao término de seu governo, inicia-se a decadência do Império Romano.

Você sabia

O século XVIII é chamado o século da Pedagogia, não apenas porque nele surgem grandes nomes da pedagogia clássica, como Rousseau e Pestalozzi, mas porque se desenvolve a educação pública estatal e inicia-se a educação nacional. O Século das Luzes, do esclarecimento, que na Pedagogia é representado pelo ideal de formação da personalidade plena, da educação integral fundada na razão universal, é cheio de otimismo quanto à possibilidade de produzir um mundo melhor mediante a educação da juventude.

Saiba mais



Maria Montessori.

Fonte: <http://imagens.google.com.br/>

Maria Montessori, educadora italiana, médica e feminista.

executar o seu trabalho e não apenas um sujeito habilidoso para executar o que outros concebem. Todavia, mesmo admitindo-se que a formação do professor deva incluir conhecimentos mais amplos de Sociologia, Psicologia, organização escolar etc., é impossível um curso abarcar toda a gama de conhecimentos especializados aplicados à educação escolar.

Obviamente, todo docente pode ser um bom administrador escolar, um bom supervisor de ensino, desde que tenha o domínio de conhecimentos especializados nessa área. Tanto a administração escolar como a supervisão e outros campos de trabalho contêm peculiaridades teóricas e práticas que requerem conhecimentos e habilidades específicas.

As teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano, do currículo, do processo de conhecimento, da linguagem, a didática, implicam níveis de aprofundamento teórico que o currículo de uma Licenciatura não comporta. Se não bastarem esses argumentos, vale lembrar que o desenvolvimento das ciências, o aparecimento de novos condicionantes do rendimento escolar dos alunos e a busca de uma escola mais compatível com as características de nossa época implicam a formação continuada do professor.

A presença do pedagogo escolar torna-se, pois, uma exigência dos sistemas de ensino e da realidade escolar, tendo em vista melhorar a qualidade da oferta de ensino para a população. Quando se atribuem ao pedagogo as tarefas de coordenar e prestar assistência pedagógico-didática ao professor, não está se supondo que ele deva ter domínio dos conteúdos-métodos de todas as matérias. Sua contribuição vem dos campos do conhecimento implicados no processo educativo-docente, operando uma intersecção entre a teoria pedagógica e os conteúdos-métodos específicos de cada matéria de ensino, entre o conhecimento pedagógico e a sala de aula. O pedagogo entra naquelas situações em que a atividade docente extrapola o âmbito específico da matéria de ensino: na definição de objetivos educativos, nas implicações psicológicas, sociais, culturais no ensino, nas peculiaridades do processo de ensino e aprendizagem, na detecção de problemas de aprendizagem entre os alunos, na avaliação, no uso de técnicas e recursos de ensino etc. O pedagogo entra, também, na coordenação do plano pedagógico e planos de ensino, da articulação horizontal e vertical dos conteúdos, da composição de turmas, das reuniões de estudo, conselho de classe etc. Sobre isso escreve Pimenta (1988, p. 67),

A escola (...) requer o concurso de vários profissionais. (...) Compreender a natureza do trabalho coletivo na escola (...) aponta para a necessidade de que a nova organização escolar se dê a partir da constatação de que o trabalho de educação escolar assenta-se numa prática social coletiva de vários profissionais que possuem diferentes especialidades (...) A organização da escola compete aos profissionais docentes e não-docentes. Seria ingênuo advogar que o professor de sala de aula devesse suprir todas as funções que estão fora da sala de aula, mas que interferem no trabalho docente.

Convém acentuar que tais tarefas são diretamente conectadas às metodologias específicas das matérias que, por suposto, são da competência do professor. Não se trata, obviamente, de submeter o trabalho do professor ao controle do pedagogo. Ao contrário, são especialistas que se respeitam, sem imposição de métodos e sem romper drasticamente com os modos usuais de agir. Ou seja, pedagogos e docentes têm suas atividades mutuamente fecundadas por conta da especialidade de cada um, da experiência profissional, do trato cotidiano das questões de ensino e aprendizagem das matérias, dos encontros de trabalho em que o geral e o específico do ensino vão se interpenetrando.

Pedagogos seriam, pois, os professores de todos os graus de ensino, especialistas vinculados ao sistema de ensino e às escolas, especialistas que atuam em ações pedagógicas paraescolares ou extraescolares em órgãos do setor público, privado e público não estatal (animadores, instrutores, consultores, organizadores, trabalhadores sociais, formadores de opinião, especialistas em comunicação, criadores de vídeos, livros didáticos, agentes de difusão cultural etc.). Ou seja, procurou-se até aqui reconhecer no trabalho pedagógico uma atividade real, um campo de atuação definido e uma área de estudos com identidade própria.



Fonte: <http://estanhoradeagir.blogspot.com/2010/05/reduzir-reutilizar-repensar-reciclar.html>

Sugestão de leitura

Dica

Cedo ou tarde, o ser humano tem de possuir uma razão para viver ou morrer. (Moris West)

A autoconfiança é o primeiro requisito para grandes empreendimentos. (Samuel Johnson).

O homem à procura de um estilo de vida

[...] a Segunda Revolução Industrial trará consigo informações não só no âmbito social em geral, mas também na vida individual, isto é, no que frequentemente a literatura designa condição humana. [...]

A automação e a robotização provocarão a transformação incomensuráveis no âmbito do trabalho humano tradicional, causando um desemprego estrutural de massa. Estas transformações consistirão não apenas numa nova forma social e trabalho, que será substituído em grande parte por outras ocupações, mas também numa modificação das atitudes em relação ao trabalho, na valorização do trabalho e do seu lugar no sistema de valores interiorizado pelo indivíduo. Em outras palavras: um novo ethos do trabalho. [...]

É evidente que o homem não trabalhará ou que trabalhará menos do que nas condições atuais, mas ao mesmo tempo será mais rico e estará em condições de satisfazer suas necessidades com mais facilidade; adotará uma atitude diversa em relação ao trabalho, seja porque este não será mais vivido como um peso (pelo contrário, será um prazer), seja porque transformará o sentido de obrigação do trabalho modelado até agora pela ética protestante. Deve-se ter presente que o fator determinante não será apenas a redução da jornada de trabalho, mas também e sobretudo a transformação do próprio

caráter do trabalho que nestas condições desempenhará o papel mais importante.

O núcleo da questão é que o tipo de trabalho ao qual o homem foi condenado pela maldição de Jeová, fisicamente fatigante ou intelectualmente estressante, desaparecerá. Este tipo de trabalho, seja manual ou intelectual, será assumido pelos autômatos e robôs, com o que o homem estará livre dele. Permanecerão apenas as ocupações criativas (ainda que conservem a forma de trabalho); uso este termo para compreender não apenas qualquer atividade artística ou científica, mas também todas as outras atividades humanas em que o intelecto desempenha um papel determinante. Portanto, a atividade criativa não se refere apenas ao que faz o cientista que escreve seus livros, ao artista que pinta um quadro, ao escultor que esculpe uma estátua, ao músico que compõe ou interpreta uma peça musical, ao ator ou ao bailarino que entram em cena etc., mas também ao planejador econômico, ao construtor de máquinas, ao professor de todos os níveis, aos assistentes sociais etc. [...] É bastante compreensível que estes elementos da nova ética do trabalho imprimirão a sua marca sobre o estilo de vida dos indivíduos na sociedade informática.

Por “estilo de vida” entendemos o modo pelo qual o homem emprega o seu tempo entre o trabalho e o tempo livre; portanto, a proporção que cabe a cada uma das partes. Pode-se dizer com grande probabilidade que, em razão da redução da jornada de trabalho obrigatória, pelos motivos já aludidos, e da maior riqueza da sociedade, o estilo de vida dos indivíduos se transformará radicalmente. Isto ocorrerá, antes de tudo, em consequência do prolongamento do tempo livre e, em segundo lugar, pelo fato de que todas as pessoas terão à disposição suficientes meios materiais (que reduzirão as diferenças entre os extremos da população) para estruturar interiormente este tempo livre de forma mais rica.

A proporção sempre maior de tempo livre à disposição, seja no curso de um dia ou de um ano (com períodos mais prolongados de férias), constituirá certamente o fator determinante na transformação do estilo de vida. Pressupondo que as pessoas terão à disposição meios materiais bem mais abundantes do que hoje, incluindo os mais aperfeiçoados meios de transporte privados e públicos, podemos concluir que elas utilizarão o tempo livre com mais fantasia e vitalidade do que é hoje possível. O problema consiste, pois, em ensinar as pessoas a utilizar seu tempo livre com razão e fantasia. Hoje os ricos podem fazê-lo – provavelmente nem sempre.

Dica

Nenhuma arma é tão poderosa como a virtude.
(Sêneca)

Sabedoria é a recompensa que a gente recebe depois de passar a vida ouvindo, quando teria preferido falar.
(Doug Larson)

Dica

O sorriso é como um toque de mágica que comunica algo de existência de Deus às pessoas que nos rodeiam.
(Madre Teresa de Calcutá)

Caminhamos na direção de um bom do padrão de vida social, e as massas talvez não estejam preparadas para desfrutar adequadamente o seu tempo livre. A experiência nos ensina que, numa situação do gênero, o maior perigo consiste na possibilidade de degeneração do tempo livre em tédio, que muitas vezes passa a ser combatido com meios primitivos. As consequências (especialmente entre os jovens) são: o alcoolismo, as drogas, bandidagem e, algumas vezes, crimes de vários gêneros, aí incluída a violência sexual.

Este é o motivo pelo qual se deve ensinar as pessoas (especialmente os jovens devem ser estimulados pelo exemplo e incentivados à competição) a usar o próprio tempo livre em atividades esportivas, no turismo e nos diferentes hobbies.

SCHAFF, Adam. A sociedade informática, as consequências sociais da segunda revolução industrial. São Paulo, Unesp/Brasiliense, 1995. p. 129-133.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

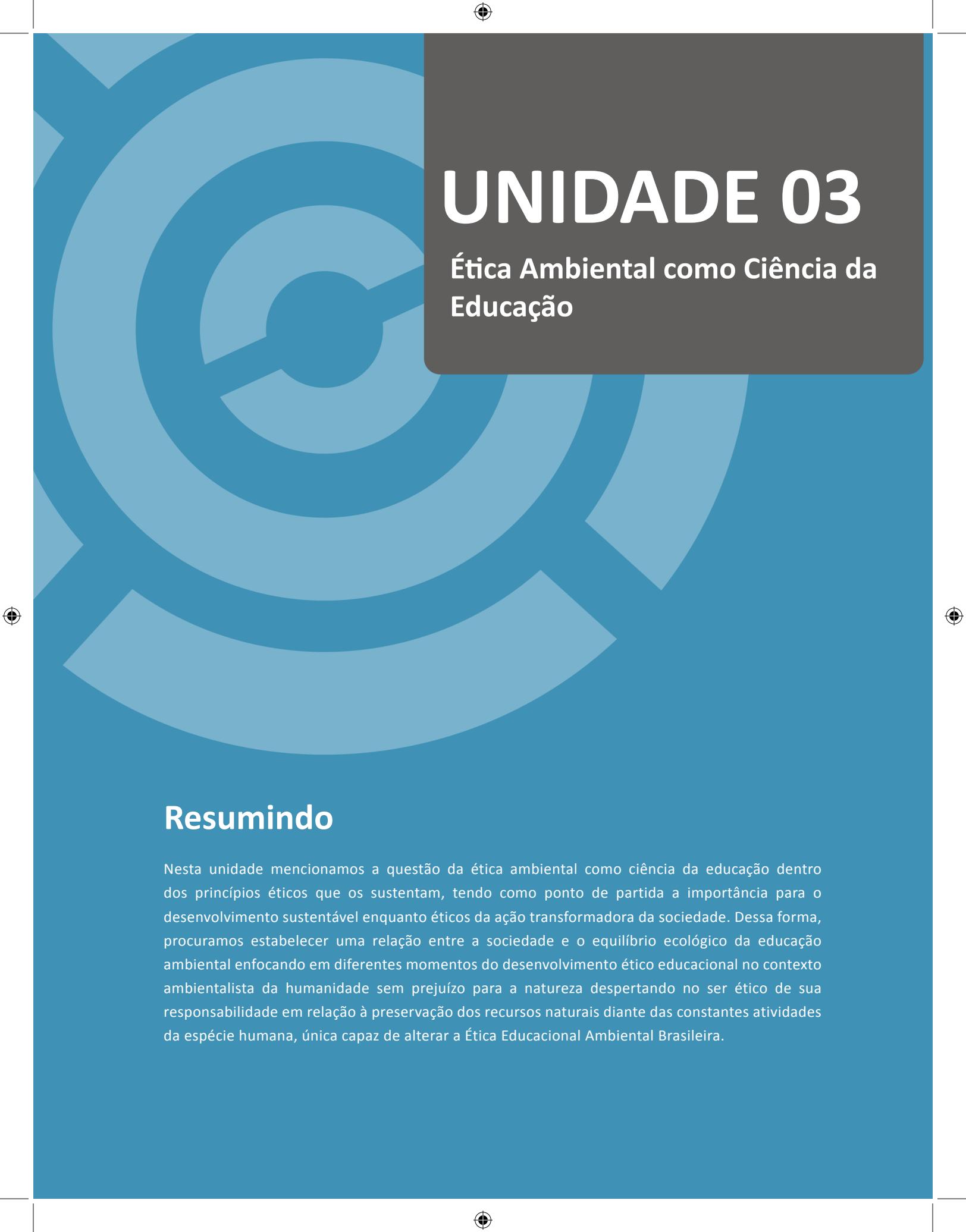
Acabamos de estudar os assuntos relacionados à Ética Profissional. Você ficou com alguma dúvida? Caso tenha ficado, retorne aos conteúdos e reveja. Estamos sempre pertinho de você, é só nos procurar.

- 1 – Por que se pode afirmar que os profissionais têm deveres e responsabilidades no seu contexto de atuação.
- 2 – Quais as relações entre ética e profissão. Exemplifique os tipos de profissões.
- 3 – Por que a escolha da profissão implica o dever do conhecimento a adequada execução?
- 4 – Liste aqueles aspectos que você considera deveres na sua profissão.
- 5 – Explique a respeito da importância e do compromisso do trabalho do pedagogo.

FÓRUM

1 - É pela profissão que o indivíduo se destaca e se realiza plenamente provando sua capacidade, habilidade, sabedoria e inteligência, comprovando sua personalidade para vencer obstáculos. Através do exercício profissional, consegue o homem elevar seu nível moral. É na profissão que o homem pode ser útil às suas comunidades se eleva e destaca na prática dessa solidariedade orgânica. Em que se assemelham e em que diferenciam ética moral e ética profissional? Justifique sua resposta.





UNIDADE 03

Ética Ambiental como Ciência da Educação

Resumindo

Nesta unidade mencionamos a questão da ética ambiental como ciência da educação dentro dos princípios éticos que os sustentam, tendo como ponto de partida a importância para o desenvolvimento sustentável enquanto éticos da ação transformadora da sociedade. Dessa forma, procuramos estabelecer uma relação entre a sociedade e o equilíbrio ecológico da educação ambiental enfocando em diferentes momentos do desenvolvimento ético educacional no contexto ambientalista da humanidade sem prejuízo para a natureza despertando no ser ético de sua responsabilidade em relação à preservação dos recursos naturais diante das constantes atividades da espécie humana, única capaz de alterar a Ética Educacional Ambiental Brasileira.



3

ÉTICA AMBIENTAL COMO CIÊNCIA EDUCACIONAL



Fonte: http://elefantecolorido-aninha.blogspot.com/2010_05_01_archive.html

ÉTICA E ECOLOGIA

Aprofunda-se e intensifica-se o maltrato à natureza. A velocidade da destruição das matas, da poluição das águas, da extinção das espécies, faz com que a ecologia passe a representar uma das maiores – senão a maior – preocupação da humanidade neste início de milênio.

O descaso com a natureza não atinge apenas a cobertura vegetal que

Saiba mais!

O caput do art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil dispõe: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Dica!

“Na prática, o arco-íris compreende uma vasta gama de opções humanizadoras, contribuições ao desenvolvimento de uma humanidade unida na diversidade, em harmonia com a vida e a natureza”.

desaparece a ritmo alucinante. Não é menor o grau de infrações ambientais perpetradas nas cidades. O verde desaparece em nome de insensato parcelamento do solo, que não reserva áreas institucionais senão à força da atuação do Ministério Público, mas insiste em egoísta aproveitamento de cada centímetro quadrado de terreno.

A leniência das autoridades, a invocação a uma pervertida concepção de “progresso”, a teoria do “fato consumado”, a legitimar os maiores atentados contra o natural, todos anistiados em nome de interesses sociais ditos “superiores”, converte as zonas urbanas em cinzentos amontoados de construções habitadas por pessoas que não tem direito à qualidade de vida saudável.

As propriedades rurais, submetidas à lógica do mercado egoísta e burro, resistem à preservação da reserva florestal mínima. Incentivados pelos apelos do consumismo, seus proprietários destroem, repudiam a fiscalização, organizam-se para impor revisão de texto legal cuja vulneração é a regra. Em nome de melhor performance dos índices da agroindústria, propõe-se a eliminação da reserva legal, sedutora para quem pensa nos próximos cinco anos e se desinteressa pelo destino das futuras gerações.

A água, de que o Brasil dispunha como capital infindável e garantiria potencial estratégico para converter-se no País do Futuro, não merece melhores cuidados. Os mananciais sofrem toda a sorte de agressões. Cursos d’água são canalizados para pretensão melhor aproveitamento do espaço, destinado a adensar ainda mais os já sofríveis índices de ocupação demográfica.

A clandestinidade invade áreas de preservação permanente e o clamor social, vinculado à necessidade de boa imagem do administrador, converte a invasão em licitude. Os parlamentos locais, não rara vez, se convertem nas filiais – ou até em matrizes – dos interesses imobiliários. Dessa forma e com o intuito de obtenção de vantagens – políticas ou financeiras – ressetizam áreas e rasgam os Planos Diretores.

A constatação empírica evidencia a praxe rotineira de se considerar por lei local uma área ambiental – quais as destinadas à preservação da flora e fauna silvestre – como se foram urbanas e submetidas à crueldade do parcelamento insano. Regulariza-se formalmente o resultado nocivo dos delitos perpetrados contra os rios, depósito natural de esgotos e de poluentes produzidos pela indústria, como se não houvera alternativa à cruenta eliminação de várias espécies de vida, até comprometimento irreversível da

continuidade de sua existência no Planeta.

Enfim, o Brasil sediou em 1992 a Eco-92, grande encontro de países interessados na preservação e foram suficientes 14 anos para evidenciar – uma vez mais – a distância entre o discurso e a prática. A retórica avançou, a tutela efetiva regrediu. Vive-se evidente retrocesso na tutela ambiental e só a ética das novas gerações, sensibilizadas por uma educação ecológica responsável, poderá refrear o ritmo do aniquilamento deste bem de uso comum de todos e essencial à sadia qualidade de vida que é o meio ambiente.

Entretanto, no final do século passado ainda havia razões para nutrir esperanças. O homem parecia haver despertado, naquele final de milênio, para o valor da ecologia. Finalmente a natureza fora erigida à condição de sujeito de direito. Singelamente, ecologia é a ciência das relações dos organismos vivos e seu ambiente. Existe nítida dependência entre ambos. O objeto da ecologia é o “mútuo influxo entre uma espécie de organismo e o que se chama seu nicho ecológico”.

Quando se fala em uma ética ecológica, está-se a pensar numa postura mais consciente das criaturas em relação ao mundo físico. Não é o respeito à natureza em si, como uma religião ecológica, senão o respeito à natureza como forma de se respeitar o semelhante. Há quem sustente que a natureza é um fim em si e não é apenas o ser humano a única finalidade. Outros pretendem revigorar a ideia do Contrato Social, agora sob a forma de um Contrato Natural entre a humanidade e o ambiente. A natureza oferece tudo ao homem e de maneira gratuita. Já passou o momento da reciprocidade. A natureza exige essa reciprocidade, pois é hoje sujeito de direito. A Constituição quis assim.

O sacrifício do ambiente se reflete não apenas em relação aos contemporâneos. Compromete a própria posteridade. E o ser humano presente não está desvinculado de compromissos éticos em relação aos que o sucederão. As gerações futuras dependem do uso saudável dos atuais recursos naturais. O homem não é dono da natureza. Ele a recebeu por empréstimo e prestará contas pela sua malversação.

A humanidade há de partir para novas alternativas quanto às fontes de recursos. Planejar o crescimento da espécie é dever de todos. O planeta tem limites. Estes devem ser respeitados. Não faz sentido inflar o globo com vida humana que não se desenvolverá em plenitude. Retome-se o tema do planejamento familiar e da paternidade responsável, já examinado nesta obra. Se isso não for levado a sério, o adensamento demográfico implicará

Você sabia?

A Eco-92 foi a maior reunião de chefes de Estado e de Governo que já ocorreu, contando com a presença de 118 governantes, entre eles os presidentes do Brasil e dos Estados Unidos.

Durante a Rio 92 mais de 15 mil ONGs do mundo inteiro se reuniram para celebrar um pacto em defesa da justiça social e do meio ambiente.

O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento foi criado na Rio-92.

(<http://www.eco92>)

Dica!

Como tornar realidade o perfil dos seres humanos dispostos a promover a cidadania ambiental a partir da dimensão planetária?

Para refletir!

Frei Nelson Mueller quer lembrar: “O mundo é a grande casa onde mora a pessoa humana, mas onde moram também tantas outras criaturas de Deus: os animais, as plantas, a água, a terra, o ar. Todas têm igual direito de viver! A criatura humana, por ser dotada de dons especiais, como a inteligência, recebeu de Deus a tarefa de organizar esta ‘casa’ e de administrar seus bens e as enormes e diversificadas riquezas. Na verdade, por causa da ganância humana, por causa da má administração desta ‘casa’, ela se encontra em perigo, ameaçada. A extinção de muitas espécies e a exagerada poluição, condena progressivamente o próprio ser humano à morte. Toma juízo, irmão, irmã”.

em condenação da Humanidade a se manter aquém e abaixo do nível da dignidade proclamado nas declarações de direitos.

Ao mesmo tempo, a ciência deverá contribuir para uma utilização ótima das espécies. As plantas hoje cultivadas pelo homem são as mesmas por ele selecionadas e adaptadas no neolítico. O plantio intensivo de trigo e arroz se faz ao custo de extinção de numerosas espécies selvagens, erradicadas por substâncias químicas. É óbvio que a produção abastece a humanidade. Mas o faz a custo incalculável, pois as plantas domésticas foram obtidas mediante seleção das silvestres. Se estas forem respeitadas, é possível recorrer a elas um dia, como a uma despensa, para selecionar outras para uso humano. Não se exclui a possibilidade de degeneração e perda de algumas das espécies hoje cultivadas. Pois a capacidade de resistência e adaptação de qualquer ser vivo depende da plasticidade de seus genes; em uma planta selecionada, e, portanto, especializada, dita plasticidade é muito menor. Ante a mudança de ambiente, está menos preparada para responder adequadamente que uma espécie em estado selvagem.

O mesmo raciocínio é válido para os animais domésticos. A manipulação genética poderá fazer desaparecer alguns espécimes, assim como o desmatamento e a destruição dos habitats de outras. E a perda de testemunhos vivos tomará indecifrável a história da vida e de sua evolução biológica com riscos para a evolução e a subsistência da vida sobre a terra.

Não é apenas de solidariedade internacional no espaço e no tempo que se está a necessitar. A nave espacial Terra está emitindo sinais de socorro. Está no limite de sua capacidade: não admite mais pessoal, nem conta com reserva suficiente de víveres. É preciso a mudança de consciência de cada qual. Se ninguém é capaz, individualmente, de reverter o processo destrutivo, todos são capazes, em pessoa, de uma correção de rumos. Respeitar a natureza, respeitar a vida, empenhar-se na reposição das espécies, plantar uma árvore, cuidar de um jardim, não poluir, alimentar os pássaros, libertar-se do consumismo.

A reflexão social também há de considerar a situação do meio cultural e espiritual, integrado no moderno conceito de ecologia. A regulação da vida social tem sido disciplinada no decorrer da história por tradições, leis, mitos, princípios morais e religiosos. Esse acervo de valores garante a convivência, dá estabilidade à sociedade, segurança ao indivíduo e modela sua compreensão do mundo.

A ecologia, como ciência do ambiente, não pode ignorar o meio

espiritual em que as criaturas desempenharão os seus papéis na tragédia vital. Todas as circunstâncias externas e interiores que condicionam o homem no seu convívio com os demais devem ser objeto de cogitação dos verdadeiros humanistas.

A ÉTICA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Fonte: <http://diari>

É natural a aspiração humana ao desenvolvimento. Espontânea a intenção de alcançar metas estabelecidas, de galgar status e de obter bens da vida considerados essenciais à plena realização pessoal. Sem ambições, o homem vegeta. Desiste de viver aquele que não luta por nada, que não tem interesses ou objetivos. O sentimento de liberdade e a convicção da possibilidade de realizar os sonhos é o que mantém a humanidade em curso. Assim não fora e ela se conformaria com os estágios primitivos. A ânsia de desvendar os enigmas a fez filosofar. Mas não impediu, antes incitou a ação.

A história da humanidade é a narrativa das lutas para a consecução de valores. Predestinada a dominar a natureza e os seres irracionais, assumiu a criatura humana as rédeas do progresso. Talvez tenha se desviado da essência nesse percurso. A civilização engloba paradoxos inexplicáveis para justificar-se como resultado da atuação contínua do único ser provido de razão. Ao domesticar as forças naturais e colocá-las a seu serviço, o homem investiu-

Saiba mais!

“Uma compreensão dos temas ambientais globais exige a mediação entre o imediato e o mediato, entre o próximo e o distante, entre o mais sentido e o menor sentido, entre o privado e o público, entre o pessoal e o político, entre o individual e o organizativo, entre a exclusão e a presença na sociedade civil, entre um horizonte de compreensão e outros, entre um eu, um tu e um nós, entre o micro e o macro.”

(GUTIÉRREZ e PRIETO, 2000, p. 54)

Dica!

“É importante recordar que não se trata apenas de sobreviver, mas de melhorar de maneira sustentável a qualidade de vida de vários milhares de pessoas.”

(GUTIERREZ)

Anote em sua agenda.
Não confunda...

Lições para o resto da vida

Cidadania vem do latim civitas, cidade. O cidadão, porém é mais do que apenas o habitante. É aquele que está interessado no que acontece em sua comunidade. Para alunos e professores, a cidade é a escola.

Do ponto de vista do educador, a cidadania passa por boas relações com os colegas, com a direção, com os funcionários – pelo direito de ensinar, ou seja, formar cidadãos. Do ponto de vista do aluno, ela reside no direito de ir à escola e só começa a fazer sentido quando ele aprende. (Nova Escola. N° 131, Abril, 2000 p. 13-14)

se de certa pretensão à onipotência. Talvez para esquecer a sua finitude, entregou-se ao labor incessante e desprovido de limites. As descobertas científicas e o incremento tecnológico fizeram-no potencializar a capacidade de transformação. Os padrões impostos sobrepujaram a imaginação e nada mais se mostra suficiente a aplacar a ânsia consumista. Tudo é descartável, tudo se torna obsoleto e a corrida rumo ao desenvolvimento não tem linha de chegada.

A concepção do desenvolvimento sustentável deveria, portanto, representar um paradigma de conduta e servir para todas as esferas da atuação humana, sem reduzir-se à preocupação ecológica. Ressalve-se, nada obstante, o caráter holístico da ecologia, campo em que a integralidade dos fenômenos não pactua com a sua compartimentação. Mencione-se que a chuva ácida não respeita fronteiras, nem os efeitos da devastação, bem exemplificados pelo efeito estufa, que ameaça todos os habitantes do globo e não apenas os principais causadores dessa catástrofe.

CIDADANIA E ECOLOGIA

Não erra quem disser que todos os problemas brasileiros se resumem a um só: a deficiência na educação. Povo educado sabe se autogovernar e sabe escolher seus governantes. Povo educado reivindica. Povo educado reconhece o valor da natureza, sabe avaliar esse patrimônio que é de todos, inclusive dele mesmo. Povo educado saberia reivindicar maior responsabilidade e efetiva responsabilização de todos aqueles que, obrigados a tutelar a natureza, ou dela se descuidam, ou são os primeiros a exterminá-la.

A preocupação de alguns estudiosos conscientes fez com que se introduzisse no currículo básico a disciplina Ética e se reintroduzisse a Filosofia. Todavia,

É insuficiente incluir conteúdos considerados críticos, como a Antropologia, a Ciência Política, a Ética, a Filosofia, a Psicologia e a Sociologia, por exemplo, se o direito positivo continuar sendo ensinado de forma dogmática. A interdisciplinaridade deve se realizar, principalmente, no ensino dos conteúdos considerados jurídicos.” (BANDEIRA, K, 2010, p. 4)

À evidência, frustradas as expectativas da educação formal tradicional, não houve preocupação mais séria com a implementação da vontade constituinte de 1988. O formulador do pacto fundante previu, em relação ao meio ambiente, a obrigação de o Poder Público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”⁸. O Parlamento chegou a editar normatividade infraconstitucional para fazer cumprir a promessa constitucional⁹ a eficácia, porém, do mandamento fundante e de sua disciplina legal?

Nunca se constatou, como agora, neste país, a devastação tão escancarada das florestas. Nunca houve tantas queimadas criminosas, constatadas pelos satélites e anunciadas por toda a mídia mundial. A poluição inclemente da atmosfera, da água e do solo. A multiplicação dos lixões. Os vazamentos de óleo e combustível, além de produtos químicos nocivos, em rios, praias e demais recursos hídricos.

O Brasil conseguiu vergonhosa citação no Livro dos Recordes (Guinness Book) no ano de 2006, em vários dos tópicos da agressão covarde à natureza.

A degradação do meio ambiente é assunto sério. Não há como deixar de alarmar todos os que ainda não perderam de todo o juízo. “A degradação constante dos bens renováveis do planeta (...) atinge hoje, proporções alarmantes. Em 2005, um grupo de 1.350 cientistas de 95 países publicou, sob a égide da ONU, a Avaliação Ecológica do Milênio. Alguns dados contidos nesse relatório são assustadores.

A ÉTICA NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Segundo Junges (2006),

As dificuldades ecológicas enfrentadas na atualidade solicitam antes aos recursos técnicos uma resposta ética, requerendo uma mudança de paradigma civilizatório, referente à convivência social, a visa pessoal, como também, na produção de bens de consumo e, sobretudo, do relacionamento com a natureza. A discussão ética no âmbito da ecologia surgiu como resposta a esse contexto e como reação a uma mentalidade predatória da natureza (JUNGES, 2006, p. 12).

Saiba mais!

Mais de 1 bilhão de pessoas não tem acesso a abastecimento de água potável adequado e quase 3 bilhões (ou seja, praticamente a metade da humanidade) não dispõem de infraestrutura de saneamento.

O consumo de água potável aumenta em 20% a cada dez anos, desde 1960.

A concentração de dióxido de carbono na atmosfera cresceu 32%, de 1750 (início da Revolução Industrial) até hoje. Mais terras foram convertidas em lavoura e pasto após 1945, do que durante os séculos XVIII e XIX.

Hoje, entre 10% e 30% de todas as espécies de anfíbios, mamíferos e aves estão ameaçadas de extinção. Pelo menos um quarto das espécies de peixes está submetido à superexploração empresarial. Cerca de 20% dos recifes e 35% dos manguezais existentes no mundo foram destruídos nas últimas décadas.

A questão da sobrevivência da nossa espécie põe-se hoje, portanto, de forma iniludível, a todos os homens de consciência e de responsabilidade. A humanidade somente terá condições de enfrentar esse formidável desafio se souber encontrar uma forma de união na qual todos os povos do mundo possam viver livres e iguais, em dignidade e direitos. (FÁBIO KONDER COMPARATO, Ética – Direito, moral e religião no mundo moderno, p. 430.

⁸ Art. 225, § 1º, inciso VI, da Constituição da República Federativa do Brasil.

⁹ Lei de Educação Ambiental e Instituição da Política Nacional de Educação Ambiental: Lei Federal 9.795, de 27.04.1999.

Anote em sua agenda

Definir o mínimo necessário não significa ater-se a ele. O professor pode e deve trabalhar conteúdos diversos e mais aprofundados, de modo e efetivamente contribuir para o crescimento de seus alunos.

Dica

“A harmonia ambiental supõe tolerância, respeito, igualdade social, cultura, de gênero e aceitação da biodiversidade.”

Apesar de que ainda há um distanciamento entre os avanços técnico-científicos da almejada ética ambiental, que não chegou a ocorrer na mesma proporção, intensidade e velocidade, como declara DE CARVALHO, V.S (2011); que o fato deste distanciamento sobre a temática da ética e da moral no meio técnico-científico, trata-se, pois, de um fato que originou-se há séculos, tendo sua origem na lógica cartesiana – “autonomia da razão” e no utilitarismo baconiano – “o homem deveria dominar a natureza para, por meio desta dominação, libertar-se a si mesmo” (GRÜN, 1996, p.36).

Diante disto, De Carvalho (20011, p. 32), afirma que,

[...] a maior parte das questões recentes de ordem ética com as quais temos nos defrontados que incluem desde os problemas relativos à bioética (clonagem, transplante e venda de órgãos, produção de organismos geneticamente modificados etc.) até os últimos testes de bombas atômicas na França, Índia e Paquistão tem raízes nesses preceitos onde o homem foi e continua sendo iludido para se enxergar como “medida de todas as coisas”.

Considerando-se que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado,” e o comprometimento de “defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, como declara no Artigo 225 da Constituição do Brasil de 1988, a ética ambiental surge no debate ecológico expondo questões fundamentais, discutindo o próprio ponto de partida e abrangência dos sujeitos de consideração à mesma.

Junges (2006, p. 34), afirma que,

[...] a natureza é uma trama de inter-relações em que cada ser é apenas um anel de uma matéria ininterrupta de matéria, energia e informação em função da estabilidade e integridade da própria cadeia da vida. [...] As entidades individuais estão subordinadas ao bem-estar “da comunidade biótica”. Para isso é necessário respeitar as leis inscritas nos ecossistemas naturais e explicitadas pela ecologia.

Assim, a ética ambiental não é criação humana, mas sistematização de normas inscritas na natureza, “onde a existência e a conservação de uma espécie são subordinadas aos equilíbrios entre os processos destrutores e regeneradores e seu meio”, como afirma o geógrafo francês Pierre Jorge

apud Reigota, (2006, p. 20); cabendo aos seres humanos darem-se conta dessas normas e ajustarem o seu comportamento aos equilíbrios de forças concorrentes que condicionam a vida do grupo biológico.

Ponderando-se dessas informações, muitas entidades se mobilizam com projetos que favorecem o bem estar da humanidade como também da natureza, criando em recursos educacionais, visando cientificar a sociedade dos riscos que todos correm a não adaptação de medidas educativas e conservativas em nossa convivência diária.

A ÉTICA NOS PCNS

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, v.9, p. 25), afirma que ao trabalhar com os temas relacionados ao ambiente natural e social é capaz de transformar o pensamento do homem em relação à natureza, contribuindo na “formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade sócio-ambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global”; já que o ser humano interferiu na natureza para a satisfação de anseios crescentes, que abroham tensões e subversão quanto à ocupação do espaço e dos recursos em função da tecnologia disponível.

Segundo Azevedo apud Reigota (2008, p. 68), expõe a necessidade do educador em colocar as questões

[...] ambientais que afetam o planeta que tem a ver com a forma de como a humanidade vem se relacionando com a natureza e com os outros seres vivos e como será, a partir dessas novas realidades, a relação de nova geração, no que tange à maneira de pensar, de consumir, de cooperar, de solidarizar-se, de relacionar-se com animais, rios, mares, floretas e com o seu semelhante.

Com base nestas colocações, De Carvalho, V.S (2011, p. 99) explica que

[...] Cada educador é convocado a responder a essa questão a partir do contexto onde está inserido, considerando as particularidades de cada escola”, do bairro, da classe social, como de suas instalações, aspectos socioculturais, valores e outros fatores. Assim, a ética constitui um tema transversal, ela diz respeito às reflexões sobre as condutas humanas. A pergunta ética por excelência é: “Como agir perante os outros?”

Saiba mais

O que deve saber o seu aluno ao final do segundo ciclo, o aluno deve ser capaz de:

- Reconhecer algumas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que sua coletividade estabeleceu com outras localidades, no presente ou no passado;
- Identificar a ascendência e descendência das pessoas que pertencem à sua localidade, quanto à nacionalidade, etnia, língua, religião e costumes, contextualizando seus deslocamentos e confrontos culturais e étnicos, em diversos momentos históricos nacionais;
- Distinguir as relações de poder formais ou de fato, estabelecidas entre sua localidade e os demais centros políticos, econômicos e culturais, em diferentes tempos;
- Utilizar diversas fontes de informação: jornais, revistas, noticiário de TV ou de rádio, conteúdo da internet para o desenvolvimento da leitura crítica;
- Valorizar as ações coletivas que tenha repercussão da melhoria das condições de vida das comunidades.

Para refletir

A escola, de fato, institui a cidadania. É ela o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou afinidade, mas pela obrigação de viver em comum.

(CANIVEZ, P. Educar o cidadão? São Paulo: Papirus, 1991, p. 33)

Verifica-se que tal pergunta é ampla, complexa e sua resposta implica tomadas de posição valorativas. A questão central das preocupações éticas é a da justiça entendida como inspirada pelos valores de igualdade e equidade.

Na escola, o tema Ética encontra-se, em primeiro lugar, nas próprias relações entre os agentes que constituem essa instituição: alunos, professores, funcionários e pais. Em segundo lugar, o tema Ética encontra-se nas disciplinas do currículo, uma vez que, sabe-se, o conhecimento não é neutro, nem impermeável a valores de todo tipo. Finalmente, encontra-se nos demais Temas Transversais, já que, de uma forma ou de outra, tratam de valores e normas. Em suma, a reflexão sobre as diversas faces das condutas humanas deve fazer parte dos objetivos maiores da escola comprometida com a formação para a cidadania. Partindo dessa perspectiva, o tema Ética traz a proposta de que a escola realize um trabalho que possibilite o desenvolvimento da autonomia moral, condição para a reflexão ética. Para isso foram eleitos como eixos do trabalho quatro blocos de conteúdo: Respeito Mútuo, Justiça, Diálogo e Solidariedade, valores referenciados no princípio da dignidade do ser humano, um dos fundamentos da Constituição brasileira.

A ética considera-se um tema transversal porque as questões éticas encontram-se a todo momento em toda as disciplinas. Vale dizer que questões relativas a valores humanos permeiam todos os conteúdos curriculares. É fácil verificar esse fato em História: as guerras, as diversas formas de poder político, as revoluções industriais e econômicas, as colonizações etc., dizem diretamente respeito às relações entre os homens. E mais ainda: o passado histórico é de extrema importância para se compreender o presente, os valores contemporâneos, as atuais formas de relacionamento entre os homens, entre as comunidades, entre os países.

Em relação à Língua Portuguesa, deve-se considerar que a linguagem é o veículo da cultura do país onde é falada, que carrega os valores, portanto. Por exemplo, comparar a chamada “norma culta” às outras formas de falar não é apenas comparar duas formas de se comunicar seguindo o critério do “certo” e do “errado”. É, sobretudo, pensar sobre as diversas formas de o homem se apoderar da cultura, suas possibilidades objetivas de fazê-lo.

Em resumo, verifica-se que questões relacionadas à Ética permeiam todo o currículo. Portanto, não há razão para que sejam tratadas em paralelo, em horário específico de aula. Pelo contrário, passar ao lado de tais questões seria, justamente, prestar um desserviço à formação moral do aluno: induzi-la a pensar que ética é uma “especialidade”, quando, na verdade, ela diz

respeito a todas as atividades humanas.

- A própria função da escola – transmissão do saber – levanta questões éticas. Para que e a quem servem o saber, os diversos conhecimentos científicos, as várias tecnologias? É necessário refletir sobre essa pergunta. Além do mais, sabe-se que um conhecimento totalmente neutro não existe. É, portanto, necessário pensar sobre sua produção e divulgação.

O ato de estudar também envolve questões valorativas. Afinal, para que se estuda? Apenas na perspectiva de se garantir certo nível material de vida? Tal objetivo realmente existe, porém, estudar também é exercício da cidadania: é por meio dos diversos saberes que se participa do mundo do trabalho, das variadas instituições, da vida cotidiana, articulando-se o bem estar próprio com o bem-estar de todos.

- As relações sociais internas à escola são pautadas em valores morais. Como devo agir com meu aluno, com meu professor, com meu colega? Eis questões básicas do cotidiano escolar. A prática dessas relações forma moralmente os alunos. Como já apontado, se as relações forem respeitadas, equivalerão a uma bela experiência de respeito mútuo.

Se forem democráticas, no sentido de os alunos poderem participar de decisões a serem tomadas pela escola, equivalerão a uma bela experiência de como se convive democraticamente, de como se toma responsabilidade, de como se dialoga com aquele que tem ideias diferentes das nossas. Do contrário, corre-se o risco de transmitir aos alunos a ideia de que as relações sociais em geral são e devem ser violentas e autoritárias.

- As relações da escola com a comunidade também levantam questões éticas. De fato, a escola não é uma ilha isolada do mundo, da cidade ou do bairro. Ela ocupa lugar importante nas diversas comunidades, pois envolve as famílias. Cada lugar tem especificidades que devem ser respeitadas e contempladas. Algumas das atividades de professores e alunos estão relacionadas com questões e problemas do lugar onde está a escola. Como participar da vida da comunidade? Como articular conhecimentos com as necessidades de um bairro ou de uma região? Eis questões que envolvem decisões pautadas em valores que devem ser explicitados e refletidos.

Objetivos gerais da ética no Ensino Fundamental

O trabalho a ser realizado em torno do tema Ética deve organizar-se de forma a possibilitar que os alunos sejam capazes de:

Anote em sua agenda
Não confunda:

Antropologia (do grego anthropos; homem e logos: teoria, ciência).

Antropologia científica: ciência que estuda as diferentes culturas quanto aos mais diversos aspectos (relações familiares, estruturas de poder, costumes, tradições, linguagem, etc.); engloba a etnografia e a etnologia.

Antropologia filosófica: questionamento filosófico a respeito do que é o ser humano; investigação a propósito do conceito que o ser humano faz de si próprio.

Você sabia?

Movimentar o corpo ajuda a melhorar o humor e auto-estima, diminui a ansiedade e controla a depressão.

- compreender o conceito de justiça baseado na equidade e sensibilizar-se pela necessidade da construção de uma sociedade justa;
- adotar atitudes de respeito pelas diferenças entre as pessoas, respeito esse necessário ao convívio numa sociedade democrática e pluralista;
- adotar, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças e discriminações;
- compreender a vida escolar como participação no espaço público, utilizando e aplicando os conhecimentos adquiridos na construção de uma sociedade democrática e solidária;
- valorizar e empregar o diálogo como forma de esclarecer conflitos e tomar decisões coletivas;
- construir uma imagem positiva de si, o respeito próprio traduzido pela confiança em sua capacidade de escolher e realizar seu projeto de vida e pela legitimação das normas morais que garantam, a todos, essa realização;
- assumir posições segundo seu próprio juízo de valor, considerando diferentes pontos de vista e aspectos de cada situação.

OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - PCNS

Para refletir

“Se ensinamos, os alunos não aprenderam e estamos interessados em que aprendam há que se ensinar até que aprendam; há que se investir na construção dos resultados desejados”. (LUCKESI, 2007, p. 23)

Uma vez que os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental destinam-se a todos os brasileiros e objetivam alcançar e fortalecer a meta maior que é a formação do cidadão, foram escolhidos temas morais que, necessariamente, devem ser contemplados para que essa formação tenha êxito (o chamado “conjunto central” de valores). Os conteúdos apresentados aqui estão referenciados no princípio da dignidade do ser humano, um dos fundamentos da Constituição brasileira.

Cada sociedade, cada país é composto de pessoas diferentes entre si. Não somente são diferentes em função de suas personalidades singulares, como também o são relativamente a categorias ou grupos de pessoas: elas podem ser classificadas por sexo, etnia, classe social, opção política e ideológica etc. É grande a diversidade das pessoas que compõem a população brasileira: diversas etnias, diversas culturas de origem, profissões, religiões, opiniões etc.

Essa diversidade, frequentemente, é alvo de preconceitos e

discriminações, o que resulta em conflitos e violência. Assim, alguns acham que determinadas pessoas não merecem consideração, seja porque são mulheres, porque são negras, porque são nordestinas, cariocas, gaúchas, pobres, doentes etc. Do ponto de vista da Ética, o preconceito pode traduzir-se de várias formas.

A mais frequente é a não universalização dos valores morais. Por exemplo, alguém pode considerar que deve respeitar as pessoas que pertencem a seu grupo, ser honesto com elas, não enganá-las, não violentá-las etc., mas o mesmo respeito não é visto como necessário para com as pessoas de outros grupos.

Mais ainda: mentir para membros de seu grupo pode ser considerado desonroso, mas enganar os “estranhos”, pelo contrário, pode ser visto como um ato merecedor de admiração. Outra tradução dos preconceitos é a intolerância: simplesmente não se aceita a diferença e tenta-se, de toda forma, censurá-la, silenciá-la. Finalmente, é preciso pensar na indiferença: o outro, por não ser do mesmo grupo, é ignorado e não merecedor da mínima solidariedade.

O preconceito é contrário a um valor fundamental: o da dignidade humana. Segundo esse valor, toda e qualquer pessoa, pelo fato de ser um ser humano, é digna e merecedora de respeito. Portanto, não importa seu sexo, sua idade, sua cultura, sua raça, sua religião, sua classe social, seu grau de instrução etc.: nenhum desses critérios aumenta ou diminui a dignidade de uma pessoa. Toda pessoa tem, em princípio, direito ao respeito de seus semelhantes, a uma vida digna (no sentido de boas condições de vida), a oportunidades de realizar seus projetos.

Sem opção moral, uma sociedade democrática, pluralista por definição, é totalmente impossível de ser construída e o conceito de cidadania perde seu sentido. É, portanto, imperativo que a escola contribua para que a dignidade do ser humano seja um valor conhecido e reconhecido pelos seus alunos.

Dois outros critérios nortearam a escolha dos conteúdos: a possibilidade de serem trabalhados na escola e sua relevância tanto para o ensino das diversas áreas e temas quanto para o convívio escolar.

Foram organizados blocos de conteúdos, os quais correspondem a grandes eixos que estabelecem as bases de diversos conceitos, atitudes e valores complementares. Os blocos de conteúdos, assim como toda a proposta de Ética, referem-se a todo o ensino fundamental. Os conteúdos de

Saiba mais

Laboratório didático virtual
– SP.

<http://www.labvirtualusp.br>

Para refletir

Olhe ao seu redor. Quais são as tecnologias que você utiliza em sua casa para as tarefas diárias? E no seu ambiente de trabalho: na preparação de suas aulas, com os colegas em sala de aula.

Anote em sua agenda

- Respeito mútuo - é a valorização de cada pessoa, independentemente de sua origem social, etnia, religião, sexo, opinião. Revelar seus conhecimentos, expressar sentimentos e emoções, admitir dúvidas sem ter medo de ser ridicularizado, exigir seus direitos são atitudes que compreendem respeito mútuo.
- Justiça - num primeiro momento pode remeter à obediência às leis. Mas o conceito de justiça vai muito além disso. É a busca de igualdade de direitos e de oportunidades, o que pressupõe o julgamento do que é justo ou injusto.
- Solidariedade - é a expressão de respeito dos indivíduos uns pelos outros. Ser solidário é partilhar um sentimento de interdependência e tomar para si questões comuns. Solidariedade inclui desde a ajuda a um amigo até luta por um ideal coletivo da sociedade.
- Diálogo - A comunicação entre as pessoas pode ser fonte de riquezas e alegrias. É uma arte a ser ensinada e cultivada. Mas atenção: o diálogo só acontece quando os interlocutores têm voz ativa. Limitar-se a impor visões de mundo sem considerar o que o outro tem a dizer não constitui um diálogo.

Parâmetros Curriculares Nacionais: fáceis de entender. Ética de 5ª a 8ª série. Fundação Victor Civita, 2000 - p. 36.

cada bloco serão detalhados para os dois primeiros ciclos e já se encontram expressos nas áreas, transversalizados. Por impregnarem toda a prática cotidiana da escola, os conteúdos de Ética priorizam o convívio escolar. São eles: Respeito mútuo, Justiça, Diálogo e Solidariedade.

Cada um dos blocos de conteúdo está intimamente relacionado com os demais, assim como com o princípio de dignidade do ser humano.

Respeito mútuo

O tema respeito é central na moralidade. E também é complexo, pois remete a várias dimensões de relações entre os homens, todas “respeitosas”, mas em sentidos muitos diferentes. Pode-se associar respeito à ideia de submissão. É o caso quando se fala que alguma pessoa obedece incondicionalmente a outra. Tal submissão pode vir do medo: respeita-se o mais forte, não porque mereça algum reconhecimento de ordem moral, mas simplesmente porque detém o poder. Porém, também pode vir da admiração, da veneração (porque é mais velho ou sábio, por exemplo, ou da importância atribuída a quem se obedece ou escruta (diz-se “respeito muito a opinião de fulano”). Nesses exemplos, o respeito é compreendido de forma unilateral: consideração, obediência, veneração de um pelo outro, sem que a recíproca seja verdadeira ou necessária.

Um intelectual observou bem a presença desse respeito unilateral na sociedade brasileira, por meio de uma expressão popularmente frequente: “Sabe com quem está falando”. Essa expressão traduz uma exigência de respeito unilateral: “Eu sou mais que você, portanto, respeite-me”. É a frase que muitas “autoridades” gostam de empregar quando se sentem, de alguma forma, desacetadas no exercício de seu poder.

Os seguintes conteúdos devem ser trabalhados para que o aluno evolua em sua formação, de acordo com os objetivos propostos:

- as diferenças entre as pessoas, derivadas de sexo, cultura, etnia, valores, opiniões ou religiões;
- o respeito a todo ser humano independentemente de sua origem social, etnia, religião, sexo, opinião e cultura;
- o respeito às manifestações culturais, étnicas e religiosas;
- o respeito às manifestações culturais, étnicas e religiosas;
- o respeito mútuo como condição necessária para o convívio social

- democrático: respeito ao outro e exigência de igual respeito para si;
- o respeito ao direito seu e dos outros ao dissenso;
 - a coordenação das próprias ações com as dos outros, por meio do trabalho em grupo;
 - o respeito à privacidade como direito de cada pessoa;
 - o contrato como acordo firmado por ambas as partes;
 - a identificação de situações em que é ferida a dignidade do ser humano;
 - o repúdio a toda forma de humilhação ou violência na relação com o outro;
 - as formas legais de lutar contra o preconceito;
 - a utilização das normas da escola como forma de lutar contra o preconceito;
 - a compreensão de lugar público como patrimônio de todos, cujo zelo é dever de todos;
 - o zelo pelo bom estado das dependências da escola;
 - a valorização do patrimônio cultural e o zelo por sua conservação.

Justiça

O tema da justiça sempre atraiu todos aqueles que pensaram sobre a moralidade, desde os filósofos gregos. Belíssimas páginas foram escritas, idéias fortes foram defendidas. O tema da justiça encanta e inquieta todos aqueles que se preocupam com a pergunta “Como devo agir perante os outros?”. A rigor, ela poderia ser assim formulada: “Como ser justo com os outros?”, ou seja, “Como respeitar seus direitos? Quais são esses direitos? E os meus?”.

O conceito de justiça pode remeter à obediência às leis. Por exemplo, se a lei prevê que os filhos são os herdeiros legais dos pais, deserdá-las será considerado injusto. Um juiz justo será aquele que se atém à lei, sem feri-la. Será considerado injusto se, por algum motivo, resolver ignorá-la.

Conteúdos a serem trabalhados:

- o reconhecimento de situações em que a equidade represente justiça (como, por exemplo, algumas regras diferenciadas para as crianças menores, das séries iniciais, em função de sua idade, altura, capacidades etc.);

Saiba mais

Em toda cidade existe, pelo menos, a biblioteca pública municipal. Em centros maiores, podemos encontrar bibliotecas em universidades, em escolas de maior porte, em museus e em escolas de maior porte, em museus e em centros culturais. Algumas delas já contam com hemerotecas (coleção de jornais), fonotecas (coleção de discos e fitas cassete) e videotecas, constituindo o que toda biblioteca deve almejar ser: um centro de informações. No Brasil, as principais são a Biblioteca do Congresso Nacional, em Brasília, e a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Saiba mais

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) também coopera com as autoridades nacionais no apoio à preservação do patrimônio mundial.

- o reconhecimento de situações em que a igualdade represente justiça (como, por exemplo, as regras de funcionamento da classe, o cumprimento de horários);
- a identificação de situações em que a injustiça se faz presente; repúdio à injustiça;
- o conhecimento da importância e da função da Constituição brasileira;
- a compreensão da necessidade de leis que definem direitos e deveres;
- o conhecimento e compreensão da necessidade das normas escolares que definem deveres e direitos dos agentes da instituição;
- o conhecimento dos próprios direitos de aluno e os respectivos deveres;
- a identificação de formas de ação diante de situações em que os direitos do aluno não estiverem sendo respeitados;
- a atitude de justiça para com todas as pessoas e respeito aos seus legítimos direitos.

Diálogo

A comunicação entre os homens pode ser praticada em várias dimensões, que vão desde a cultura como um todo, até a conversa amena entre duas pessoas. Ela pode ser fonte de riquezas e alegrias: o contato que o artista estabelece com seu público, a discussão científica sobre algum lema relevante, o debate caloroso sobre questões complexas, o silencioso diálogo de olhares entre amantes.

Não há dúvida de que um dos objetivos fundamentais da educação é fazer com que o aluno consiga participar do universo da comunicação humana, apreendendo por meio da escrita, da leitura, do olhar, as diversas mensagens (artísticas, científicas, políticas e outras) emitidas de diversas fontes; e fazer com que seja capaz de, por meio da fala, da escrita, da imagem, emitir suas próprias mensagens.

Conteúdos a serem trabalhados:

- o uso e valorização do diálogo como instrumento para esclarecer conflitos;

- a coordenação das ações entre os alunos, mediante o trabalho em grupo;
- o ato de escutar o outro, por meio do esforço de compreensão do sentido preciso da fala do outro;
- a formulação de perguntas que ajudem a referida compreensão;
- a expressão clara e precisa de idéias, opiniões e argumentos, de forma a ser corretamente compreendido pelas outras pessoas;
- a disposição para ouvir idéias, opiniões e argumentos alheios e rever pontos de vista quando necessário.



Célestin Freinet.
 Fonte: <http://imagens.google.com.br>
 Freinet, pedagogo francês e importante reformador da Pedagogia de sua época, cujas propostas continuam uma grande referência para a Educação nos dias atuais. Para saber mais veja os links:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedagogo Francês](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedagogo_Franc%C3%AAs)
[http://pt.wikipedia.org/wiki/França](http://pt.wikipedia.org/wiki/Fran%C3%A7a)
<http://pt.wikipedia.org/wiki/pedagogia>
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedagogia Educação](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedagogia_Educa%C3%A7%C3%A3o)
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Educação](http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o)

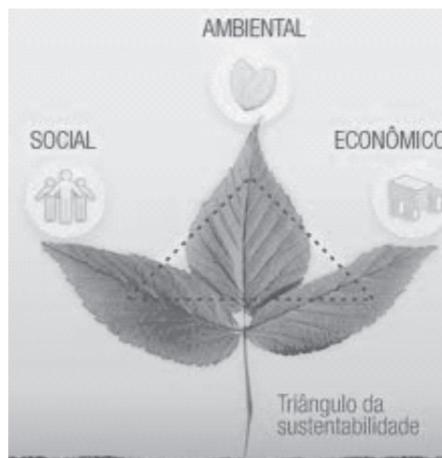
Solidariedade

A palavra “solidariedade” pode ser enganosa. De fato, os membros de uma quadrilha de estelionatários, por exemplo, podem ser solidários entre si, ajudando-se e protegendo-se mutuamente. A mesma coisa pode acontecer com os membros de uma corporação profissional: alguns podem encobrir o erro de um colega para evitar que a imagem da profissão seja comprometida.

Nesses casos, a solidariedade nada tem de ético. Pelo contrário, é condenável, pois só ocorre em benefício próprio: se a quadrilha ou a corporação correr perigo, cada membro em particular será afetado. Portanto, ajuda-se os outros para salvar a si próprio.

Conteúdos a serem trabalhados:

- identificação de situações em que a solidariedade se faz necessária;
- as formas de atuação solidária em situações cotidianas (em casa, na escola, na comunidade local) e em situações especiais (calamidades públicas, por exemplo);
- a resolução de problemas presentes na comunidade local, por meio de variadas formas de ajuda mútua;
- as providências corretas, como alguns procedimentos de primeiros socorros, para problemas que necessitam de ajuda específica;
- o conhecimento da possibilidade de uso dos serviços públicos existentes, como postos de saúde, corpo de bombeiros e polícia, e formas de acesso a eles;
- a sensibilidade e a disposição para ajudar as outras pessoas, quando isso for possível e desejável.



Fonte: <http://notasverdes.blog.com/2010/08/27/etica-nos-negocios-a-base-da-atuacao-responsavel-e-o-passaporte-para-a-sustentabilidade/>

DICAS DE FILMES /SITES

Programa de vídeo da TV Escola: Ensinar e aprender, da série PCN – um compromisso com a cidadania (Programa nº 5). O programa trata de diferentes aspectos do ensinar, destacando o papel do professor e do aluno.

Chamada à Ação: combatendo o fracasso escolar no Nordeste. UNICEF – Projeto: Nordeste – Banco Mundial – MEC

Crianças Abandonadas. 2º Encontro Nacional do MNMMR.

Estatuto do Futuro. CECIP.

Ilha das Flores. Jorge Furtado.

O Estatuto taí, só falta cumprir. 3º Encontro Nacional do MNMMR.

O Menino Maluquinho. HalvécioRatton.

O Município em Defesa da Infância e da Adolescência. UNICEF/CECIP.

Profissão Criança. OIT.

Quero Educação para Ser Cidadão. 4º Encontro Nacional do MNMMR.

Queremos Viver e não Sobreviver. 5º Encontro Nacional do MNMMR.

Sociedade dos Poetas Mortos. Peter Weir.

Uma Escola para todos: em busca da cidadania. UNICEF.

ATIVIDADES PROPOSTAS

Avançamos mais um pouco em nossa caminhada. Procure responder as seguintes questões. Se eventualmente, ao responder, sentir certa dificuldade,

volte, releia o material e procure discutir com seu tutor.

1 – A ética ambiental se contrapõe à ética antropocêntrica?

2 – A natureza é sujeito de direitos? O meio ambiente é destinatário de deveres éticos?

3 – A natureza tem direitos que devem se assegurados pela humanidade?

4 – Como impedir que aumentem as espécies ameaçadas de extinção no território brasileiro?

5 – A solução dos Parques Nacionais e Reservas Naturais é a melhor estratégia para preservar a biodiversidade?

6 – Como valorizar os saberes tradicionais, tão desprezados pelos saberes acadêmicos?

FÓRUM

Após o estudo realizado sobre a temática Ética ambiental como ciência da educação, manifeste sua posição a respeito desse desafio: construa argumentos para sustentar a posição assumida (a favor ou contrária).



UNIDADE 04

Formação do Pedagogo e as Relações entre Ética e Diversidade

Resumindo

Vivemos em uma época que é necessário o uso da ética para que alunos e demais seguimentos compreendam que suas ações individuais e/ou coletivas têm consequências diretas, tanto para eles como para a sociedade em que vivem no seu dia a dia. É importante viabilizar condições éticas para que os mesmos exerçam seu papel como cidadãos éticos da sua função e de ser participativo no mundo em que os rodeiam.

A ética se apresenta como parte essencial na formação do pedagogo e do processo educativo em todas as etapas de nossa vida muito nos ajudam na condução deste processo educativo e por sua vez na condução do desenvolvimento humano.



4

FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E AS RELAÇÕES ENTRE ÉTICA E DIVERSIDADE



Fonte: http://brasileirototal.blogspot.com/2009_09_01_archive.html

HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E ASPECTOS LEGAIS

O profissional pedagogo surge com o Decreto-lei 1190/39, que cria a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, e como reflexo de uma preocupação com a formação superior de técnicos em educação e com a formação de docentes para o curso normal, nível médio. O curso de Pedagogia de então, com duração de três anos, respondia pela formação apenas do bacharel em Pedagogia, enquanto que o curso de “Didática”, com duração de um ano, assumia a formação do licenciado, recebendo egressos do bacharelado (esquema 3 + 1). Com essa separação, observa-se então a dicotomia entre a teoria e prática e o conteúdo e método.

Para refletir

“Bons professores usam a memória como depósito de informações, professores fascinantes usam-na como suporte da arte de pensar”.
(CURY)

Saiba mais

“... é importante refletir como se deve usar os conteúdos, os instrumentos e os modos como eles podem ser trabalhados. Uma necessidade de ir além dos conteúdos numa proposta de ensino”. (VESENTINE, José. O método e a práxis. São Paulo: Revista Terra Livre, jul. 1987. p. 59-90).

A década de 1960 foi um período em que o curso passa por um processo de definição das especializações como inerentes à formação do pedagogo. Tem-se a promulgação da primeira LDB, Lei 4024/1961, com uma visão profissionalizante e utilitarista e, a partir de 1962, com o Parecer CFE nº 251/1962 que estabelece um currículo mínimo e a sua duração.

Com a lei 5540/1968, que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior, considera-se a obrigatoriedade da formação superior dos profissionais que trabalhassem com a formação de professores e nos planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação nas escolas. Assim, houve mudanças nos cursos de formação desses profissionais com o surgimento da Faculdade de Educação, lugar este que se incumbiria dessa formação superior.

O final da década de 1960, marca um período que o curso de Pedagogia passa por grandes alterações. O Parecer CFE nº 252/69, de autoria de Valmir Chagas, trata do currículo mínimo e da duração para o curso de graduação em Pedagogia com uma proposta mais elaborada de formação superior, propondo a formação de vários profissionais com uma estrutura curricular que teria uma parte comum e outra diversificada.

A história dos estudos pedagógicos, do curso de Pedagogia, da formação do pedagogo e de sua identidade profissional está demarcada por certas peculiaridades da história da educação brasileira desde o início do século. Até os anos 20, não se punha em questão a existência de uma ciência pedagógica, à época fortemente influenciada pela Pedagogia católica e Pedagogia herbartiana, com influência de pedagogos alemães (WILLMANN, Ott., 1952).

A idéia de uma ciência unitária, reunindo em torno de si as chamadas ciências auxiliares da educação, começa a perder espaço com o surgimento, no Brasil, do movimento da educação nova de inspiração norte-americana, que vai tomando conta, nos anos 30, de uma elite intelectual de educadores brasileiros. A adoção da teoria educacional de J. Dewey provoca, em muitas instituições de formação de educadores, o arrefecimento do núcleo de estudos denominado “Pedagogia” ou Pedagogia geral.

A concepção imanentista de Dewey sobre os fins da educação não poderia combinar com uma noção de Pedagogia de cunho normativo, razão pela qual ele trata de uma “ciência da educação” (DEWEY, 1968). Nos anos 50, inicia-se a propagação de novas teorias educacionais originadas nos EUA e rotuladas com a expressão “tecnicismo educacional”, que se intensifica nos anos 70.

Difundem-se expressões como planejamento instrucional, modelos de ensino, estratégias de ensino-aprendizagem. Acentua-se a idéia do gerenciamento dos sistemas escolares e escolas, com tentativas de dar um cunho empresarial à administração escolar e à sala de aula para atender exigências de racionalidade científica e técnica da escola.

Tanto o escolanovismo como o tecnicismo tendem a uma visão cientificista do educativo, à psicologização da atividade escolar, retirando da Pedagogia seu caráter ético-normativo e de disciplina integradora dos vários enfoques de análise do fenômeno educativo. Em consequência, ocorre um reducionismo dos termos “pedagogia” e “pedagógico”, que passam a ser empregados para indicar meramente os aspectos metodológicos e organizativos da escola. Não é casual que nos países anglo-saxões seja utilizada a expressão “Ciência da Educação”, no singular, e se empregue o termo “Educação” para designar o que, em outros lugares, se conhece como “Pedagogia”.

Em meados da década de 1970, boa parte dos educadores une-se em torno da teoria da reprodução e das teorias críticas da sociedade, ambas dando suporte teórico para se fazer a crítica da educação no capitalismo e, particularmente, da concepção neopositivista de ciência e seus reflexos na educação. Parte dos educadores que aderem a esse movimento também resiste fortemente à existência de uma ciência pedagógica.

Segundo alguns representantes dessas teorias, a Pedagogia seria na sociedade de classes o próprio modo de ser da ideologia dominante, já que a educação escolar atuaria como reprodutora dos antagonismos de classes sociais. A teoria pedagógica é, então, esvaziada para dar lugar a uma teoria sociopolítica da educação. Essa orientação passa a nutrir boa parte da produção dos intelectuais da área, principalmente filósofos e sociólogos da educação, que se dispuseram a contribuir na formulação de propostas para os currículos de formação de educadores.

O movimento pela revalorização da educação pública, surgido por volta dos anos 80, busca saídas para a crise da escola brasileira, também a partir de um posicionamento crítico em relação ao capitalismo. Esse movimento, inicialmente sustentado pela Ande - Associação Nacional de Educação – atua como contraponto àquele de cunho reprodutivista mencionado anteriormente.

Posiciona-se pelo entendimento da escola como lugar em que se reproduzem as contradições sociais, portanto, um lugar de luta hegemônica de classes, de resistência, de conquista da cultura e da ciência como instrumentos

Saiba mais

Paulo Freire: sua proposta educativa caracterizava-se por ser uma pedagogia comprometida com a transformação social que articulava consciência da situação existencial dos sujeitos, práxis social e auto-crítica. O processo de conscientização só era possível se desenvolvesse uma consciência crítica. Essa permitia ao oprimido sair da dualidade que envolvia sua consciência: o desejo de libertar-se e a introjeção da consciência do dominador. De que esse processo ia além da simples tomada de consciência.

Conscientização significa, ao mesmo tempo, consciência da realidade e ação sobre ela. Portanto, realizavam-se na prática e não exclusivamente na teoria. O diálogo crítico era instrumento imprescindível para se chegar à conscientização. Esse caracterizava-se por ser dialético, a partir da realidade do sujeito, realizar-se nas relações horizontais e permitir um processo de aprendizagem mútuo entre os interlocutores. Na proposta de Freire, teoria, método e prática formavam uma unidade na qual o saber tinha um papel emancipador. Sua proposta evidencia o papel político que a educação desempenha na construção da sociedade.

Saiba mais

Ética na Escola

“Na escola, o tema ética encontra-se, em primeiro lugar, nas próprias relações entre os agentes que constituem essa instituição: alunos, professores, funcionários e pais. Em segundo lugar, o tema Ética encontra-se nas disciplinas do currículo, uma vez que o conhecimento não é neutro, nem impermeável a valores de todo tipo. Finalmente, encontra-se nos demais Temas Transversais, já que de uma forma ou de outra, tratam de valores e normas. Em suma, a reflexão sobre as diversas faces das condutas humanas deve fazer parte dos objetivos maiores da escola comprometida com a formação da cidadania”.

(PCN: apresentação dos temas transversais, Ética Vol. 8 p. 32)

de luta contra as desigualdades sociais impostas pela organização capitalista da sociedade. Desenvolvem-se, nesse quadro, outras vertentes das teorias críticas da educação e, entre elas, a Pedagogia crítico-social dos conteúdos e a concepção histórica-crítica da educação, que trouxeram contribuições substantivas para a reabilitação da especificidade da Pedagogia..

No contexto dos anos 80 – marcado pela crítica da educação no capitalismo, por um lado, e pela associação entre análise crítica e formas de intervenção na prática escolar, por outro -, que se retomam as discussões sobre a sistemática de formação de educadores. Com esse propósito, realiza-se na Unicamp (Campinas-SP, 1978) o I Seminário de Educação Brasileira. Surgem os Comitês Pró-Reformulação dos Cursos de Pedagogia (Goiânia-GO, 1980), depois a Comissão Nacional dos Cursos de Formação do Educador (Belo Horizonte-MG, 1983), transformada recentemente (1990) em Anfope. Nos encontros dessa entidade, como também nas Conferências Brasileiras de Educação (CBE) e outros eventos dos profissionais da educação, voltam ao debate temas como: especificidade do curso de Pedagogia e das Licenciaturas, formação de especialistas não-docentes, formação dos professores das séries iniciais do 1º grau em nível superior, a base comum nacional de formação dos educadores, a questão da escola única de formação de professores e outros.

O movimento de reformulação dos cursos de formação de educadores, representado hoje pela Anfope, produziu ao longo destes anos documentos bastante expressivos do debate, tendo exercido efetiva influência na concepção de formação do professor e na reformulação de currículos em algumas Faculdades de Educação. No entanto, é forçoso reconhecer que, por insuficiente base teórica, por falta de propostas consensuais dos vários grupos de intelectuais envolvidos, por dificuldades encontradas na própria realidade ou, mesmo, por obstáculos legais, é ainda modesto o nível de alcance de seus objetivos. Com efeito, mesmo as experiências consideradas inovadoras não resistem a uma análise teórica mais apurada, como não conseguem escapar de reducionismos.

Em faculdades que suprimiram as habilitações, disciplinas voltadas mais especificamente para formar o pedagogo stricto sensu foram retiradas do currículo ou esvaziadas (por exemplo, disciplinas relacionadas com administração escolar, supervisão, pesquisa e, em alguns lugares, a didática). Os reducionismos prejudicaram, também, a qualidade da oferta de disciplinas nas Licenciaturas.

O esfacelamento dos estudos no âmbito da ciência pedagógica com

a consequente subjunção do especialista no docente, e a improcedente identificação dos estudos pedagógicos a uma licenciatura, talvez sejam dois dos mais expressivos equívocos teóricos e operacionais da legislação e do próprio movimento da reformulação dos cursos de formação do educador, no que se refere à formação do pedagogo.

Embora seja justo reconhecer méritos nas propostas e ações do movimento mencionado, os impasses continuam e exigem persistir na busca de saídas. Nas considerações a seguir serão discutidos temas como: a especificidade do conhecimento pedagógico, a identidade profissional do pedagogo, a necessidade do pedagogo na escola e a pertinência das habilitações. Outras questões como a Licenciatura, a base comum nacional de formação, a natureza do trabalho escolar e a divisão do trabalho na escola, serão apenas tangenciados dentro do foco central do artigo: a Pedagogia e a formação do pedagogo não diretamente docente.

Assim, os especialistas começam a presenciar uma intensificação das discussões em torno de seu papel nas escolas, interferindo também na sua formação que passou a ser objeto de reflexões. A principal crítica girava em torno das questões relativas ao lugar dos especialistas no trabalho da escola levando-se em consideração a fragmentação, a hierarquia, a expropriação do saber do professor e a divisão entre concepção e a execução. Nesse momento, acreditava-se que esses profissionais pouco contribuíam para a qualificação do professor, cooperando minimamente para a melhoria significativa do ensino.

Começa-se, assim, a indicar um novo papel a ser desempenhado pelos especialistas numa ação integrada, na direção oposta daquilo que se pretendia que fossem no contexto de regime ditatorial. Desse modo, não somente a formação desses profissionais necessitava mudar, mas também sua mentalidade e linhas de ação (FONTES e VIANA, 2003).

Com a LDBEN 9394/1996, um novo tempo também se configura para a Pedagogia com o início dos debates em torno das Diretrizes Curriculares para o curso. Atualmente, com a Resolução n. 1/2006 tem-se a docência como base para a formação do pedagogo, distinguindo-se a docência para a educação infantil e a docência para as séries iniciais do ensino fundamental, agregando-se também a possibilidade de atuação na formação pedagógica do profissional docente, em áreas emergentes do campo educacional, e aqui e a seguir evidenciado, na gestão educacional.

Você sabia

Alfabetização de adultos: na América Latina, a educação de adultos foi entendida, durante muitos anos como educação compensatória. Trata-se de oferece aos adultos o que normalmente recebiam as crianças através do sistema escolar e que por diversas razões não tinham recebido no momento adequado. As ações concentravam-se em alfabetização e educação básica para adultos e repetia-se a prática de ensino que era utilizada com crianças e adolescentes. Essa concepção predominou até o início dos anos 1950, momento no qual começa-se a impulsionar a proposta da UNESCO, que propunha uma formação para os adultos que deveria realizar-se a partir de seus próprios interesses e preocupações. Posteriormente, nos anos 1960, a segunda Conferência Mundial de Educação de Adultos declarou que o adulto precisava de um trato educativo de acordo com sua condição física, psicológica e social. Daí a necessidade de se repensar métodos e procedimentos necessários para o processo de aprendizagem dos adultos. Neste contexto, começaram a divulgar-se pelo continente as primeiras formulações do pensamento de Paulo Freire (PALMA, 1993, p. 115-117)

Saiba mais

A globalização é um dos processos de aprofundamento da integração econômica, social, cultural, política, com o barateamento dos meios de transporte e comunicação dos países do mundo no final do século XX e no início do século XXI. É um fenômeno gerado pela necessidade da dinâmica do capitalismo de formar uma aldeia global que permita maiores mercados para os países centrais (ditos desenvolvidos), cujos mercados internos já estão saturados.

Saiba mais

Constituição. É o conjunto de leis, normas e regras de um país ou de uma instituição. A Constituição regula e organiza o funcionamento do estado. É a lei máxima que limita os poderes e define os direitos e deveres dos cidadãos. Nenhuma outra lei no país pode entrar em conflito com a Constituição.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E VALORIZAÇÃO SOCIAL

Ser professor do ensino básico tem mostrado cada vez menos atraente, tanto pelas condições de formação oferecidas pelos cursos em si, quanto pelas condições em que seu exercício se dá e pelas condições salariais. Poucos jovens do sexo masculino a escolhem, e, recentemente, jovens do sexo feminino também vêm abandonando esta escolha e dirigindo-se a outras áreas profissionais.

Muitos dos estudos que analisamos para o presente trabalho mostram que a escolha pela opção Magistério e a realização de Licenciaturas nem sempre se constitui em escolha pela carreira docente.

Grande porcentagem dos que fazem esses cursos não pretende exercer a profissão. Examinando dados de alguns estudos, estima-se em 40% a proporção de alunos que fazem cursos de Licenciatura mas não pretendem exercer a profissão. Além disso, nas pesquisas examinadas, boa proporção daqueles que declaram sua preferência pelo exercício do Magistério manifestam apreensão quanto a realmente permanecer nessa profissão, condicionando isto a conseguirem uma posição mais estável e definida, aspecto sobre o qual levantam também dúvidas pelas informações que têm sobre a forma como seu trabalho é considerado, tanto no setor público como no privado.

A valorização social real de uma área profissional traz reflexos nas estruturas de carreira e nos salários a ela relativos. O enaltecimento teórico feito à figura e ao papel do professor camufla uma situação profissional precária e pouco compensadora, tanto pessoal como economicamente.

A ideia de que o professor é um profissional - um engenheiro de mentes, quem sabe? -, cujo trabalho é de crucial importância nas sociedades humanas, parece encontrar dificuldade em se consolidar na representação social de seu papel. Não se reconhece com clareza que é sobre os professores de 1º Grau que repousam todas as possibilidades de formação futura das gerações. Tradução disto são a dificuldade de se conseguir consolidar estruturas de carreira para a categoria e os níveis salariais atribuídos a esses profissionais.

Neste quadro, discutir as questões de formação de professores é, muitas vezes, constrangedor. Com estas condições precárias de profissionalização, constata-se que a procura pela formação em Magistério, na última década, diminuiu sensivelmente, tanto no que se refere à habilitação

Magistério no 2º Grau, como nas licenciaturas e cursos de Pedagogia.

A evasão nos cursos de licenciatura é alta, como já vimos, especialmente nas instituições em que há maiores exigências curriculares. Se, por um lado podemos pensar que esta evasão se deve a problemas ligados à forma como estes cursos são oferecidos, por outro, este fator, associado às péssimas perspectivas de carreira, potencializa em muito a verdadeira deserção que se opera nos cursos de formação de professores, a intensificação da baixa procura pelos mesmos e as desistências quando já estão no exercício da profissão.

Colocados diante da questão do que é mais gratificante no Magistério e o que é mais frustrante, notou-se que, para o primeiro item, as respostas estão bem concentradas em duas das alternativas, enquanto no segundo item elas se distribuem entre vários aspectos. Isto parece apontar para uma situação em que é mais fácil identificar aquilo que especificamente gratifica o profissional, sobretudo numa condição em que há vários fatores que são elementos de perturbação do trabalho: ou seja, as fontes de satisfação são mais reduzidas e delimitadas – mais facilmente nomeáveis -, enquanto as fontes de frustração têm um espectro mais amplo, com uma atuação mais difusa, porém mais forte pela somatória delas.

No que respeita ao que os professores acham mais gratificante no Magistério, o referido estudo mostra que a grande maioria diz serem as atividades de sala de aula e as boas relações afetivas no trabalho. Quanto ao que é mais frustrante, em primeiro lugar apontam-se os salários, depois a ausência de condições de atuação profissional; em terceiro lugar, colocam a falta de formação profissional adequada e a atualização, e seguem enumerando mais oito fontes de frustrações.

Estes aspectos –satisfações e frustrações – trazem à tona elementos importantes para se discutir qualidade no ensino, elementos estes que, em geral, são desconsiderados pelas políticas educacionais. Qualidade passa necessariamente – e sobretudo – pelas pessoas enquanto seres interacionais, mais do que por aspectos técnicos abstratos. Estes só tomam vida como pelas pessoas agentes. Daí a importância de se considerar, nas políticas educacionais, a condição pessoal de professores.

Pode-se inferir que o clima de exercício profissional dos professores não parece ser dos mais alentadores, pois, embora muitos encontrem gratificação no trabalho em sala de aula e nas relações afetivas, nem sempre representam condição suficiente, pelas respostas assinaladas, para

Saiba mais

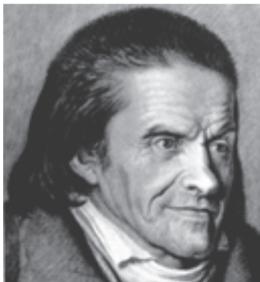
“O contato pedagógico escolar precisa estar mediado pela construção do conhecimento e da cidadania, dentro do contexto didático ‘ensino-aprendizagem’”

(DEMO, Pedro. Educação de qualidade. Campinas: Papirus, 1995)

Dica

Um intelectual é uma pessoa que usa o “intelecto” para estudar, refletir ou especular acerca de idéias, de modo que este uso do seu intelecto possua uma relevância social e coletiva. A definição do intelectual é realizada, principalmente, por outros intelectuais e acadêmicos. Estes definem o terreno segundo os seus próprios posicionamentos intelectuais, fato este que complexifica a definição. Autores como Bobbio, Lévy e Demo, citados na Bibliografia, concordam com um aspecto em comum: o intelectual é definido pelo meio social no qual vive e/ou estabelece sua trajetória social.

Saiba Mais



Johann Heinrich Pestalozzi
(1746 – 1826)

Fone: <http://imagens.google.com.br>

Pestalozzi, pedagogo suíço e educador, pioneiro da reforma educacional.

manutenção de motivação e investimento em qualidade e para a superação das dificuldades que se lhes apresentam.

As discussões que levam em conta os desafios sócio-econômico-culturais da atualidade, e possivelmente do futuro próximo, mostram alguns aspectos a serem considerados pela educação, sobretudo nos níveis médio e superior e na formação de formadores.

Estes aspectos podem ser assim resumidos:

- Precisa-se preparar para que se tenha condições de desenvolvimento de aprendizagens durante toda a vida, ou seja, criar habilidades de aprendizado contínuo.
- Flexibilidade é condição para que se possa realocar e redirecionar recursos, de modo a responder a exigências emergentes e às mudanças sociais.
- A flexibilidade precisa instituir-se em vários níveis: no currículo propriamente dito, na estrutura das instituições e departamentos, nas normas regulamentares, que devem ser apenas as absolutamente necessárias e de características amplificadoras e não restritoras.
- Considerar e trabalhar aspectos ligados à socialização, à participação, à cooperação e integração.
- Mostra-se indispensável a aquisição de uma base de domínio específico de conhecimento, bem organizada, porém flexível. Esta base é que cria a possibilidade de transdisciplinaridade.
- Domínio ampliado de fatos, símbolos, algoritmos, conceitos e regras que são a base de um certo campo de conhecimento.
- Utilização e construção de métodos heurísticos, isto é, métodos que favoreçam o desenvolvimento da capacidade de busca do conhecimento, da informação e da análise da informação.
- Utilização de procedimentos didáticos que propiciem o desenvolvimento de motivação e de habilidades de busca, de aproximação de problemas, de caminhos diversificados, sistemáticos de abordagem de questões.
- Estímulo e desenvolvimento de reflexão meta-cognitiva, o que implica conhecimento sobre o próprio funcionamento cognitivo pessoal e de habilidade de autorregulação deste funcionamento.
- Trabalho com componentes afetivos, integrativamente aos cognitivos e meta-cognitivos, tais como atitudes, crenças, emoções ligadas aos

objetos e processos de estudo, bem como às práticas sociais.

- Desenvolvimento de disposições em direção a metas, o que envolve sensibilidade a situações e inclinação para agir na direção de soluções.

A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA ÉTICA NA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO

Existe uma grande diversidade de conteúdos e estratégias de formação parece ser um fator de enriquecimento que se deverá manter na formação do pedagogo. A construção conjunta de uma cultura ética vai-se construindo de forma colaborativa no debate sobre conceitos, sobre as próprias posições, princípios e valores éticos, sobre os próprios dilemas.

Pretende-se que a formação permita progressivamente a busca de consensos na construção de uma carta ética e o desenvolvimento de uma dinâmica colaborativa dentro do agrupamento, pela partilha e investigação sobre situações profissionais concretas entre educadoras dos mesmos e diferentes jardins-de-infância, constituindo uma forma de debelar o isolamento que ainda se verifica nesta classe profissional e especificamente num agrupamento tão amplo geograficamente, onde o rural e o urbano são englobados de um modo que pretende a conjugação de esforços.

Ainda em termos de reflexão sobre os processos formativos, parece-nos importante introduzir formas sistemáticas e coletivas de reflexão avaliativa e reguladora da formação. A introdução de momentos de reflexão conjunta sobre a própria formação e sobre as aprendizagens e mudanças servirá, ainda, para o desenvolvimento do conhecimento sobre os processos formativos e as mudanças que estes ajudam a desenvolver.

ÉTICA E DIVERSIDADE NA ESCOLA

A história da educação brasileira e a legislação pertinente são ricas em incluir, excluindo, os deserdados da terra, ou seja, os negros, índios, migrantes, moradores de periferia, moradores e trabalhadores do campo... Nessa perspectiva, o texto tratará, ainda, da necessidade do reconhecimento do Outro na sua singularidade e diferença a partir da real aplicabilidade da Lei 10.639/03 que poderá permitir, ainda que sem garantias, ao cabo de alguns anos, a inclusão dos afrodescendentes e demais excluídos no que tange

Conto Natalino

O papai Noel existiu, sim. Sua origem está no bispo São Nicolau, que viveu no século IV, na Ásia menor, mais precisamente em Constantinopla, hoje Istambul, na Turquia. Famoso por sua generosidade e seu amor pelas crianças, São Nicolau auxiliava os pobres e, na época de natal, saía às ruas, anonimamente, distribuindo presentes às crianças abandonadas e saquinhos de ouro aos necessitados. O papai Noel, do jeito que conhecemos hoje, é uma versão estilizada de São Nicolau, criada na Alemanha. Existe também uma versão da Antiga Rússia. Segundo eles na Idade Média uma peste assolou a Europa deixando milhares de órfãos. Como era época de Natal, Noel pediu permissão a Deus para vir à Terra trazer presentes para eles, disfarçado de camponês.

ao (re)conhecimento da História africana e/ou mudanças de comportamento frente ao Outro, apesar de que, frente as desigualdades da realidade brasileira, especialmente nas áreas rurais, sabe-se que a lei ainda não é cumprida.

Discutir educação e diversidade étnico-racial, seja à luz da legislação, seja a partir da prática, tornou-se, atualmente, não apenas o mais intenso e caloroso tema para se debater, mas também o mais contraditório. Refletir sobre essa temática nos faz indagar as práticas sociais e educacionais exercidas nas/pelas escolas que buscam validar políticas públicas e leis que preconizam processos os quais podem garantir ações de inclusão de todos os alunos, independentemente de cor, etnia, religião, gênero ou status social, para a manutenção do Estado Democrático de Direitos em todos os seus aspectos.

Consultando a Constituição Federal de 1988 encontramos em seus artigos 5º e 205º a manifestação da igualdade de todos perante a lei e o direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, promulgada em 1996, aprofunda o previsto no texto constitucional, pois seu artigo 3º prescreve que o ensino deve ser ministrado em igualdade de condições tanto para o acesso a ele quanto para a permanência nele. Em outras palavras, implícito à Constituição e às Diretrizes encontramos o discurso da inclusão.

Considerando que a escola é uma instituição voltada para o cuidado e formação de sujeitos em um longo espaço de tempo; que o professor deve ter a ética como sua morada e que temos leis que nos coíbem de negar o Outro, podemos nos questionar o porquê da sociedade atual estar envolta a tanta violência, amoralidade e individualismos. Precisamos pensar a escola como espaço para trabalhar o conhecimento-emancipação, um conhecimento que procura superar a ignorância representada pelo colonialismo, e em constante busca da solidariedade.

De acordo com os filósofos, a escola, como instituição social que deve cuidar para que seus egressos vivam sob a justa medida, não foi capaz, em vista das mudanças sociais, econômicas, culturais e ideológicas e, especificamente, em função da ausência de valores, de refletir sobre esses aspectos e internalizá-los como instituição. O acelerado ritmo das mudanças que hoje vivemos, o imediatismo de nossa sociedade e a pleora de informações que nos bombardeiam diuturnamente, faz com que nossa escola, que não acompanhou essa caminhada, mantenha-se presa às

tradições tornando-se punitiva,ultrapassada e, o pior, de forma autoritária, conseguiu transformar o aprender, misto de sofrimento e deleite, em algo chato e dispensável.

Finalizamos com uma colocação de Darcy Ribeiro que julgamos ser pertinente diante do que foi exposto acima: nós, brasileiros, (...), somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si, afundada na ningundade. Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros. Um povo, até hoje, em ser, na dura busca de seu destino. Olhando-os, ouvindo-os, é fácil perceber que são, de fato, uma nova romanidade, uma romanidade tardia, mas melhor, porque lavada em sangue índio e sangue negro (2009).



Sugestões de leitura

TV: o que fazer?

Uma pesquisa sobre televisão, realizada pelo Ibope, por encomenda do Ministério da Justiça, revelou que 32% dos brasileiros não querem a volta da censura, mas 64% apóiam a classificação por faixa e horário e 41% desejariam uma forma de controle social e ético sobre os programas, sob a forma tripartite entre governo, emissoras e sociedade civil.

Estes índices revelam que a população está, no mínimo, insatisfeita com o conteúdo das mensagens exibidas pelos programas televisivos.

Durante muito tempo vivemos numa ditadura, onde se impunha a censura. Eu própria tive o programa “Comportamento Sexual”: da TV Mulher, muitas vezes incomodado por censores. A execrável experiência com a censura nos tornou arredios às formas de controle sobre os meios de comunicação. Mas não dá mais para deixar de pensar na nossa responsabilidade frente às crianças, que passam, em média, 3 horas por dia frente à telinha.

Vejam os desenhos infantis, por exemplo: que bem faz para uma criança ver desenhos nos quais o sangue jorra como se nada de mais estivesse acontecendo ou então ver as pessoas explodindo com tiros e depois saírem andando, como se nada as tivesse atingido? Tudo isso apenas estimula a violência.

Esta desconexão com a realidade ainda não é o pior. O pior desses programas está na ausência de modelos de negociação. São apresentados às crianças modelos de reação agressiva a qualquer provocação, sem preocupação em argumentar. Ao menor desagrado, revida-se com socos e agressões.

Este comportamento pode ser incorporado pelas crianças que não convivem com modelos diferentes.

Por que não são apresentados – e patrocinados – programas como os da TV Cultura, tão premiados e que tanto agradam às crianças? Por que não investir em programas que desenvolvem outras capacidades, mais de acordo com as atitudes que queremos despertar em nossas crianças?

O que fazer com cenas de sexo explícito em novelas no horário nobre, quando as crianças pequenas ainda estão na sala; com a erotização exacerbada de alguns programas infantis; com o desrespeito à dignidade de seres humanos em programas de auditório? O que fazer frente àqueles

apresentadores que, em nome de uma pretensa denúncia social – mas à cata de Ibope – agridem o Estatuto da Criança e do Adolescente, colocando imagens de crianças maltratadas pela própria mãe, vítima de uma sociedade que fabrica excluídos?

Devemos simplesmente achar que cada um deve fazer uso de seu controle remoto ou é preciso pensar em formas de controle social, baseado na conscientização e no poder de pressão de consumidores e telespectadores e na responsabilidade do poder público, a quem compete dar as concessões das TVs?

Sei que estamos mexendo numa caixa de marimbondos, mas é preciso que esta discussão entre em nossos lares, permeie os nossos papos familiares, chegue ao trabalho e à universidade e termine desaguando nas antessalas de produtores de TV, patrocinadores e profissionais de mídia.

A sociedade precisa se organizar e fazer valer o seu poder de protesto. Juntos, podemos conceber formas (e estão chegando ao meu gabinete várias sugestões nesse sentido) de intervenção da população.

Penso em propor uma Comissão Mista Senado/Câmara para aprofundarmos uma reflexão sobre o tema, assim como permitir ao Congresso ser a caixa de ressonância dessa insatisfação.

A partir desta interação com a população e com especialistas, certamente surgirá uma proposta condizente para o exercício da influência da população sobre esta concessão que é a TV.

SUPLICY, Marta. In A Tribuna, Campinas, 2 novo 1997. p. 2.

Dica

Impacto da globalização
A globalização afeta todas as áreas da sociedade, principalmente a comunicação, comércio internacional e liberdade de movimentação com diferentes intensidades dependendo do nível de desenvolvimento e integração das nações ao redor do planeta.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

Avançamos mais um pouco em nosso trajeto. Procure responder as seguintes questões. Se, eventualmente, ao responder sentir dificuldade, volte, releia o material e procure debater com seu tutor.

1 – Qual a importância da construção de uma cultura ética na formação do pedagogo.

2 – Por que é necessário educar aos alunos no respeito à diferença?

3 – Por que é importante que no contexto escolar seja percebida a unidade ética e diversidade?

4 – Produzir um texto com o tema: O respeito à diversidade, um dever de todos e base da inclusão social.

FÓRUM

Após o estudo concluído: assista qualquer um dos filmes indicados no curso e faça uma analogia com a disciplina em estudo.

ANEXO 2

GALERIA DE FIGURAS

O Código de Ética do Educador
Os professores e suas responsabilidades

É inerente a todas as profissões o compromisso, o engajamento, o comprometimento. Esta não é uma regra, mas assume-se que todas as pessoas devam tentar levá-la adiante, levando-se em conta que cada um de nós atue profissionalmente de forma ética, em benefício dos empreendimentos nos quais estamos envolvidos. Isto significa respeito tanto por quem nos contrata e remunera quanto pelas pessoas que atendemos e a quem direta ou indiretamente prestamos serviços.

Tal razão, tão simples e objetiva, deve nortear nossas ações em qualquer circunstância, exceto, é óbvio, naquelas em que há coação, coerção ou violência de qualquer natureza a forçar-nos no trabalho, na ação profissional.

Ao assumir compromissos profissionais e assinar contratos de trabalho, não apenas nos comprometemos com nossos chefes e patrões ou com nossos clientes, pacientes ou alunos, temos a partir de então um compromisso muito maior com cada um de nós mesmos. Nossos nomes passam a ser avaliados e percebidos no âmbito profissional e também pessoal a partir das ações que realizamos, da conduta que temos, dos relacionamentos que fomentamos, dos resultados que somos capazes de obter.

Se não formos capazes de compreender isto, certamente muito mais do que aparentes prejuízos para empresas, hospitais, escolas ou qualquer outro tipo de empreendimento, assim como para clientes internos ou externos, causaremos danos irreversíveis para nossas próprias imagens...

No caso dos educadores, há certamente, como nas demais áreas de atuação profissional, direitos e deveres como parte do caminho que devemos trilhar. É justo e necessário que conheçamos e possamos utilizar de nossos direitos quando assim for necessário, nunca em demasia, jamais ultrapassando os limites éticos que sabemos presentes em nossa profissão.

É, por exemplo, o que deve ocorrer quanto às faltas eventuais que ao longo de nossa carreira podem ocorrer. Doenças, intervenções cirúrgicas, falecimentos e problemas familiares (com nossos cônjuges, filhos, pais, irmãos, avós...) ocorrem com todas as pessoas em alguns momentos de suas vidas e, por conta destas dificuldades, as fazem ausentes. Como compromisso ético, é de fundamental importância que nos ausentemos somente quando isto realmente acontecer, o que, infelizmente, não é o que de fato ocorre...

Utilizar-se de expedientes como atestados médicos que lhe autorizem a ficar longe do trabalho por períodos longos, sem que realmente a pessoa esteja doente, constitui ação vil, que prejudica (e muito) os alunos (atrasando sua formação), onera ainda mais o setor público (com gastos adicionais para eventuais substituições) ou que, ainda, coloca até mesmo em risco físico as crianças e adolescentes que dispensados mais cedo das aulas... É uma ação que tem, portanto, consequências sérias (não apenas as mencionadas, mas muitas outras poderiam ser citadas), muitas vezes desprezadas por quem a realiza...

Como parte do Código de Ética dos educadores, num primeiro parágrafo, poderíamos inserir o compromisso da Assiduidade e, também, da pontualidade. Ser o mais frequente possível, faltar apenas quando realmente for muito necessário e chegar um pouco antes do início das atividades escolares é elemento basilar da ação dos educadores. E é tão elementar que nem consta como parte de qualquer contrato de trabalho que tenhamos que assinar, simplesmente se espera que as pessoas, dotadas de bom senso, assumam este compromisso.

Um segundo parágrafo deveria ressaltar que de tudo faremos para que se EFETIVE a APRENDIZAGEM, ou seja, que utilizaremos metodologias, recursos e, em especial, nossa inteligência e criatividade para que a educação realmente aconteça. Este compromisso, podem pensar alguns de vocês, deveria ser o primeiro, com o que posso concordar, mas a questão da presença e da demonstração física do engajamento que pareceu tão importante no atual estado da educação pública brasileira que acabei colocando-a no parágrafo primeiro... Talvez este seja um equívoco a ser

repensado e reparado posteriormente...

Indo um pouco além, e até mesmo para que os tópicos anteriores tenham sentido e validade, é preciso que os educadores se ATUALIZEM SEMPRE quanto aos seus SABERES e PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, assim como no que se refere aos seus CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (enquanto especialistas em História, Geografia, Letras, Matemática, Educação Física, Artes, Inglês...), e também ATUALIDADES. Creio que este poderia ser o parágrafo terceiro de nosso Código de Ética do Educador.

Outro ponto importantíssimo, que neste breve texto trago como essencial para a ética profissional dos professores refere-se à ideia de que o trabalho que realizamos é de suma importância social e que, como tal, realiza-se dentro do contexto de equipes, que contam com vários trabalhadores... Nesse aspecto, compreender-se como parte de EQUIPES DE TRABALHO, colaborando para que estes times tenham o melhor desempenho possível, sem perder de vista suas individualidades, mas entendendo-as como parte que enriquece e toma ainda melhor o todo da ação empreendida na escola seria nosso parágrafo quatro.

Fecharia este primeiro ensaio/reflexão sobre este assunto de tão grande dimensão e repercussão no quinto parágrafo deste Código pensando nossa ação profissional quanto à repercussão e relações humanas. Os educadores são os artífices de um amanhã possível, de realizações grandiosas, que podem permitir o surgimento de um mundo mais justo. Já disse anteriormente e repito agora, professores podem salvar vidas...

E isto não se refere apenas ao nobre ato de trazer à tona, apresentar e discutir saberes com nossos alunos - refere-se também, e principalmente – ao fomento de relações humanas em que prevaleçam a solidariedade, a ética, a cidadania, a honestidade, o amor...

Portanto, como quinto e último parágrafo a ser proposto inicialmente para um Código de Ética do Educador penso em algo como propiciar o diálogo, a compreensão e a troca no âmbito escolar fomentar entre os alunos a curiosidade, o amor pelo conhecimento e a relação cordial, porém sempre aberta ao debate e a tolerância quanto a diferentes posições e ideias. VALORIZAR O SER HUMANO, talvez pudesse este ser o mote deste parágrafo... Penso que nesta última proposição esteja sendo poético e/ou filosófico demais, mas num mundo como o nosso, em que tudo é racionalidade e resultado, se não nos dermos o direito de sonhar, o que há de acontecer conosco.

Obs.: Acredito que outros “parágrafos” poderiam ser incluídos, para que tivéssemos um Código de Ética com 10, talvez 12 pontos de compromisso e engajamento enquanto profissionais da educação... Fica aberto o espaço para a reflexão e novas ideias para que voltemos ao assunto em outro texto posteriormente!

ANEXO 3

LEI DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

LEI NO 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999.

Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1o Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2o A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3o Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, promover ações de educação ambiental integradas aos programas

de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Art. 4o São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5o São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se

a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Seção I

Disposições Gerais

Art. 6º É instituída a Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 7º A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

- I - capacitação de recursos humanos;
- II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
- III - produção e divulgação de material educativo;
- IV - acompanhamento e avaliação.

§ 1º Nas atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental serão respeitados os princípios e objetivos fixados por esta Lei.

§ 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

- I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;
- II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;
- III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de

gestão ambiental;

IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;

V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

§ 3º As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;

III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;

IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;

V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;

VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V.

Seção II

Da Educação Ambiental no Ensino Formal

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

a) educação infantil;

b) ensino fundamental e

c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1o A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2o Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3o Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 12. A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.

Seção III

Da Educação Ambiental Não-Formal

Art. 13. Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às

unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 14. A coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo de um órgão gestor, na forma definida pela regulamentação desta Lei.

Art. 15. São atribuições do órgão gestor:

I - definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional;

II - articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional;

III - participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental.

Art. 16. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 17. A eleição de planos e programas, para fins de alocação de recursos públicos vinculados à Política Nacional de Educação Ambiental, deve ser realizada levando-se em conta os seguintes critérios:

I - conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental;

II - prioridade dos órgãos integrantes do Sisnama e do Sistema Nacional de Educação;

III - economicidade, medida pela relação entre a magnitude dos recursos a alocar e o retorno social propiciado pelo plano ou programa proposto.

Parágrafo único. Na eleição a que se refere o caput deste artigo, devem ser contemplados, de forma equitativa, os planos, programas e projetos das diferentes regiões do País.

Art. 18. (VETADO)

Art. 19. Os programas de assistência técnica e financeira relativos a meio ambiente e educação, em níveis federal, estadual e municipal, devem alocar recursos às ações de educação ambiental.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, ouvidos o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Educação.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de abril de 1999; 178o da Independência e 111o da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

José Sarney Filho

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm

REFERÊNCIAS WEB

www.andi.org.br

Site da Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI).

www.cdmp.hpg.com.br

Site do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini.

www.fundabrinq.org.br

Site da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança.

www.geocities.com/capitaoihill/8885

A Homepage Oficial da Criança Carente no Brasil

www.ibam.org.br

Site do Instituto Brasileiro de Administração Municipal

www.ibase.org.br

Site do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (I BASE).

www.ibge.gov.br

Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

www.iguais.com.br

Página do IG direcionada ao público adolescente.

www.mec.gov.br

Site oficial do Ministério da Educação (MEC)

www.tvebrasil.com.br/educalelefauyt.htm

Página da TVE direcionada à educação (Salto para o Futuro – Educação à Distância).

www.gestaouniversitaria.com.br. Ética universitária na instituição escolar.

www.planetaeducacao.com.br. O código de ética do educador – os professores e suas responsabilidades.

Artigo – Adélia Costa Falone. www.artigocientifico.tebas.kinghost.net.

Ética no ambiente escolar – www.ufsm.br.

Ética profissional – www.periodicos.udesc.br.

R eferências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Temas de filosofia**. 2. ed. rev. São Paulo: Moderna, 1998.

APEL, Karl-Otto. **Estudos de moral moderna**. Petrópolis, Vozes, 1994.

AYERS, R. A Resistant Brice Marden Agrees to Major Retrospective,

ARTINFO, Em: <http://www.artinfo.com/news/story/22718/a-resistant-brice-marden-agrees-to-major-retrospective/>, 2008. Data de acesso 27 de julho 2011.

BANDEIRA, K. História, memória e cotidiano: panorama da formação científico-social do ensino e pesquisa em direito no Brasil.

Em:<http://www.conpedi.org.br/>, 2010. Acesso 27 de julho de 2011

BERSON, S.. In "Biographical Memoirs". National Academy of Sciences 1990.

BISSOLI DA SILVA, Carmem Silvia. Curso de pedagogia do Brasil: uma questão em aberto. / In: PIMENTA, Selma Garrido (org). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINI, Gioanfranco. "Dicionário de Política". São Paulo: 2004.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde** / Secretaria de Educação Fundamental, v. 9. Brasília, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. **Parecer n. 01 de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, Licenciatura.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. **Parecer n. 03 de 21 de fevereiro de 2006**. Reexame do Parecer CNE/CP n. 05/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. **Parecer n. 05 de 13 de dezembro de 2005**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília: 1999. Capítulo VI do Meio Ambiente, Artigo 225.

BRASIL. **Lei n 5540, de 28 de novembro de 1968**. Lei que fixa normas de organização do ensino superior e sua articulação com a escola média, e de outras providências.

BRASIL. **Lei n. 4024/61, de 20 de dezembro de 1961**. Lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Lei n. 5692, de 11 de agosto de 1971**. Lei que fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. **Parecer 251 de 1962 que estabelece o currículo mínimo do curso de pedagogia**, uma primeira redação.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. **Parecer 252 de 1969 que estabelece o currículo mínimo do curso de pedagogia**.

BRUNDTLAND, G. (coord.). Apud MOREIRA, Glória Maria de Pádua. **Por uma ecologia social**: uma aproximação da noção aos princípios éticos do desenvolvimento humano durável. Disponível em: <http://www.eicos.psyqho.ufrj.br/programaeicos/banco_teses/arqteses/gloriamariamoreira.pdf>. Acessado em 20 de Junho de 2007.

CARVALHO, Izabel Cristina de Moura. **Educação ambiental**: A formação do sujeito ecológico. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Chagas, V. Dicionário histórico Portugal. Em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/>

pchagasjoaq.html Data de acesso 27 de julho 2011.

CHAUÍ, Marilene. **Convite à Filosofia**. 13º ed. São Paulo: Ed. Foliada, 2009.

CÍCERO, Marco Túlio. De oratore. 1, 21. Bolonha: Zanichelli, 1992.
Coleção Os Pensadores, Os Pré-socráticos, Abril Cultural, São Paulo, 1.ª edição, vol. I, agosto 1973.
CORTINA, Adela. **Ética**. Edições Loyola, 2005.

CURY, Augusto Jorge. **Inteligência Multifocal**: Análise da construção dos pensamentos e da formação de pensadores. 8. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

CUVILLIER, A. **Manual de Filosofia**. 9. ed. Paris: Armando Colin, 1947. p. 358-359.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Diretrizes Humanas e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998. (Col. Polêmica)

DE CARVALHO, V.S- Educação Ambiental e Desenvolvimento Comunitário 2011

DEWEY, John. **Democracia e educação**. São Paulo, Nacional, 1979.

FAITANIN, P. **A sabedoria do amor**: iniciação à Filosofia de Santo Tomás de Aquino. Cadernos da Aquinate n. 2. Niterói: Instituto Aquinate, 2008.

FONTES, R. S.; VIANA, S. R. Supervisão e orientação: outras palavras necessárias. **Presença Pedagógica**, v. 9, nº 49, jan./ fev. 2003. p. 55-61.

FONTES, R. S.; VIANA, S. R. Supervisão e orientação: outras palavras necessárias. **Presença Pedagógica**, v. 9, nº 49, jan. / fev. 2003. p. 55-61

FRANCO, France. Compreender Kierkegaard. Petrópolis: Vozes, 2005

FREIRE, Paulo. **Educação com Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREUD, S. **Obra Completa**. São Paulo Editora Imago, 2009.

GATTI, Bernadete Angelina. **Formação de professores e carreira**: problemas e movimentos de renovação. Campinas – SP: Autores

Associados, 197. – (Coleção formação de professores)

GRÜN, M. *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. Campinas: Papyrus, 1996.

GRÜN, Mauro. **Em busca da dimensão ética da educação ambiental**. Campinas – SP: Papyrus, 2007.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: A conexão necessária**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

GUINNESS WORLD RECORDS 2011. Ediouro (ed.)2011.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. *Ecopedagogia e cidadania planetária*; tradução Sandra Trabucco Valenzuela. 2. ed. – São Paulo : Cortez : Instituto Paulo Freire, 2000. – (Guiada escola cidadã; v.3)

JUNGES José Roque. **Ética ambiental**. Vale do Rio dos Sinos: Editora Unisinos, 2006.

KANT, Immanuel. **Fundamentos da metafísica dos costumes**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

KINDEL, Eunice Aitalsaia; SILVA, Fabiano Weber da; SAMMARCO, Yanina Micaela. **Educação: Vários olhares e várias práticas**. Porto Alegre. Mediação, 2004.

KNUDSON, DUANE V. *Análise qualitativa do movimento humano*, São Paulo, Editora: MANOLE, 2001

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MACHADO, Carly Barbosa; SANCHEZ, Celso; FILHO, Sérgio Anastácio;

CARVALHO, Vilson Sérgio de; DIAS, Zilma Pereira. **Educação Ambiental Consciente**. 4. ed. Rio de Janeiro: 2008.

AURELIUS, Marcus. *Encyclopaedia Britannica*. Em; <http://www.britannica>.

com.Data de acesso 25 de julho 2011.

MARTINS, Renata de Freitas. **Biologia e MeioAmbiente**. Disponível em: <<http://www.autimaarcadenoe.com/biologia1.htm>>. Acessado em 20 de Junho de 2007.

MARX, K. **Textos filosóficos**. Lisboa, Editorial Estampa, 1975.

MILARET, Gaston. **Pedagogia Générale**. Paris, PressesUniversitaires de France, 1991.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 5. ed. rev. e atual. eampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do Bem e do Mal** - Ed. De Bolso,2004.

Origem e desenvolvimento histórico do conceito de ética .Em [http: xa.yimg.com/kq/groups/](http://xa.yimg.com/kq/groups/)).Data de acesso 1 de agosto de 2011.

PAULO II, João. **Cruzando umbal da esperança**. Barcelon: Plaza & James, 1994.

PIMENTA, Selma G. **O pedagogo na escola pública**. São Paulo: Loyola, 1988.

REALE, Miguel R **Variações**2, 1ª ed., Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 2003.

REIGOTA, Marcos (org.). Verde cotidiano: O meio ambiente em discussão. 3. ed. Petrópolis: 2008. p. 68.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SÁ, Antonio Lopes de. **Ética profissional**. 5. ed.reimpr. São Paulo: Atlas, 2000.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. *Filosofía de la praxis* (México: Fondo de Cultura Económica), 1980.

SÊNECA, G. Geraldo J. Ballone, , 2001, disponível em 25 de julho de

2011<http://gballone.sites.uol.com.br/hlp/seneca.html>. Acesso

SILVA, M. I. L. **Práticas educativas e construção de saberes.** Metodologias de investigação-ação. Lisboa: IIE, 1998.

SILVA, C.M . A importância do código e comissão de ética parlamentar na assembleia legislativa. Monografia de especialização, Pernambuco, 2007.

SIMPSON, George. **O homem na sociedade.** Rio de Janeiro: Blach, 1954, p. 115.

SOCKET, H. The moral and epistemic purposes of teacher education. In: M. Cochran Smith, S. Feiman-Nemser, D. J. McIntyre & K. Demers. **Handbook of research on teacher education.** Nova York: Routledge Taylor & Francis Group, 2008.

SUZUKI, M. . A filosofia como arte, ou a. Cadernos de Filosofia Alemã, v. 9, p. 11-26, 2007.

VASQUEZ, Adolfo Sanches. **Ética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

VILSON, Sérgio de. **Educação ambiental urbana.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2008

WILLMANN, Ott. **A ciência da educação.** Porto Alegre: Globo, 1952.

Minicurrículo

Maria das Graças Rodrigues de Moura e Sousa

Licenciou-se em Pedagogia e Educação Física pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, e Bacharelado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Piauí, UESPI. É Especialista em Gestão Estratégica das Organizações Públicas e Sociais e em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela UESPI. Tem formação e especialização em Acupuntura pela Associação Brasileira de Acupuntura – ABA, SP. É mestre em Administração de Empresa, área de concentração Marketing pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, e doutoranda em Ciências Pedagógicas, área de concentração – A função tutorial do professor: Práticas Pedagógicas, pelo ICCP, Havana – Cuba. Professora das disciplinas pedagógicas da UFPI e do CEFET – PI. Coordenadora de Administração pela FAESF, Pedreiras, MA. Chefe do Cerimonial Universitário da UESPI de 1994 a 2002. É cerimonialista. É servidora pública estadual e atualmente ministra as mesmas disciplinas na UESPI e nos cursos de pós-graduação em diversas Instituições de Ensino Superior – IES. Tem experiência na área de Educação e Administração. É autora dos fascículos: Ecopedagogia, 1.ed. EDUFPI/UAPI, 138 p. Te – PI, 2010; e Conteúdos e Metodologia de História, 1.ed. EDUFPI/UAPI, 104 p. Te – PI, 2010. Publicação de artigo em revista internacional – IPLAC, Habana, Cuba. E na Universidad de JÁEN na Espanha.

Profa. Dra. Vera Lúcia Costa Oliveira

Possui graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Especialização em Planejamento Educacional pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Áreas do Conhecimento: Avaliação Educacional e da Aprendizagem. Atualmente é professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí, lotada no Centro de Ciências da Educação – CCE; coordenadora do curso de Educação Aberta do Brasil e à Distância da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Autora de várias publicações em livros e revistas. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Fundamentos Teórico- Metodológicos da Pesquisa em Educação; Avaliação da Aprendizagem; Currículos e Programas e de Prática de Ensino.

